CONHECENDO O TERRITÓRIO PAULISTA

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

2019

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JOÃO DORIA

Governador do Estado de São Paulo

CÉLIA PARNES

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

NAYRA KARAM

Secretário Executivo

PAOLA FORJAZ

Chefe de Gabinete

JOÃO RAFAEL CALVO DA SILVA

Coordenador de Gestão Estratégica

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

João Rafael Calvo da Silva

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Guilherme Guimarães Pallerosi

Priscila de Souza

GRUPO DE TRABALHO

SEDS - SEDE

André Luiz Machado de Lima

Cristiane Lamin Aguiar

Daniele Ribeiro da Silva

Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva

Guilherme Guimarães Pallerosi

Liliana Millan de Brito

Marcela Purini Belém

Maria de Fátima Nassif

Naiara Carneiro Teixeira

Paulo Roberto Dine dos Santos

Priscila de Souza

Salete Dobrev

Tatiane Sousa Magalhães

Vanessa Mesquita dos Santos

SEDS – DRADS

Titulares

Ana Cristina Obata – Campinas

Cleide Regina Delgado - Botucatu

José Raimundo de Souza - Grande SP Oeste

Maria Izildinha Dias Dionísio – Barretos

Rejane de Menezes Sanches - Alta Paulista (Dracena)

Rose de Cássia Raposo Erthal - Vale Paraíba

Arlete Aparecida Nago - Capital

Suplentes

Ana Maria Leme da Silva Sampaio – Piracicaba

Gervison Marcos Melão Monteiro - Baixada Santista

Karina Rodrigues - Mogi das Cruzes

Milena Rolin - Itapeva

Rosana Cardoso - Fernandópolis

Tatiana Roberta Borges Martins - Franca

ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

João Marcelo de Souza Gomes

José Raimundo Peixoto Pereira

Leandro Saade Minervino

Vanessa Ortiz de Camargo

COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Adriana de Paula Marçal Camargo

Beatriz Aparecida Moreira

Cesar Augusto Silva de Souza

Danilo Brenn

Denise Diotto

Edilson do Carmo

Ilda Aparecida Fiorante Fiore

Itagira de Sena Pires

João Jorge Der Filho

José Andson de Maria Brasil

Marcos Vinicius Gomes de Medeiros

Nayara de Souza Araújo

Ricardo Lima Nascimento

Tatiane Ramos de Lira

Teresa Mazza

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (EDESP)

André Luiz Machado de Lima

Sueli Barros Pereira

VALIDAÇÃO DE COORDENADORES E DIRETORES

Simone Cristina Melo Bompani Malandrino - Coordenadora de Assistência e Desenvolvimento Social – Cads

Rodrigo Gomes Flaire Souza - Coordenador de Políticas Sobre Drogas – Coed

Rita De Cássia Quadros Dalmaso - Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – Cosan

Márcia Ferrari Paiva Ribeiro - Coordenadoria de Ação Regional Descentralizada – Card;

Ricardo Wagner Gomes Felleger - Coordenadoria de Administração, Fundos e Finanças – Cafc;

David Nelson Araújo Campos - Escola de Desenvolvimento Social – Edesp

Nilza Das Graças Silva De Paula - Departamento de Recursos Humanos – DRH

CONTRIBUIÇÕES DO II ENCONTRO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTÊNCIAL REALIZADO EM 27/08/2019

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi

Dirce Koga

Paulo Eugenio Clemente Junior

REVISÃO DE MAPAS E FIGURAS

Teresa Mazz

Ricardo Lima Nascimento

REVISÃO TÉCNICA FINAL

Naiara Carneiro Teixeira

REVISÃO FINAL DO TEXTO

Alice Dianezi Gambardella

COMUNICAÇÃO

Barbara Bayer (divulgação)

Gustavo Costa Palladini (arte da capa)

S241c São Paulo (*Estado*). *Secretaria de Desenvolvimento Social.*

Conhecendo o Território Paulista:Diagnóstico Socioterritorial [recurso eletrônico] / Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2019.

112 p.: gráfs.tabs.
Formato: Adobe Acrobat Document (pdf.)
Modo de acesso: Internet. -- (Censo SUAS)

ISBN 978-65-88527-00-9 (recurso eletrônico)

1. Políticas Públicas 2. Política de Assistência Social 3. Diagnóstico da Assistência Social 4. Planejamento da Assistência Social. I.Título.

CDU 364.046.4(815.6)

Ficha catalográfica elaborada pela Edesp - CEDB da Secretaria de Desenvolvimento Social (Bibliotecária Claudete Manoel dos Santos)

Diagnóstico Socioterritorial do Estado de São Paulo – 2019

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 17

2. INTRODUÇÃO 19

3. CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 21

4. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 25

4.1 Sede, Diretorias Regionais e Macrorregiões 25

5. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 30

5.1 Caracterização do Território 30

5.2 Municípios do Estado de São Paulo 32

5.3 População e dados demográficos 35

5.4 Composição familiar 40

6. DADOS SOCIOECONÔMICOS E INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS.43

6.1 Aspectos socioeconômicos 43

6.2 Pobreza e vulnerabilidade (conceitos).....44

6.2.1. As diferentes linhas de pobreza 45

6.2.2. Indicadores multidimensionais 48

7. DADOS DO CADASTRO ÚNICO 51

8. DIAGNÓSTICO DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES E DE RISCO SOCIAL 59

8.1 Desemprego, empregos precários, sazonais ou entressafras. 61

8.2 Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda/sem acesso a alimentos de qualidade ou quantidade adequada (insegurança alimentar). 62

8.3 Ocupação de áreas de risco para moradia ou existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favorecem fenômenos causadores de calamidades públicas. 64

8.4. Expressivo número de presídios na região, ocasionando a vinda de familiares que ficam dependentes de habitação, renda e subsistência. 68

8.5. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos. 70

8.6 Pessoas em situação de rua e/ ou imigrantes. 72

8.7 Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas. 74

8.8. Alta porcentagem de pessoas idosas/crianças/adolescentes em relação ao total da população. 76

8.9 Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. 77

8.10. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos. 79

8.11. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares. 82

8.12. Desvantagens resultantes de deficiência/Existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal. 84

9. DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DAS PROTEÇÕES SOCIAIS.....86

9.1 Proteções Social Básica 86

9.1.2. Programas de Transferência de Renda e Benefícios Socioassistenciais 87

9.1.3. Dificuldades/gargalos na área dos programas e benefícios socioassistenciais.....88

9.1.4. Estratégias para os PTR e benefícios socioassistenciais.....97

9.1.5. Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica inadequados ou insuficientes. 98

9.1.6. Estratégias para Proteção Social Básica 105

9.2. Proteção Social Especial.....106

9.2.1. Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE/MC) 107
9.2.2. Estratégias para PSE de Média Complexidade 118
9.3. Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE/AC) 119
9.3.1. Estratégias para a proteção social especial de alta complexidade 132
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 134
EIXO 1 - Proteção social 134
Aspectos positivos da atuação do Estado junto as proteções sociais ... 134
Desafios para o Estado para melhorar a rede de proteção social 136
EIXO 2 - Gestão do SUAS 138
Aspectos positivos da atuação do Estado relativo a Gestão do SUAS .. 138
Desafios para o Estado para melhorar a gestão do SUAS 139
EIXO 3 - Articulações intersetoriais 142
Aspectos positivos da atuação do Estado relativo a articulação intersetorial 142
Desafios para o Estado para melhorar a articulação intersetorial do SUAS 142
11. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS 145

ÍNDICE DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FIGURA 2 - DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS) DO ESTADO DE SÃO PAULO

FIGURA 3 – QUANTIDADE DE REGIÕES DAS DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS) QUE CONSIDERAM OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE MÉDIA COMPLEXIDADE INSUFICIENTES OU INADEQUADOS, ESTADO DE SÃO PAULO.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS OCUPADOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GRÁFICO 2 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, PROJEÇÃO PARA 2019.

GRÁFICO 3 - CADASTRADOS POR RAÇA/COR NO CADÚNICO (AGOSTO 2018).

GRÁFICO 4 – NÚMERO DE PESSOAS CADASTRADAS NO CADÚNICO POR FAIXA ETÁRIA (AGOSTO 2018)

GRÁFICO 5 – PERCENTUAL DE PESSOAS CADASTRADAS NO ESTADO POR FAIXA DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA (SÃO PAULO, AGOSTO DE 2018).

GRÁFICO 6 - FAMÍLIAS CADASTRADAS POR COMPOSIÇÃO FAMILIAR (AGOSTO 2018) – ESTADO DE SÃO PAULO.

GRÁFICO 7 - FAMÍLIAS CADASTRADAS POR TIPOS DE ARRANJOS PARENTAIS. SÃO PAULO, 2018.

GRÁFICO 8 - FAMÍLIAS CADASTRADAS POR TIPOS DE ARRANJO PARENTAL E FAIXA DE RENDA PER CAPITA.

GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RESPONSÁVEIS FAMILIARES POR RAÇA X COR E RFPC

GRÁFICO 10 – INCIDÊNCIA DE VULNERABILIDADES SOCIOTERRITORIAIS, SEGUNDO PESQUISA QUALITATIVA.

GRÁFICO 11 - ESTRATÉGIAS INDICADAS PARA QUALIFICAR PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

GRÁFICO 12 - NÚMERO DE REGIÕES QUE AVALIAM OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA INSUFICIENTE OU INADEQUADO.

GRÁFICO 13 – ESTRATÉGIAS PARA QUALIFICAR OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

GRÁFICO 14 - ESTRATÉGIAS MAIS INDICADAS PELAS REGIÕES PARA PSE DE MÉDIA COMPLEXIDADE

GRÁFICO 15 - NÚMERO DE REGIÕES QUE AVALIAM OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE COMO INSUFICIENTES OU INADEQUADOS.

GRÁFICO 16 - ESTRATÉGIAS PARA A PSE ALTA COMPLEXIDADE

MAPA 1 – MACRORREGIÕES, DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

MAPA 2 – RELEVO E HIDROGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MAPA 3 - PORTES POPULACIONAIS COM BASE NO SUAS 101 E PRINCIPAIS RODOVIAS, ESTADO DE SÃO PAULO.

MAPA 4 – POPULAÇÃO MAIOR QUE 60 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO MUNICIPAL NO ESTADO DE SÃO PAULO MUNICIPAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

MAPA 5 – POPULAÇÃO MENOR QUE 15 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO MUNICIPAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

MAPA 6 – ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IPVS)

[1] MDS, Ministério do Desenvolvimento Social. SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas. 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/148.pdf

MAPA 7 – PROPORÇÃO ENTRE POPULAÇÃO TOTAL E PESSOAS INSERIDA NO CADASTRO ÚNICO POR MUNICÍPIO. ANO 2019.

MAPA 8 - REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "DESEMPREGO, EMPREGOS PRECÁRIOS, SAZONAIS OU ENTRESSAFRAS".

MAPA 9 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "FAMÍLIAS COM INSUFICIENTE OU NULO ACESSO A RENDA, SEM ACESSO A ALIMENTOS DE QUALIDADE OU EM QUANTIDADE ADEQUADA".

MAPA 10 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO PARA MORADIA".

MAPA 11 – REGISTRO DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E/OU CALAMIDADE PÚBLICA. ESTADO DE SÃO PAULO 2003 A 2016.

MAPA 12 – UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019.

MAPA 13 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "EXPRESSIVO NÚMERO DE PRESÍDIOS NA REGIÃO".

MAPA 14 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "EXPRESSIVO CONTINGENTE DE FAMÍLIAS COM DIFICULDADES DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS".

MAPA 15 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E/OU IMIGRANTES".

MAPA 16 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "PREVALÊNCIA DE FATORES DE RISCO QUE LEVEM AO USO INDEVIDO OU ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS/INSUFICIÊNCIA DE POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL".

MAPA 17 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "ALTA PORCENTAGEM DE IDOSOS E/OU CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL EM SITUAÇÃO DE RISCO OU DEMANDA DE POLÍTICA PÚBLICA

MAPA 18 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "ESTRATÉGIAS E ALTERNATIVAS DIFERENCIADAS DE SOBREVIVÊNCIA QUE PODEM APRESENTAR RISCO PESSOAL OU SOCIAL".

MAPA 19 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA PODEM SER REPRODUZIDAS NO NÚCLEO FAMILIAR, GRUPOS OU INDIVÍDUOS".

MAPA 20 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "EXISTÊNCIA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIAL E RISCO DE RUPTURA DOS VÍNCULOS FAMILIARES".

MAPA 21 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES NO ACOMPANHAMENTO/ATENDIMENTO FAMILIAR PELOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

MAPA 22 – REGIÕES QUE INDICARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL (INTERLOCUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES COM OUTRAS PASTAS)

MAPA 23 - REGIÕES QUE INDICARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES DE AMPLIAÇÃO DA COBERTURA (Nº DE VAGAS OFERTADAS FRENTE A DEMANDA) DOS PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

MAPA 24 - GESTÃO DOS PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

MAPA 25 - REGIÕES QUE INDICARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES DEVIDO À DEMANDA POR PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS.

MAPA 26 - REGIÕES QUE INDICARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES DE ACESSO/RELACIONAMENTO COM OS CANAIS DE PAGAMENTOS DOS PROGRAMAS.

MAPA 27 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS CONSIDERADOS INSUFICIENTES OU INADEQUADOS

MAPA 28 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) CONSIDERADOS INSUFICIENTES OU INADEQUADOS.

MAPA 29 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) CONSIDERADOS INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.

MAPA 30 - REGIÕES COM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUO (PAEFI) INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.

MAPA 31 – REGIÕES COM SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.

MAPA 32 - SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

MAPA 33 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS (AS) E SUAS FAMÍLIAS

MAPA 34 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)

MAPA 35 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – RESIDÊNCIA INCLUSIVA INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.

MAPA 36 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – ABRIGO INSTITUCIONAL INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.

MAPA 37 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA INADEQUADOS OU INSUFICIENTES

MAPA 38 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS INADEQUADOS OU INSUFICIENTES

MAPA 39 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA DE PASSAGEM INADEQUADOS OU INSUFICIENTES

MAPA 40 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA-LAR INADEQUADOS OU INSUFICIENTE

MAPA 41 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM FAMÍLIA ACOLHEDORA INADEQUADOS OU INSUFICIENTES

TABELA 1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR PORTE E SUB PORTE DE MUNICÍPIOS.

TABELA 2 - NÚMERO DE PESSOAS CADASTRADAS NO CADÚNICO, POR DRADS. ANO 2018.

TABELA 3 - PESSOAS CADASTRADAS SEGUNDO DRADS POR FAIXAS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (RFPC).

TABELA 4 - NÚMERO DE REGIÕES QUE APONTARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES NOS PROGRAMAS E BENEFÍCIOS.

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioterritorial 2019 do Estado de São Paulo foi elaborado para apoiar o planejamento estratégico da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) no próximo quadriênio, portanto, subsidiando a elaboração do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) no período que compreende os anos 2020 e 2023, além do planejamento estratégico das áreas técnicas. Trata-se de uma ferramenta de gestão fundamental para orientar o planejamento do governo no aprimoramento da política de assistência social no Estado de São Paulo.

O Diagnóstico permitiu destacar características regionais, identificar a principais situações de vulnerabilidade das diferentes regiões, e as demandas para a rede de proteção e programas socioassistenciais. O estudo realizado pelas áreas técnicas da própria pasta, com destaque para as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento (Drads), não apenas buscou conhecimentos e informações que auxiliassem a compreender as principais demandas, mas estabeleceu consensos sobre as principais diretrizes e estratégias de ação possíveis dentro da atual conjuntura.

Para a realização deste estudo foram utilizados recursos humanos e técnicos de diversas áreas da SEDS, com a colaboração de técnicos e gestores regionais e municipais, o que favoreceu a sua qualidade interpretativa acerca dos municípios e regiões administrativas. Ainda assim, é importante revelar que se trata de uma (re) aproximação à discussão da situação dos programas e serviços socioassistenciais presentes no estado – que também revela a necessidade de aprofundamentos e requalificação periódicas para a manutenção do conhecimento, no campo da proteção social e da gestão do SUAS, e da consolidação de trabalhos integrados entre os diversos setores da SEDS e do fortalecimento da vigilância socioassistencial estadual.

O trabalho de diagnóstico também foi um processo de construção de metodologias de estudo do território e pesquisa sobre as demandas socioassistenciais do estado, concebido e coordenado pelo setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, com

participação integral de todas as áreas técnicas da pasta. Esta iniciativa fortalece a prática de aprimoramento da política pública e planejamento estratégico das ações. A produção dos conhecimentos obtidos no diagnóstico socioterritorial, estão disponíveis em publicação conjunta denominada "Pesquisando o Território Paulista: metodologia do diagnóstico socioterritorial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social".

O Diagnóstico Socioterritorial do Estado de São Paulo 2019 espera assim, contribuir de forma qualificada para a elaboração do planejamento estratégico para o quadriênio 2020/2023, fortalecendo a política de assistência social, assim como o aprimoramento da gestão e dos recursos públicos.

2. INTRODUÇÃO

O planejamento é parte fundamental da gestão pública, e para isto é necessário conhecer a realidade sobre a qual se pretende atuar. A elaboração de planos, seja de ordem estratégica, tática, gerencial, ou operacional são as principais ferramentas de gestão governamental. O Plano Plurianual (PPA) é certamente um dos instrumentos mais relevantes ao planejamento governamental, instituído pela Constituição Federal de 1988, e as prioridades dos governos no sistema de federações por quadriênios.

Na Assistência Social o ciclo de planejamento é organizado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, que exige de Estados e municípios a elaboração de um Plano de Assistência Social quadrienal, além de possuírem estrutura própria de Conselho e de Fundo para a gestão da Assistência Social, para recebimento do repasse de recursos federais. A elaboração do plano é um avanço, pois fomenta a busca por conhecimentos socioterritoriais para se desenhar caminhos, estabelecer prioridades, metas, prazos e indicadores para avaliar a execução de suas ações estratégicas. No entanto, a elaboração do Plano ainda é incipiente, muitas vezes, compreendida como mera obrigação burocrática, quando, na realidade é uma das etapas mais importantes da política pública de assistência social.

O Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) é a oportunidade para que técnicos e o gestores estaduais reflitam sobre os problemas da sociedade paulista, sobre os desafios no âmbito das gestões municipais de assistência social e avaliem as capacidades instaladas, estratégias e soluções possíveis e efetivas.

A presente publicação "Conhecendo o território Paulista: diagnóstico socioterritorial do estado de São Paulo" é o produto de um estudo desenvolvido e coordenado pela área de Vigilância Socioassistencial e com ampla participação das áreas técnicas. Para este diagnóstico foi formado o Grupo de Trabalho da Vigilância Socioassistencial da SEDS (GT VS), que contou com a colaboração das equipes de proteção social da Coordenadoria de Ação Social (CAS), das equipes dos programas de transferência de renda

da Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS), da Coordenadoria de Políticas sobre Drogas (COED), da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), dos especialistas em políticas públicas, do convênio junto a Secretaria da Fazenda, e a participação fundamental de representantes das seis macrorregiões do estado de São Paulo.

O diagnóstico elaborado pelo GT VS contou com um levantamento de dados, estatísticas, estudos, além da aplicação de uma metodologia inédita de pesquisa qualitativa que auxiliou a consolidar as diretrizes e ações estratégias para a gestão estadual. A pesquisa socioassistencial realizada pelo GT Vigilância Socioassistencial em oficinas junto a técnicos e gestores regionais e uma amostra de representantes municipais mostrou-se uma experiência bem-sucedida. Com os levantamentos quantitativos e qualitativos do diagnóstico, foi possível estabelecer tanto as principais demandas da gestão estadual, como ações bem-sucedidas (que devem ser fortalecidas) e novas diretrizes de ação.

A metodologia para elaboração deste diagnóstico socioterritorial está disponível na publicação: Pesquisando o Território Paulista: metodologia de elaboração do diagnóstico socioterritorial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

Acesse: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/

Desta forma, iniciamos o estudo de diagnóstico com uma caracterização do Governo do Estado de São Paulo e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Nas seções seguintes do trabalho abordamos informações sobre a população do estado, suas especificidades territoriais, a população com perfil de atendimento do SUAS e as situações de vulnerabilidade socioassistenciais. Também foi feito o levantamento da rede de atendimento socioassistencial, suas demandas e os caminhos possíveis para a gestão estadual atender as necessidades da rede socioassistencial e da população paulista. Nas considerações finais foram definidas 3 grandes diretrizes estratégicas para o planejamento, sendo elas: Proteção Social, Gestão do SUAS, e Articulações Intersetoriais.

3. CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Para melhor compreensão do trabalho da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social no Sistema Único de Assistência Social e nas Política de Assistência e Desenvolvimento Social, procuramos situar a pasta dentro do Governo do Estado de São Paulo:

- Secretaria Estaduais – o governo paulista conta com 24 secretarias: Administração Penitenciária, Agricultura e Abastecimento, Casa Civil, Casa Militar e Defesa Civil, Comunicação, Cultura e Economia Criativa, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Social, Direitos da Pessoa com Deficiência, Educação, Esportes, da Fazenda e Planejamento, Governo, Habitação, Infraestrutura e Meio Ambiente, Justiça e Cidadania, Logística e Transportes, Procuradoria Geral do Estado, Relações Internacionais, Saúde, Secretaria Particular, Segurança Pública, Transportes Metropolitanos e do Turismo)

- Empresas Públicas - o governo paulista conta com 20 empresas sob coordenação direta do Estado, entre elas: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb, Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - Codasp, Companhia Docas de São Sebastião, Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, Cia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, Companhia Paulista de Parcerias - CPP, Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, Desenvolvimento Rodoviário S/A - Dersa, Agência de Desenvolvimento Paulista - Desenvolve SP, Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - Emplasa, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU, Imprensa Oficial, Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Cia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Empresa de informática do Governo do Estado de São Paulo - Prodesp, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp;

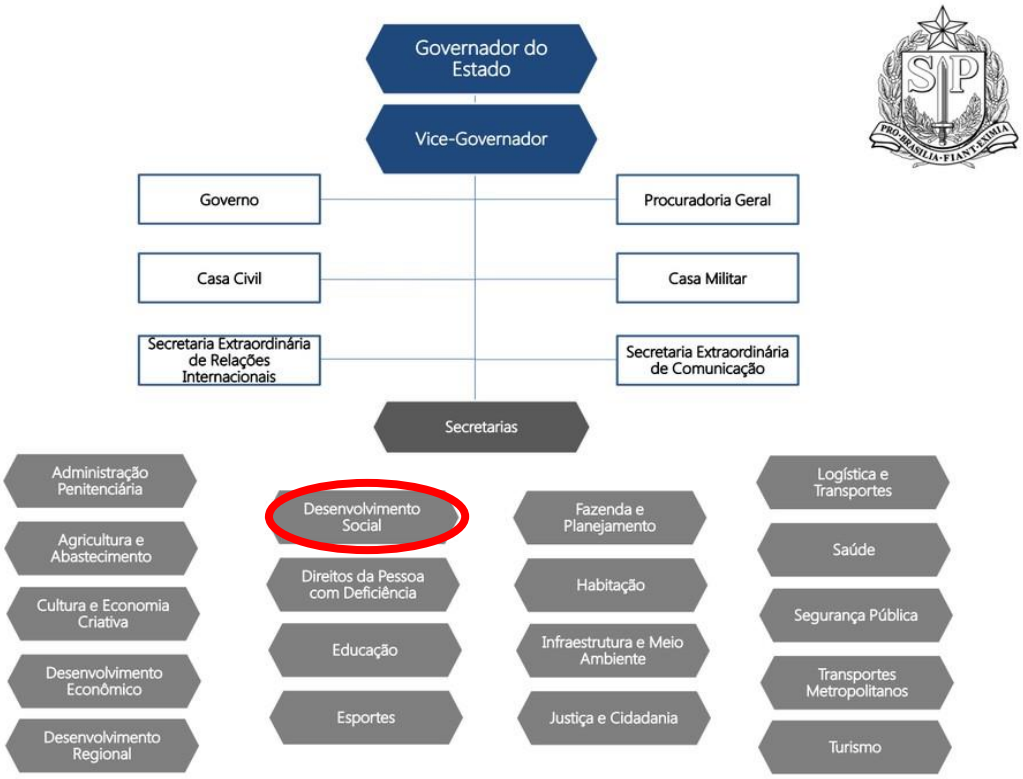
- Autarquias - o governo paulista possui 26 autarquias, entre elas: Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, Caixa Beneficente da Polícia Militar - CBPM, Centro Paula Souza, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - Daesp, Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - Detran.SP, Faculdade de Medicina de Marília - Famema, Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HC Botucatu, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - HC USP-RPHC USP-SP, Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – Iamspe, Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC, Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – Ipem, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – Ipen, Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – Ipesp, Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp, São Paulo Previdência – SPPREV, Superintendência de Controle de Endemias – Sucen, Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Universidade de São Paulo - USP)

- Fundações – são 16 fundações sob coordenação do Estado: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso - Funap, Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa, Fundação para conservação e a produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Fundação Itesp, Fundação Padre Anchieta, Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Fundação Procon-SP, Fundação para o Remédio Popular - Furp, Memorial da América Latina, Fundação Oncocentro de São Paulo - Oncocentro,

Pró-Sangue, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade, Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - Prevcom, Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Univesp e Fundação Parque Zoológico de São Paulo – Zoológico - SP);

- Órgãos do Poder Público – o São Paulo conta com 16 órgãos que compões a estrutura do Estado, entre elas: Administração Pública - Governo do Estado de SP, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Defensoria Pública, Legislativo - Senado Federal, Ministério Público do Estado de São Paulo, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Seção Criminal, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Seção de Direito Privado - 11ª a 24ª Câmaras, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Seção de Direito Privado - 25ª a 36ª Câmaras, Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral.

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Organograma geral de 2019. Disponível em: https://s2.glbimg.com/nqC5N8_t2s1bHWKYq_WsINy12p8=/0x0:1338x956/695x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2018/S/H/LZpNuLRjWnQf9pd6zccg/organograma-doria.png

Pode-se observar que a pasta de Assistência Social é uma modesta porção da máquina pública, responsável por coordenar regionalmente a Política Nacional de Assistência Social e garantir a efetividade do Sistema Único de Assistência Social no estado. No entanto, o trabalho da SEDS pode ser potencializado com a articulação e ação cooperada junto as diversas secretarias, fundações, autarquias, órgãos ou empresas públicas, as gestões municipais, rede socioassistencial e outros atores públicos e privados.

Para saber! As informações sobre os Órgão e Entidades e sua estrutura e organização no Governo do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/

4. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

4.1 Sede, Diretorias Regionais e Macrorregiões

A SEDS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social é responsável pela gestão estadual do Sistema Único da Assistência Social. A pasta conta com uma sede em São Paulo e 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads), responsáveis pela supervisão e o apoio direto (técnico e financeiro) às secretarias municipais da política de assistência social. São elas:

FIGURA 2 - DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS) DO ESTADO DE SÃO PAULO

Alta Noroeste	Barretos	Grande São Paulo ABC	Piracicaba
Alta Paulista	Bauru	Grande São Paulo Leste	Ribeirão Preto
Alta Sorocabana	Botucatu	Grande São Paulo Norte	São José do Rio Preto
Araraquara	Campinas	Grande São Paulo Oeste	Sorocaba
Avaré	Capital	Itapeva	Vale do Paraíba
Baixada Santista	Fernandópolis	Marília	Vale do Ribeira
	Franca	Mogiana	

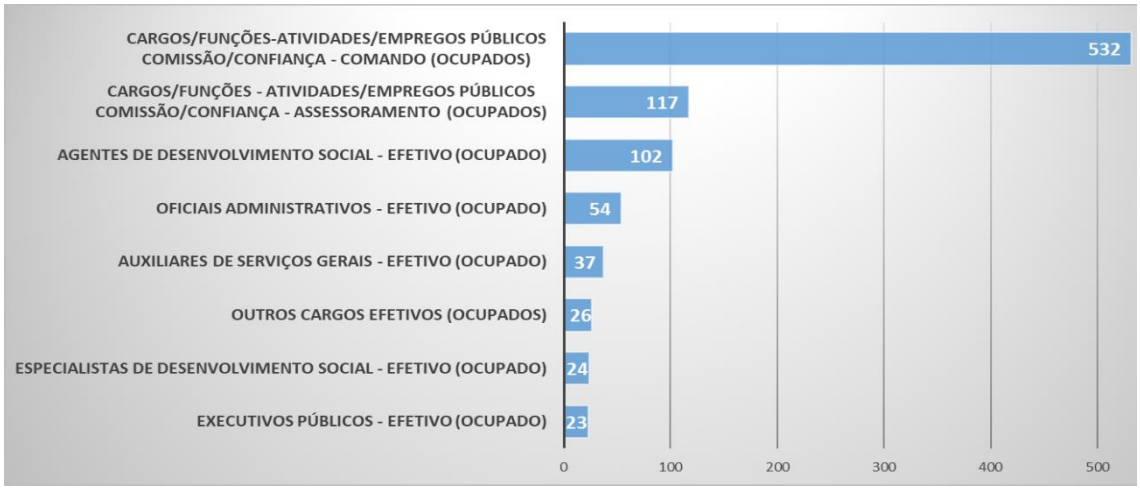
Fonte: Site Institucional da SEDS. Acesso:

http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/institucional_drads

A divisão político-administrativa das DRADS difere de outras divisões praticadas no estado de São Paulo, relacionada às características socioterritoriais e a organização dos serviços socioassistenciais.

Segundo o Diário Oficial de 30/04/2019, a situação dos cargos, funções-atividades e empregos públicos, providos/preenchidos e vagos da SEDS, a pasta conta com 1.671 cargos, dos quais apenas 55% (915 cargos) estavam ocupados. Destes cargos, 36% são compostos por funcionários efetivos (266 cargos efetivos ocupados), enquanto 64% são cargos de comissão ou confiança (649 cargos de comissão ocupados). Daqueles cargos comissionados (não efetivos) ocupados, 82% possui a função de comando e 18% possuem função de assessoramento. O Gráfico 1 mostra a distribuições dos cargos e funções ocupados. O Gráfico 1 demostra a distribuições dos cargos e funções ocupados.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS OCUPADOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



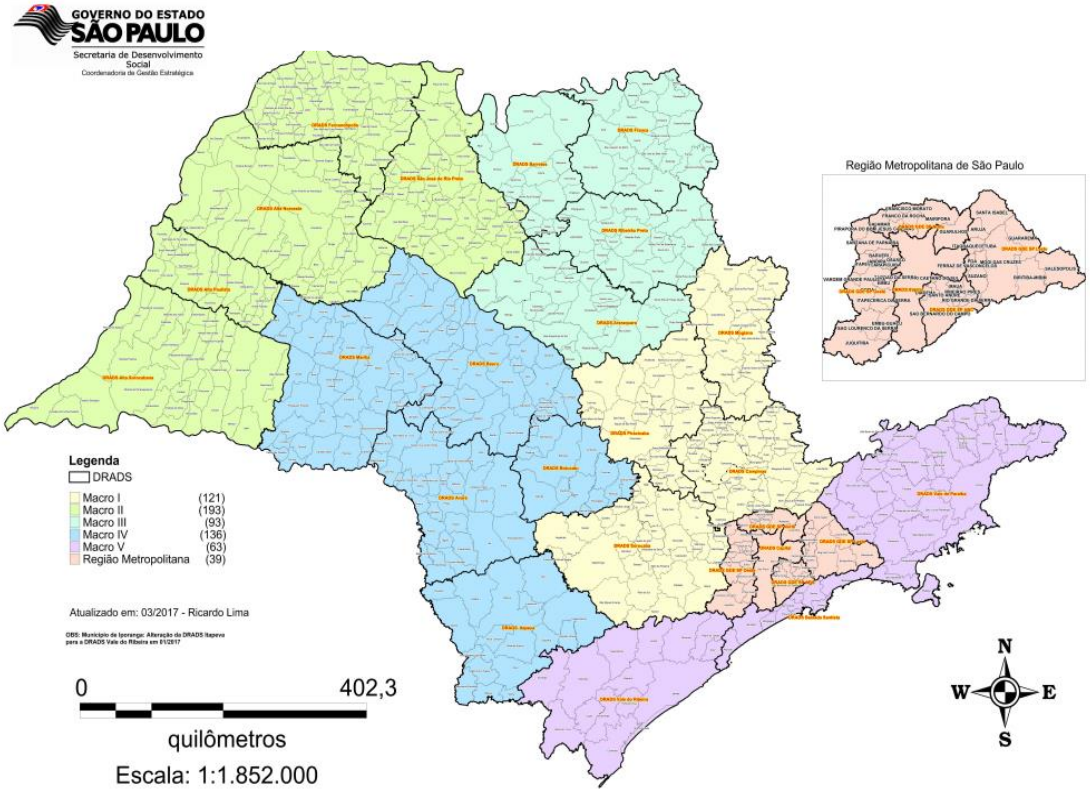
Elaboração: Vigilância Socioassistencial. Fonte: Diário Oficial de 30/04/2019, Poder Executivo – Seção I –Suplemento. p. 129 (81).[2]

[2] Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2019%2fsuplemento%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fabril%2f30%2fpag_0001_eb05dcbd6d6593ff4227c4299776c13d.pdf&pagina=1&data=30/04/2019&caderno=Suplemento%20-%20Executivo%20I&paginaordenacao=100001.

A distribuição dos cargos é um indicador do desafio enfrentado pela a gestão e principalmente pela área de atuação técnica, que atua junto aos gestores municipais e a rede de atendimento socioassistencial. Neste sentido, destaca-se a baixa participação dos cargos efetivos ocupados na composição da pasta, que garantem o acúmulo de conhecimento e a aplicação das políticas públicas em longo prazo. Conforme podemos observar ao final do estudo, a valorização da mão de obra técnica e qualificada está entre um dos desafios mais importantes para ampliação e aprimoramento da gestão estadual de assistência social.

As Drads estão distribuídas informalmente em 6 macrorregiões. O decreto nº 42.826, de 21 de janeiro de 1998, estabeleceu a existência de 4 macrorregiões, porém esse foi revogado pelo decreto nº 49.688 de 2005, e como não houve distribuição das Drads em macrorregião, entende-se que atualmente está indefinida formalmente na estrutura da Seds. A divisão político-administrativa da SEDS se organiza de maneira operativa, organização que se tornou referência para realização de atividades conjuntas entre os municípios que compõem diferentes Drads, para receber visitas técnicas das coordenadorias da sede (na capital), para organização de reuniões entre as próprias Drads de uma mesma macrorregião. Essa nucleação é usada como exemplo de redução de custos de deslocamento de técnicos no território do estado.

MAPA 1 – MACRORREGIÕES, DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Coordenadoria de Gestão Estratégica da SEDS, mês/ano de referência da elaboração: 03/2017.

O decreto nº 49.688 de 17 de junho de 2005 também institui a Política de Assistência e Desenvolvimento Social no Estado de São Paulo e o funcionamento da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, alterado pelo decreto nº 62.603, de 31 de maio de 2017, porém com acréscimo de coordenadoria, sem outras alterações. Esta legislação, organiza as equipes e as funções da SEDS, a fim de dirimir estruturas que possuem nomenclatura com um ranço histórico da ação social e caritativa, enquanto, por outro lado, fomentar a institucionalização de iniciativas ainda não reconhecidas formalmente. Esta carência de uma organização clara, técnica e institucionalizada, não apenas ocasiona dificuldades internas, como causa, em muitos casos, a superposição entre órgãos do governo e outros entes federativos. Durante a pesquisa qualitativa para o diagnóstico socioterritorial destacou-se a necessidade de atualização e aprimoramento do decreto da SEDS e outras legislações referentes a esta política pública, servindo como

parâmetro para a institucionalização do SUAS nos municípios. Para saber mais, consulte a "Pesquisando o Território Paulista: metodologia do diagnóstico socioterritorial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social" na integra.

Para conhecer melhor as diferentes divisões e regionalizações do Estado de São Paulo acesse a ferramenta da Fundação SEADE: **http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/**

5. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

5.1 Caracterização do Território

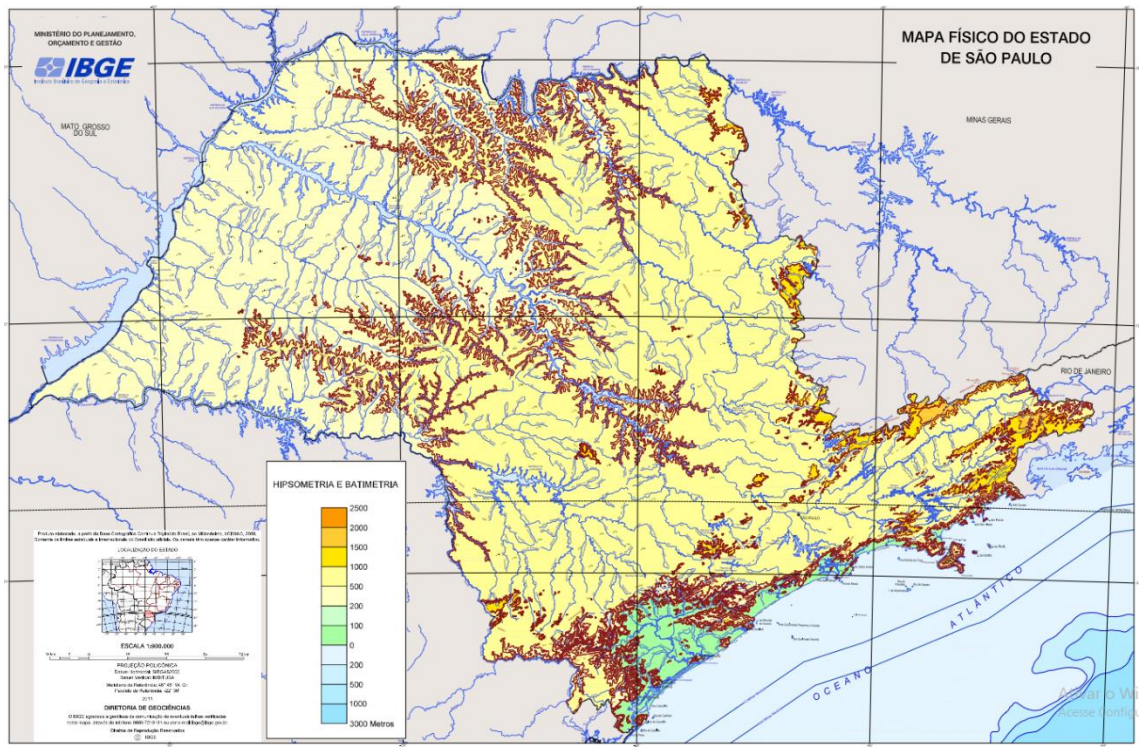
A área territorial do Estado de São Paulo (SP) é de 248.309,3 km², com uma população estimada em 44.397.961 pessoas em 2019 (IBGE/Cidade e Estados). O São Paulo limita-se à nordeste, com o Estado do Rio de Janeiro (15.989.929 de habitantes), ao norte, com o Estado de Minas Gerais (19.597.330de habitantes), à oeste com o Estado de Mato Grosso do Sul (2.449.024 de habitantes) e ao sul com o Estado do Paraná (10.444.526 de habitantes). Ao Leste está à margem do oceano Atlântico. São Paulo é estado mais populosos do país, seguido de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná. Trata-se, portanto, da região mais populosa também (Sudeste).

A trajetória do território paulista remonta a inauguração da cidade em 1554, com a construção do colégio Jesuíta às margens do rio Tamanduateí, endereço próximo de onde se encontra hoje a cede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. No entanto, a região teve um crescimento vertiginoso, econômico e populacional já no início do século XX, durante o ciclo do café, estimulando a vinda de mão de obra de outras regiões e outros países (Rolnik, 2001). Logo, para entender como o estado de São Paulo é hoje, precisamos compreender que existe um processo relativamente recente, onde a população passou de 2.279.608 habitantes em 1900 (BRASIL, 1900), para um estado populoso, com áreas de altíssima densidade populacional, mas também muito municípios de pequeno porte, com seus poucos habitantes distribuídos em territórios amplos.

As Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social e os municípios que compõe cada região possuem suas características próprias, a começar por suas condições geográficas, que influenciam diretamente nas vocações econômicas, as condições de vida e consequentemente, as estratégias de desenvolvimento socioeconômico.

O processo de ocupação do estado possui uma relação com os relevos, sua a hidrografia, e mesmo os climas das regiões. Por isso é importante conhecer as principais unidades do relevo, envolvendo: uma planície Costeira limitada pela Serra do Mar; seguida pelo Planalto Atlântico, com aproximadamente 800 metros de altitude, separados pela serra do Mar que forma um paredão quase verticalmente sobre a planície litorânea; seguido pelas formações de Depressão Periférica e Cuesta Basáltica, quando passa a cair a altitude para até 200 metros, rumo ao Planalto Ocidental. O mapa 2 mostra tanto o relevo do estado, como sua hidrografia.

MAPA 2 – RELEVO E HIDROGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: IBGE, 2011.

O relevo está diretamente relacionado à hidrografia, e ambos possuem papel fundamental nas estratégias econômicas e na distribuição da população. O Rio Tietê é o principal rio, sendo a unidade hidrográfica que atravessa praticamente todo o território paulista, nascendo Planalto Atlântico, em Salesópolis, município da região metropolitana de São Paulo, sub denominada Alto Tietê. O rio segue rumo ao interior do território paulista, num percurso

de 1.136 km de extensão até desaguar no Rio Paraná. O Rio Tietê destaca-se também em importância histórica na ocupação do interior, tendo seu leito servido de guia aos primeiros bandeirantes no reconhecimento e ocupação de parte território brasileiro. Outros importantes rios do Estado são: Rio Piracicaba, Paraná, Paranapanema, Grande, Turvo, Pardo, Mogi-Guaçu, Jacaré-Pepira, Jacaré-Guaçu e Rio do Peixe.

O clima do Estado de São Paulo é caracterizado como tropical atlântico, na maior parte do território, e tropical de altitude, nas regiões serranas. Em relação à vegetação, próximo à costa, o ecossistema predominante é a mata Atlântica, restando poucas áreas de vegetação nativa.

A caracterização do território aqui inserida deve-se à reconhecida relevância do espaço físico na organização social do território, influenciando as trajetórias de ocupação humana e também condições objetivas relacionadas as situações de vulnerabilidade socioassistenciais identificadas ao longo do estudo. Nesse sentido, esse breve esboço deve servir para subsidiar as análises de natureza socioassistencial subsequentes, a serem identificadas geograficamente em divisões político-administrativas específicas do território, tais como macrorregiões e diretorias regionais próprias do exercício da ação social (DRADS).

5.2 Municípios do Estado de São Paulo

O estado de São Paulo possui municípios com grande variação populacional, onde os menores município vão desde 811 habitantes em Borá, ou 1.172 habitantes em Nova Castilho, chegando a 1.379.182 habitantes em metrópoles como Guarulhos, ou mesmo, 11.811.516 habitantes no município de São Paulo (IBGE/ F. SEADE, estimativa ano 2019).

A distribuição populacional do estado evidencia diferentes cenários, conforme iremos analisar. O critério de classificação dos municípios foi baseado na Política Nacional de Assistência Social (2004): pequeno porte 1 (até 20.000 habitantes), pequeno porte 2 (de 20.000 a 50.000 habitantes), médio porte

(de 50.000 a 100.000 habitantes), grande porte (de 100.000 a 900.000 habitantes) e metrópoles (acima de 900.000 habitantes). No entanto, em 2015, o Ministério do Desenvolvimento Social (hoje Ministério da Cidadania) elaborou o documento SUAS +10 (BRASIL, 2015) no qual propôs uma nova forma de classificação por porte municipal que amplia a primeira de 2004, disposta na Tabela 1.

TABELA 1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR PORTE E SUB PORTE DE MUNICÍPIOS.

Porte municipal	Número de Municípios	Participação no total de municípios do Estado	População	Participação no total da população do Estado
PP1a até 2.500 hab.	39	6,05%	75.237	0,17%
PP1b de 2.501 a 5.000 hab.	109	16,90%	408.921	0,92%
PP1c de 5.001 a 7.500 hab.	74	11,47%	457.140	1,03%
PP1d de 7.501 a 10.000 hab.	51	7,91%	437.867	0,99%
PP1e de 10.001 a 15.000 hab.	69	10,70%	852.030	1,92%
PP1f de 15.001 a 20.000 hab.	47	7,29%	816.733	1,84%
Total Pequeno Porte 1	***389***	60,31%	***3.047.928***	6,88%
PP2a de 20.001 a 40.000 hab.	93	14,42%	2.619.698	5,91%
PP2b de 40.001 a 50.000 hab.	29	4,50%	1.310.375	2,96%
Total Pequeno Porte 2	***122***	18,91%	***3.930.073***	8,87%
PMa de 50.001 a 75.000 hab.	36	5,58%	2.177.420	4,91%
PMb de 75.001 a 100.000 hab.	20	3,10%	1.735.345	3,92%
Total Médio Porte	***56***	8,68%	***3.912.765***	8,83%
GP1a de 100.001 a 300.000 hab.	54	8,37%	9.201.028	20,76%
GP1b de 300.001 a 600.000 hab.	15	2,33%	5.695.756	12,85%
GP1c de 600.001 a 900.000 hab.	6	0,93%	4.210.220	9,50%
Total Grande Porte 1	***75***	11,63%	***19.107.004***	43,12%
GP2a de 900.001 a 1.500.000 hab.	2	0,31%	2.505.644	5,65%
GP2b de 1.500.001 a 2.500.000 hab.	0	0,00%	0	0,00%
GP2c de 2.500.001 a 3.500.000 hab.	0	0,00%	0	0,00%
GP2d de 3.500.001 a 8.000.000 hab.	0	0,00%	0	0,00%
GP2e mais de 8.000.000 hab.	1	0,16%	11.811.516	26,65%
Total Grande Porte 2	***3***	0,47%	***14.317.160***	32,31%
Total Geral	**645**	100,00%	**44.314.930**	100,00%

Fonte: IBGE/ Fundação Seade, estimativa para o ano2019. Nota: Classificação segundo BRASIL (2015).

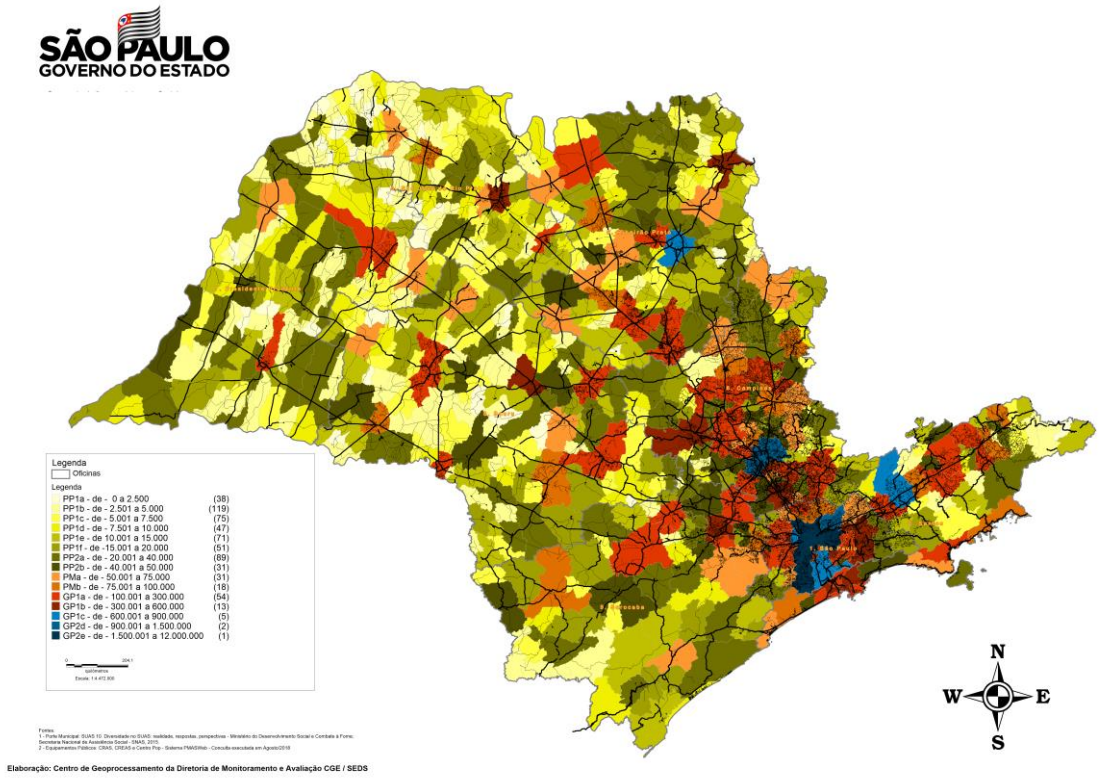
O porte municipal mais presente no estado de São Paulo é pequeno 1, isto é, 60,31% dos municípios paulistas possuem população com até 20 mil habitantes. Os municípios de pequeno porte 2 também são numerosos, representando 19,91%, com população entre 20 e 50 mil habitantes. Embora mais de 80% dos municípios do estado possuam até 50 mil habitantes, os portes pequeno 1 e pequeno 2 possuem uma participação na população total de respectivamente, 6,88% e 8,87%. Inversamente, 11,63% dos municípios possuem grande porte 1, onde habitam 43,12% da população. Já as 3

metrópoles do estado representam apenas 0,47% dos municípios, onde habitam 32,31% da população do estado. Destaca-se que os 54 municípios de grande porte GP1a (possuem entre 100 mil e 300 mil habitantes), comportam o maior contingente populacional, depois da cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo também se diferencia das demais metrópoles, pela grande diferença no tamanho da população e das complexidades, tornando Campinas e Guarulhos metrópoles mais semelhantes as cidades de grande porte GP1.

O mapa 3 mostra como se dá a distribuição dos municípios segundo o porte populacional no Estado de São Paulo. O mapa mostra maior concentração da população paulista nas regiões metropolitanas como São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba, Sorocaba, Ribeirão Preto, ou ainda nos aglomerados urbanos, como das regiões de Franca, Jundiaí e Piracicaba. O mapa também destaca outro aspecto importante, relacionado as rodovias que interligam municípios e regiões, onde mesmo aquelas regiões com maior proporção de municípios de pequeno porte, territórios municipais com conexões entre duas ou mais estradas de grande circulação, são também os mais populosos.

MAPA 3 - PORTES POPULACIONAIS COM BASE NO SUAS 10[3] E PRINCIPAIS RODOVIAS, ESTADO DE SÃO PAULO.

[3] MDS, Ministério do Desenvolvimento Social. SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas. 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/148.pdf



Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Coordenadoria de Gestão Estratégica da SEDS.
Nota: Classificação segundo BRASIL (2015).

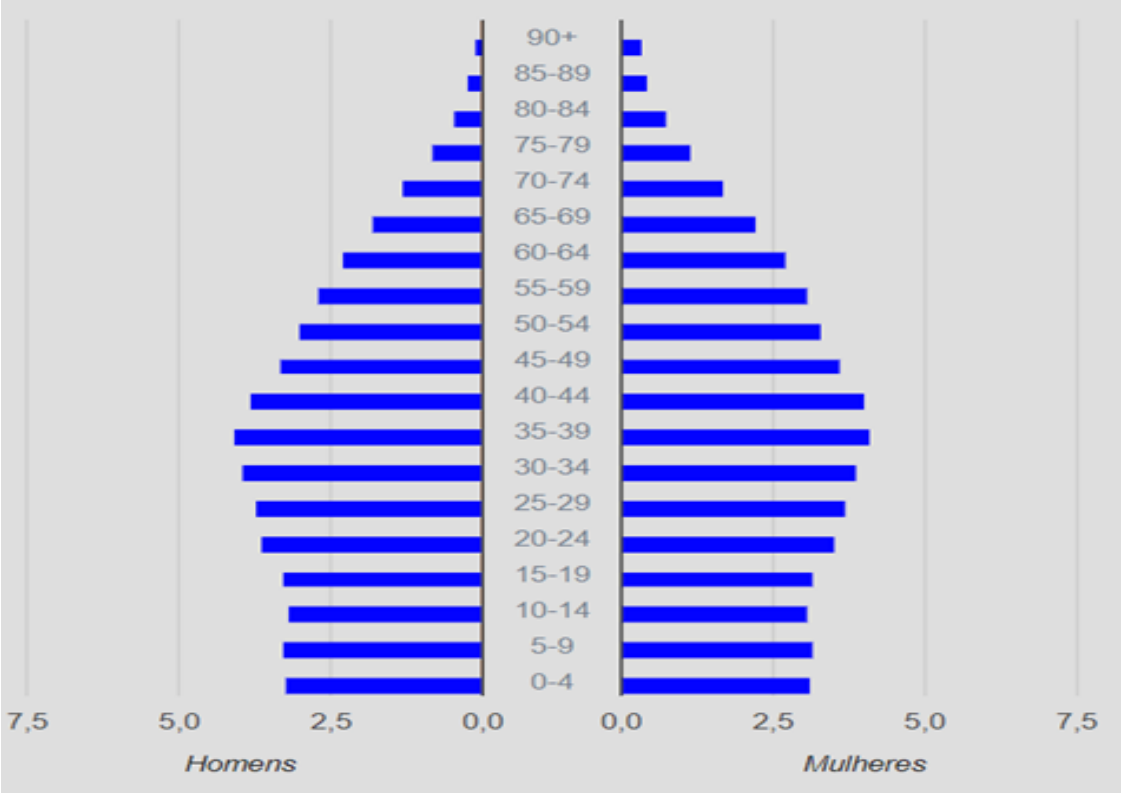
No estado de São Paulo, cerca de 80% dos municípios possuem população com até 50 mil habitantes. No entanto, a população vive majoritariamente (85%) nos municípios de porte médio, grande ou metrópole, o equivalente a 20% das cidades do estado. A análise dos portes populacionais deixa evidente complexidade da gestão pública estadual, que exige diferentes estratégias regionais.

5.3 População e dados demográficos

A população do estado de São Paulo, registrada no Censo IBGE de 2010, era de 41.262.199 pessoas. Atualmente, segundo estimativa para o ano de 2019, o estado conta com população de 45.919.049 pessoas (IBGE/ Estados e Cidade), que correspondem a cerca de 21,85% da população brasileira.

Segundo as projeções da população do IBGE, entre 2012 e 2018 o país teve uma tendência de queda da proporção de pessoas abaixo de 30 anos de idade. Este fenômeno confirma a tendência de envelhecimento da população brasileira. No estado de São Paulo, a distribuição etária da população se assemelha a tendência nacional. O gráfico 2 apresenta a pirâmide etária do Estado de São Paulo projetada para o ano de 2019 (IBGE/ Projeção da População), demonstrando a redução da população jovem entre 0 e 19 anos, e crescimento nas faixas etárias até 44 anos.

GRÁFICO 2 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, PROJEÇÃO PARA 2019.



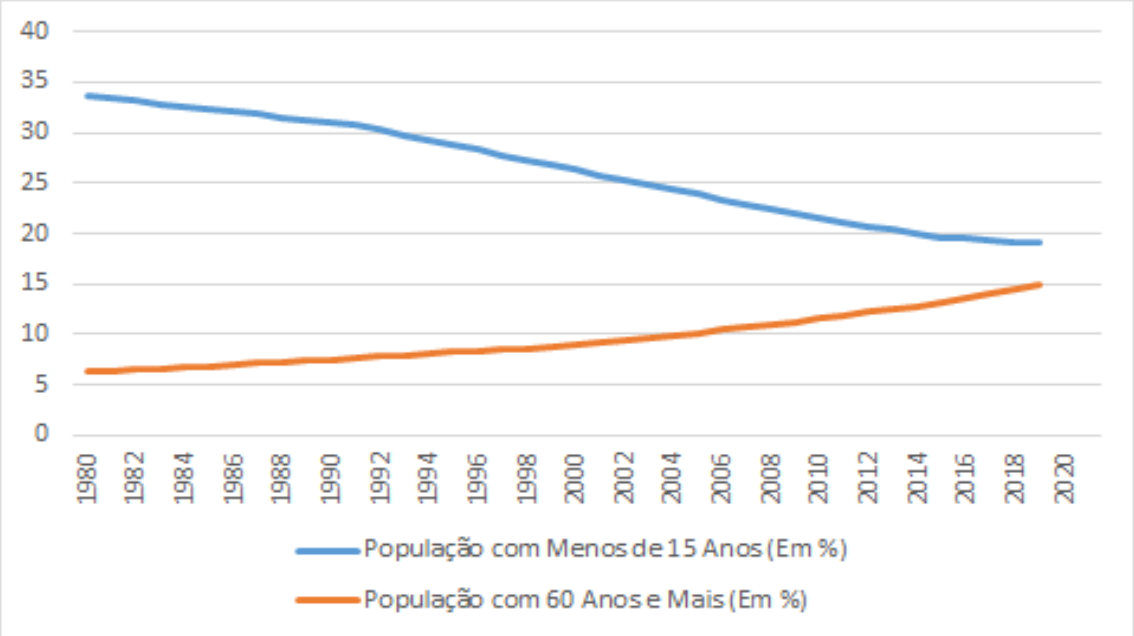
Fonte: IBGE, 2019.

A expectativa de vida aponta para uma população que viverá cada vez mais nos próximos anos. Entre 1980 e 2010, a expectativa de vida média da população paulista aumentou em nove anos, passando de 66,6 anos para 75,8 anos (SEADE, 2018). Em 2018, a expectativa de vida média no Brasil chegou a 76,2 anos, sendo a dos homens de 72,7 anos e a das mulheres de 79,8

anos. Os grupos de idade a partir dos 80 anos possuem uma proporção de mulheres que supera a de homens.

O Índice de Envelhecimento da População[4] desenvolvido pela Fundação SEADE é outro indicador que demonstra esta tendência, comparando a razão entre jovens (até 14 anos) com de idosos (maior de 60 anos). A variação crescente desse índice aponta para uma transição demográfica, isto é, de uma sociedade com padrão etário mais jovem, para outra, mais idosa. O Gráfico 3 deixa evidente a mudança na participação percentual da população idosa e de menores de 15 anos sobre o total de residentes no estado desde a década de 1980:

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS E DA POPULAÇÃO COM 60 ANOS E MAIS, ENTRE 1980-2018 (EM %).



Fonte: Fundação SEADE, 2019.

No Estado de São Paulo estes índices variaram amplamente entre 1980 a 2019. Em 1980, para cada 100 mil pessoas com até 14 anos de idade, havia

[4] Índice de Envelhecimento é calculado pela Fundação SEADE a partir da razão entre o número de indivíduos com 60 anos e mais para cada grupo de 100 indivíduos de 0 a 14 anos. (SEADE/ Indicadores dos Municípios Paulistas)

uma proporção equivalente a 18,62% de pessoas maiores de 60 anos, passando para 78,13% em 2019. Ou seja, a estrutura etária do Estado de São Paulo está em rápido processo de modificação, onde observa-se uma tendência de aumento da população idosa e diminuição das crianças e jovens ao longo dos anos.

Qual trajetória a população paulista seguirá no futuro?

A publicação do SP Demográfico, da Fundação Seade (2018) faz um estudo sobre o crescimento da população paulista desde 1950, e projeta esta trajetória para 2050. O estudo indica hoje já existem 110 municípios paulistas com taxa negativa de crescimento, e apresentará uma redução sistemática do crescimento médio da população. Em meados da década de 2040 o estado poderá apresentar taxa negativa do crescimento médio. No entanto, as taxas variam regionalmente, podendo se manter acima da média nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, num processo de adensamento expandido.

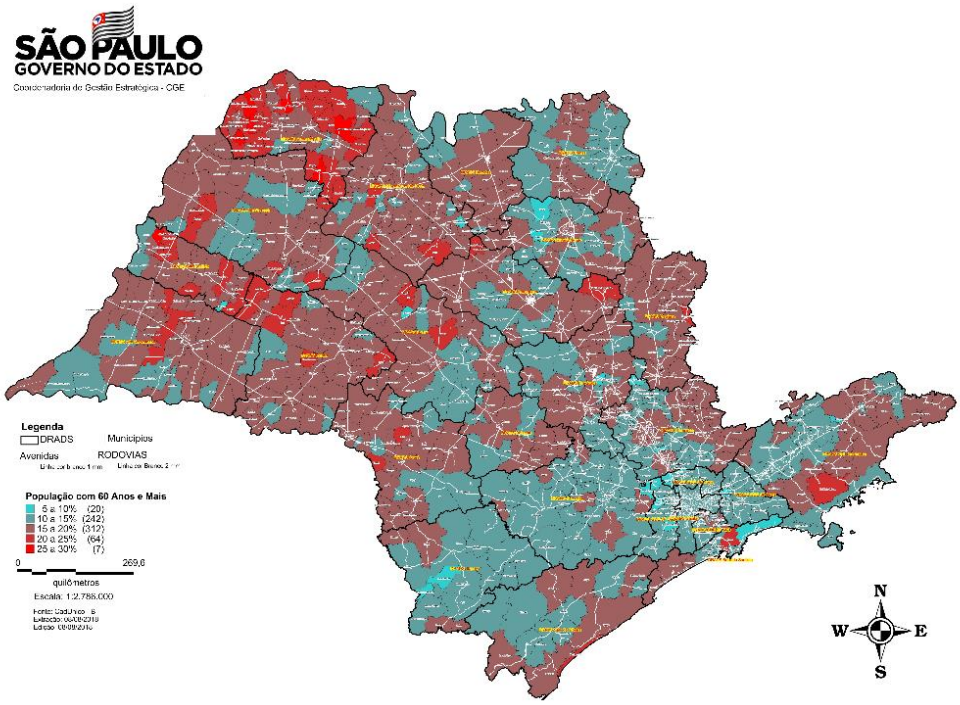
Para ver o estudo completo, acesse o SP Demográfico, Ano 18 – nº 04, de novembro de 2018:

https://www.seade.gov.br/produtos/sp-demografico/?periodo=2018

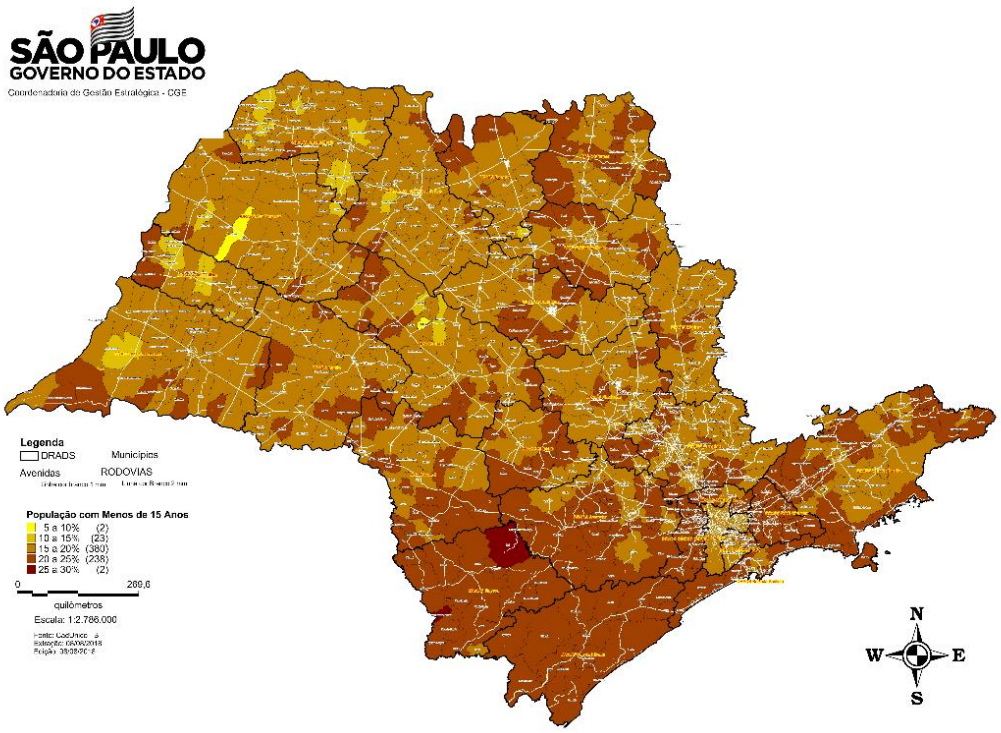
A distribuição da população que 60 anos e menor que 15 anos de idade, representa uma importante informação para a Política de Assistência Social no estado de São Paulo. Os mapas 4 e 5 indicam a distribuição dessas faixas etárias no território. O mapa 4 destaca-se as baixas proporções (menores que 15%) de pessoas acima de 60 anos em regiões como a Drads Itapeva, Sorocaba e na as Drads da Região Metropolitana de São Paulo, enquanto outras regiões, como Drads Presidente Prudente e Fernandópolis possuem grandes proporções (acima de 20%) de idosos em relação ao total da população. Por outro lado, o mapa 5 aponta para grande proporção (acima de

20%) de pessoas jovens em regiões como Drads Itapeva, Vale do Ribeira, Baixada Santista ou Grande São Paulo Leste.

MAPA 4 – POPULAÇÃO MAIOR QUE 60 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO MUNICIPAL NO ESTADO DE SÃO PAULO MUNICIPAL NO ESTADO DE SÃO PAULO



MAPA 5 – POPULAÇÃO MENOR QUE 15 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO MUNICIPAL NO ESTADO DE SÃO PAULO



Elaboração

Mapas 4 e 5: Centro de Geoprocessamento da Coordenadoria de Gestão Estratégica da SEDS.

Apesar do envelhecimento da população nas estatísticas do estado de São Paulo, este fenômeno varia conforme os a região e mesmo dentro de um mesmo município. Estes ciclos de vida devem ser observados pelas equipes de proteção social em relação a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais.

5.4 Composição familiar

Segundo os dados sociais do Censo Demográfico de 2010, sabemos que a família brasileira vem mudando nas últimas décadas, marcada entre outras características, pelo aumento da esperança de vida e diminuição das taxas de fecundidade. Outras características são: a maior presença de famílias com avós e neto; arranjos familiares menos tradicionais; aumento do número de uniões consensuais; o aumento dos divórcios; crescimento significativo das famílias reconstituídas, nas quais os filhos podem ser apenas de um dos cônjuges; e aumento do número de crianças que crescem em famílias monoparentais (IBGE, 2012).

A grande maioria das famílias do país é composta por uma ou duas pessoas: 12,1% das unidades domésticas recenseadas em 2010 eram unidades unipessoais, ou seja, pessoas que viviam sozinhas, enquanto 87,2% eram ocupadas por duas ou mais pessoas com parentesco, totalizando 54,3 milhões de famílias. Mudanças na estrutura familiar é marcada pela maior participação da mulher no mercado de trabalho, pelas baixas taxas de fecundidade e o envelhecimento da população, indicando um aumento de casais sem filhos (com ou sem parentes), que passou de 14,9% em 2000 para 20,2% do total de famílias, em 2010 (IBGE, 2012) com diferentes configurações (IBGE, 2012).

A composição das casas (unidades domésticas) também tem se alterado, com aumento de unidades com famílias conviventes. Entre os anos de 2000 e 2010 a parcela de famílias conviventes passou de 13,9% para 15,4% e a das famílias únicas reduziu de 86,1% para 84,6%. Segundo o IBGE (2012), o tipo mais comum das famílias conviventes[5] é o formado por famílias monoparentais femininas (53,5%), provavelmente compostas por filhas dos responsáveis e/ou dos cônjuges que tiveram seus filhos sem contrair matrimônio ou retornaram à casa dos pais por motivo de separação ou divórcio, e os núcleos secundários contam com a presença de filhos do responsável ou do cônjuge da família principal (IBGE, 2012).

[5] Para o Censo de 2010 o IBGE considerou como **família única** o núcleo familiar da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) com apenas uma família e **famílias conviventes** os núcleos familiares em uma mesma unidade doméstica: "A família da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) foi definida como a família convivente principal. Nos Censos Demográficos anteriores, o número de famílias conviventes principais e segundas era equivalente, porque se considerava também como "família" o conjunto de pessoas sem laços de parentesco. Como, para este volume temático, se considerou como "família" somente o conjunto de pessoas em unidades domésticas com parentesco, os totais de famílias [conviventes principais e segundas não são equivalentes. Isso ocorre nos casos em que a pessoa responsável reside unicamente com núcleos familiares formados por agregados, pensionistas, empregado (a) doméstico (a) ou parente do (a) empregado (a) doméstico (a). Cabe destacar que tais casos são residuais" (IBGE, 2012:36).

O Censo IBGE 2010 demonstrou importantes mudanças na estrutura das famílias, na diversificação dos arranjos familiares e parentais, confirmando destaque ao papel das mulheres na sociedade, e o envelhecimento da população. Estas informações devem ser consideradas nas estratégias de oferta de serviços e atendimento socioassistencial.

6. DADOS SOCIOECONÔMICOS E INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS

6.1 Aspectos socioeconômicos

Segundo a Síntese de Indicadores Social (IBGE 2018), o país vem sofrendo significativa queda no PIB per capita e no consumo das famílias, tendo, entre 2014 e 2017, apresentado desaceleração e baixa recuperação econômica ao final deste período. Isso significou perda no mercado de trabalho devido ao aumento da desocupação, desemprego, da subutilização da força de trabalho e da informalidade, além da retirada de força de trabalho[6]. Nesse contexto, o país tem como consequências, entre outras, a menor produção de bens e serviços, a precarização das formas de trabalho, o aumento da pobreza e das famílias em situações de vulnerabilidade, isto é, economia com perda de produtividade e de bem-estar da população.

A taxa de desocupação do Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018)[7] foi de 12,0%, enquanto em São Paulo a mesma taxa foi de 13,4%. Já o percentual de pessoas que trabalham no mercado formal (pessoas maiores de 14 anos, trabalhando com carteira assinada) é de 58,5% no Brasil, e 69,3% no estado de São Paulo. Segundo a mesma pesquisa, o rendimento médio do paulistano foi de R$ 2.609,00, porém, a média de rendimento de 40% da população mais pobre é R$ 912,00, enquanto os 10% mais ricos possuem um salário média do R$ 11.386,00. O

---

[6] Para melhor esclarecimento sobre os conceitos: aumento da desocupação - "São classificadas como desocupadas na semana de referência (da pesquisa do IBGE) as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido o trabalho que iriam começar após a semana de referência. " Pessoas fora da força de trabalho "São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência (da pesquisa do IBGE) as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana".
Conceitos disponíveis em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm, acesso em: 23/08/2019.

[7] Os dados da Síntese de Indicadores Sociais também podem ser captados através da ferramenta IBGE Estados e Cidades. Acesso: https://cidades.ibge.gov.br/

estado de São Paulo apesar de rico, ainda apresenta grandes desigualdades socioeconômicas.

Analisando o mercado de trabalho por recortes de sexo, cor/raça e faixa etária brasileiro, observa-se uma situação bastante desigual, com uma forte presença de mulheres, negros e pardos, jovens, idosos e pessoas com deficiência entre os mais atingidos pelo desemprego ou a precariedade no mercado de trabalho.

No Brasil, a taxa de desocupação e de pessoas fora da força de trabalho é maior entre as mulheres do que entre os homens. As mulheres também são o maior número dentro dos serviços domésticos, que é de baixa produtividade para a economia e de baixo rendimento para o trabalhador (IBGE, 2018). Já a população de pretos e pardos está predominantemente presente nas áreas com menores remunerações e maior precariedade, como agropecuária (são 61% destes ocupados), construção civil (63%) e serviços domésticos (66%) (IBGE, 2018). As mulheres e a população preta e parda são também as que recebem os menores rendimentos do país: em 2017, os brancos ganhavam em média 72,5% mais do que pretos ou pardos, e os homens ganhavam em média, 30% mais que as mulheres (IBGE, 2018). Além disso, 22% dos jovens entre 15 e 29 anos de idade do estado não estuda nem está ocupado (empregado). A escolaridade também é outra dimensão que merece o investimento das políticas públicas dado que, de forma geral, a força de trabalho brasileira possui um baixo nível de instrução – em 2017, alarmantes 43% dos ocupados não possuíam o ensino médio completo (IBGE, 2018).

6.2 Pobreza e vulnerabilidade (conceitos)

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que pode se expressar em dimensões materiais e não materiais, objetivas e subjetivas. Também é um conceito que vem mudando ao longo do tempo, tendo sido abordado a partir da concepção de sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa, pode referir-se à condição de renda ou de satisfação de necessidades básicas ou mesmo de necessidades "não tão básicas" (Crespo & Gurovitz, 2002).

Diferentes instituições utilizam variados parâmetros para definir pobreza – trata-se de uma definição/escolha política e, portanto, não existe uma única forma de medir a pobreza no mundo. Entretanto, a renda tem sido usada há décadas, pela grande maioria dos países, como o principal critério para definições objetivas sobre quem está em situação de pobreza e quem não está, por se tratar de um critério simples, prático e comparável.

O conceito de vulnerabilidade social é muitas vezes utilizado como sinônimo de pobreza - embora mais amplo e com características multidimensionais. Vulnerabilidade pode ser definida como a perda iminente do bem-estar, causada pela incerteza de eventos, associada à ausência de instrumentos apropriados para gerenciá-la, sendo que tais eventos podem ser a perda de um emprego, uma mudança climática, uma perda familiar sustentadora, uma doença, entre tantas outras, não sendo necessariamente a perda do poder de consumo a condição definidora de "vulnerabilidade". Assim, a vulnerabilidade pode ser entendida como a relação entre pobreza, risco e esforços para o gerenciamento desse risco (RIBAS, 2007).

Pobreza e vulnerabilidade não são sinônimos, mas estão intrinsecamente relacionados, pois muitas famílias pobres estão certamente vulneráveis a privações futuras. No entanto, a identificação prévia dessas famílias vulneráveis é mais complexa que a simples identificação estática das famílias pobres, pois é uma avaliação que depende de outros fatores, como composição familiar, ciclos de vida das pessoas, local de moradia, e outras situações que a família ou a pessoa possa estas exposta.

6.2.1. As diferentes linhas de pobreza

No Brasil o critério de renda tem sido central na conformação de diversas políticas públicas devido à condição altamente monetizada da sociedade brasileira, onde as famílias acessam, em geral, bens e serviços por meio do mercado (Amaral, 2014). A seguir serão mencionados brevemente algumas das referências usadas internacionalmente, no Brasil e em São Paulo.

O Banco Mundial[8] definiu o valor de US$ 1,90 diários per capita[9], como referência para definir a linha de pobreza. Já em 2017[10] utilizou os valores de US$ 3,20 e US$ 5,50 para medir a pobreza em países de renda média-baixa e de renda média-alta, respectivamente – uma alteração que visou considerar os distintos níveis de renda dos países. Utilizando estas referências para o estado de São Paulo, e com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domicílios (PNAD 2017), seria possível considerar que aproximadamente 14,9% da população paulista vive com até US$ 5,50 diários, e destes, 3,1% vive diariamente com US$ 1,90, isto é, em extrema pobreza.

Outra importante referência consiste nas linhas de pobreza baseadas no salário mínimo nacional. Destaca-se nesse sentido o percentual de pessoas com renda per capita mensal até ¼ do salário mínimo, uma vez que este é o público prioritário da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, conforme a Resolução nº 13 de 03 de agosto de 2015. Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domicílios (2017) [11] apontaram 5,6% da população paulista (cerca de 2,4 milhões pessoas) com rendimento domiciliar per capita de até ¼ (um quarto) do salário mínimo e 18,3% com rendimento domiciliar per capita de até ½ (meio) salário mínimo. O infográfico abaixo dá uma noção dos números mencionados para o estado:

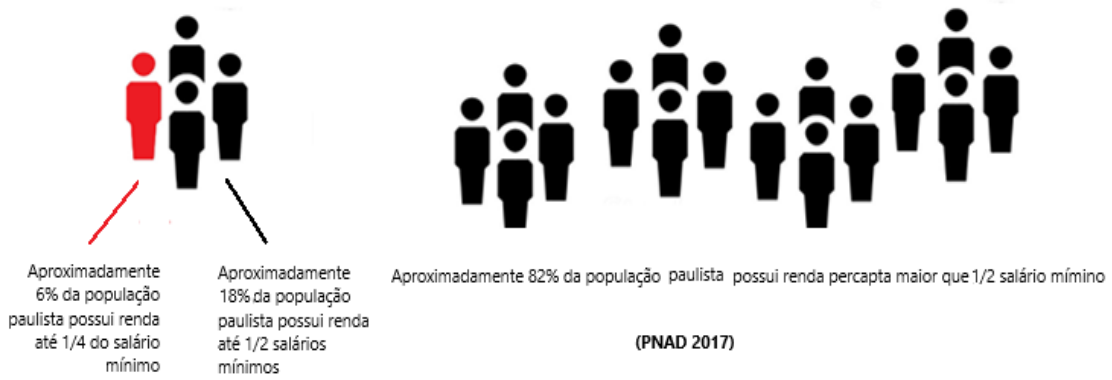
---

[8] Disponível em https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/746163-what-is-the-1-90-poverty-line-and-based-on-this - acesso em 11 de março de 2019.

[9] Valor definido em Paridade de Poder de Compra - PPC dos países mais pobres naquele ano (disponível em http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/10/banco-mundial-atualiza-valor-da-linha-da-pobreza-para-us-190-por-dia. Acessado em 05/08/2019). O PPC visa normalizar os dados sobre consumo e rendimentos em cada país, conferindo-lhes comparabilidade internacional. É calculada tendo por base dados de preço do mundo inteiro, cabendo ao *International Comparison Program*, um programa estatístico independente, a responsabilidade de determiná-la.

[10] Relatório Pobreza e Prosperidade Compartilhada: montando o quebra-cabeça da pobreza. Original: Poverty and Share Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle - World Bank Group.

[11] Dados obtidos na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, disponível em https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html.



O programa federal Bolsa Família (PBF) prioriza a inclusão de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, definidas pela renda familiar mensal per capita de até R$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e R$ 89,00 (oitenta e nove reais), respectivamente[12]. No estado de São Paulo, são 1.604.095 famílias que correspondiam a este perfil e estavam inseridas no PBF (maio de 2019).

[12]Valores estabelecidos pelo Decreto nº 9.396 de 2018. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9396.htm

Para os programas estaduais, o público prioritário é a população que vive com renda per capita mensal de até ¼ de salário mínimo, a qual em 2017 correspondia a cerca de 2,4 milhões de pessoas (5,6% da população do estado).

Outras referências praticadas para estabelecer linhas de pobreza por renda e inclusão em programas sociais:

Viver com U$1,90 ao dia (por pessoa);

Viver com U$ 5,50 ao dia (por pessoa em países/estados com altas receitas);

Renda per capita mensal de ½ salário mínimo;

Renda per capita mensal de ¼ de salário mínimo;

Renda familiar mensal per capital de até R$178,00;

Renda familiar mensal per capital de até R$89,00.

6.2.2. Indicadores multidimensionais

Os indicadores multidimensionais permitem um olhar ampliado sobre as condições de vida da população, observando os diferentes fatores presentes na vida da população para além da renda. A Fundação Seade, responsável pela produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas no Estado de São Paulo, desenvolveu dois indicadores sintéticos para acompanhar a evolução das populações do estado, que podem auxiliar a tomada de decisão do poder público, como o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

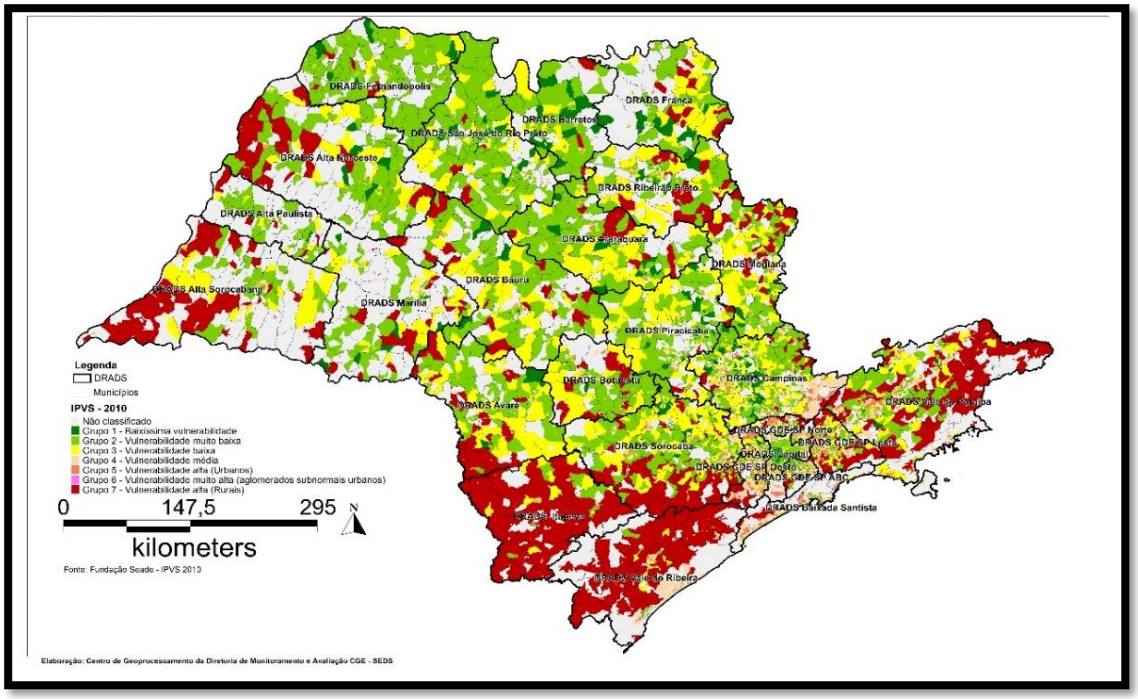
O IPVS utiliza dados do Censo Demográfico IBGE 2010, e possibilita uma análise territorial do estado sensível aos critérios da Política Nacional de Assistência Social, considerando informações sobre a composição familiar, o ciclo de vida das pessoas, renda per capita, e condições de moradia. O índice

varia entre 7 grupos, desde baixíssima, à vulnerabilidade muito alta, distribuídos pelo território paulista no mapa 6.

As áreas de alta vulnerabilidade social do Grupo 7 são caracterizadas por baixa renda per capita, forte presença famílias jovens e idosas, que vivem em áreas rurais, presente nas regiões da Drads do Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, Sorocaba, Itapeva, Avaré, Alta Noroeste e Alta Sorocabana. Estas regiões são compostas em maior parte por áreas rurais ou de proteção ambiental, que fogem das medidas convencionais de desenvolvimento socioeconômico, e, portanto, requerem análises próprias das condições de pobreza ou vulnerabilidades.

O mapa, no entanto, não permite ver as vulnerabilidades intramunicipais, onde existe grande presença de regiões censitárias do Grupo 6, com renda baixa per capita e residentes em aglomerados subnormais, muito disseminada nas cidades das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. Já as áreas com maior prevalência de grupos de baixa vulnerabilidades (grupos 1, 2 e 3), seguem os eixos das grandes rodovias do estado e regiões metropolitanas, são regiões mais populosas, densamente ocupadas e economicamente mais prósperas, possuem melhores condições socioeconômicas, mas podem esconder desigualdades intraterritoriais – portanto, demandam análises pormenorizadas.

MAPA 6 – ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IPVS)



Grupos do IPVS 2010 – setores censitários com mais de 50 domicílios

Grupos	Dimensões		IPVS2010	Situação e tipo de setores por grupo
	Socioeconômica	Ciclo de vida familiar		
1	Muito alta	Famílias jovens, adultas e idosas	Baixíssima vulnerabilidade	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
2	Média	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade muito baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
3	Média	Famílias jovens	Vulnerabilidade baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
4	Baixa	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade média	Urbanos não especiais e subnormais
5	Baixa	Famílias jovens em setores urbanos	Vulnerabilidade alta	Urbanos não especiais
6	Baixa	Famílias jovens residentes em aglomerados subnormais	Vulnerabilidade muito alta	Urbanos subnormais
7	Baixa	Famílias idosas, adultas e jovens em setores rurais	Vulnerabilidade alta	Rurais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS.
Nota: os setores censitários rurais do município de São Paulo foram considerados como urbanos para classificação nos grupos do IPVS 2010.

Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Coordenadoria de Gestão Estratégica da SEDS.

Fonte: Fundação SEADE (2010).

7. DADOS DO CADASTRO ÚNICO

O CadÚnico como ferramenta para eleger programas estratégicos:

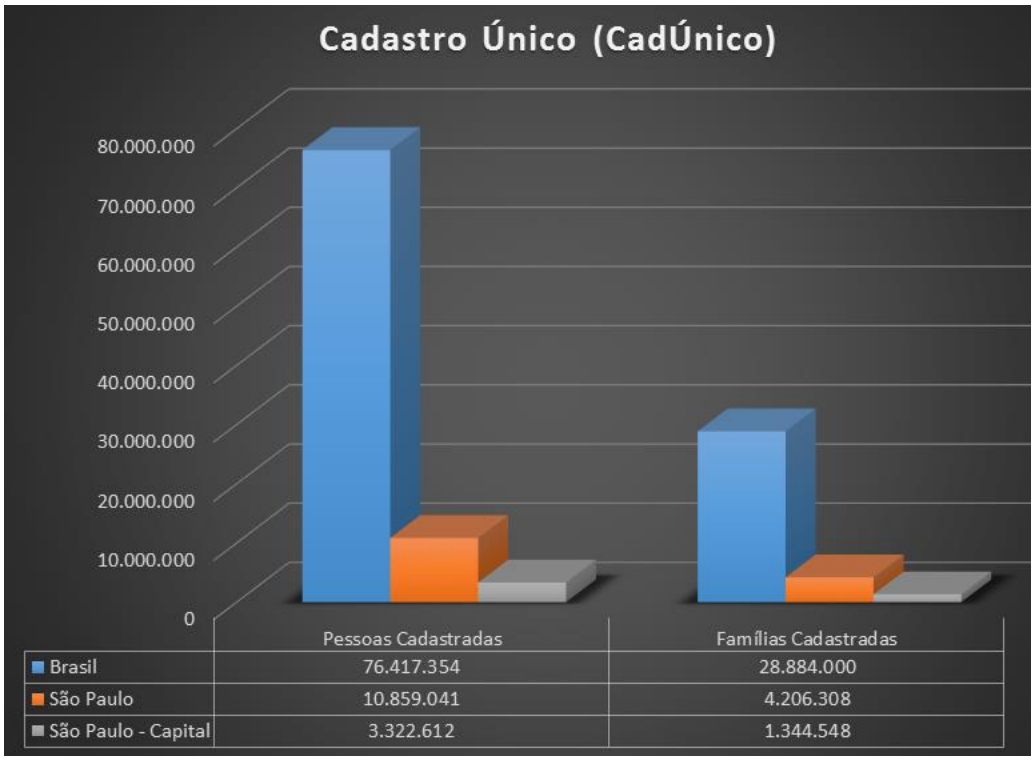
O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com baixa renda e que se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias com baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros - também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais[13]. O CadÚnico consiste, assim, na mais extensa base de informações do país para o diagnóstico da população vulnerável e seu perfil socioeconômico.

Número e proporção de pessoas cadastradas no Estado

Até julho de 2019, foram autodeclaradas no CadÚnico aproximadamente 14.382.106 pessoas[14] no Estado de São Paulo (48 meses de atualização cadastral), o que representaria aproximadamente 32,45% do total da população paulista, utilizando-se a projeção de população da Fundação SEADE para julho de 2019 (44.314.930 pessoas).

[13] Texto retirado do sitio do governo federal, disponível em http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve. Acessado em 09/09/19.

[14] CadÚnico/Ministério da Cidadania (BI e CECAD) julho de 2019 e projeção Fundação SEADE julho 2019

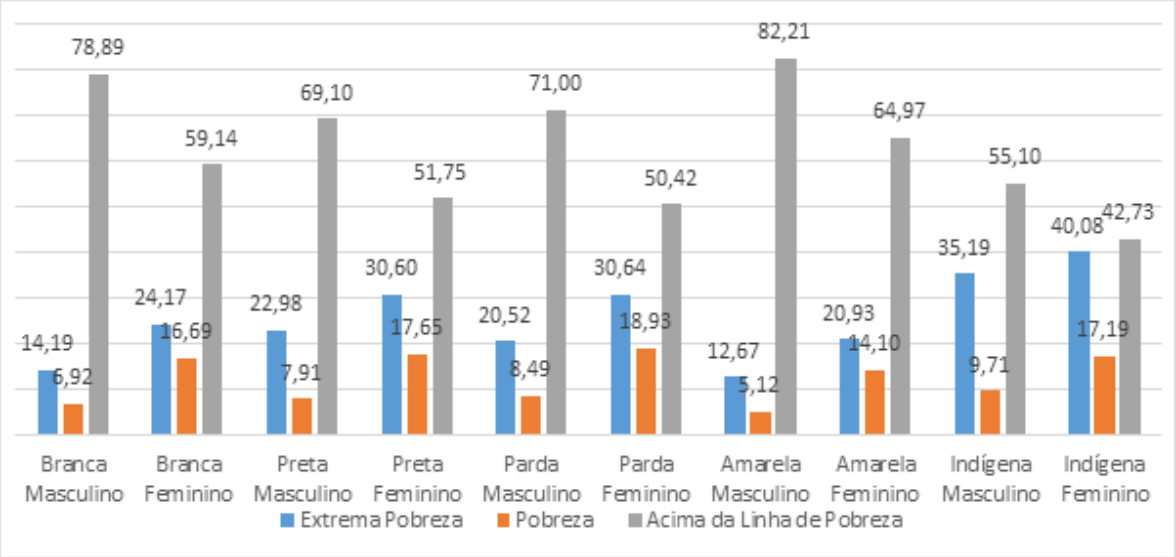


Fonte: Ministério da Cidadania, Cadastro Único para Programas Sociais (12/2019)

Mulheres em situação de maior vulnerabilidade

Apesar de algumas especificidades constatadas observa-se, no gráfico abaixo, que famílias com Responsáveis Familiares (RFs) mulheres encontram-se em situação econômica mais grave do que aquelas com RFs homens, bem como as famílias com RFs pretos e pardos em relação àquelas com RFs amarelos e brancos. É interessante observar também que no CadÚnico existem menos famílias com RFs pretos ou pardos homens nas faixas de pobreza e extrema pobreza do que famílias com RFs brancas e mulheres, demonstrando a maior vulnerabilidade econômica das mulheres em relação aos homens mesmo quando situadas em grupos de raça e cor menos vulneráveis.

GRÁFICO 1 - Distribuição percentual dos responsáveis familiares por Gênero, Raça x Cor e Renda Familiar Per Capita[15]



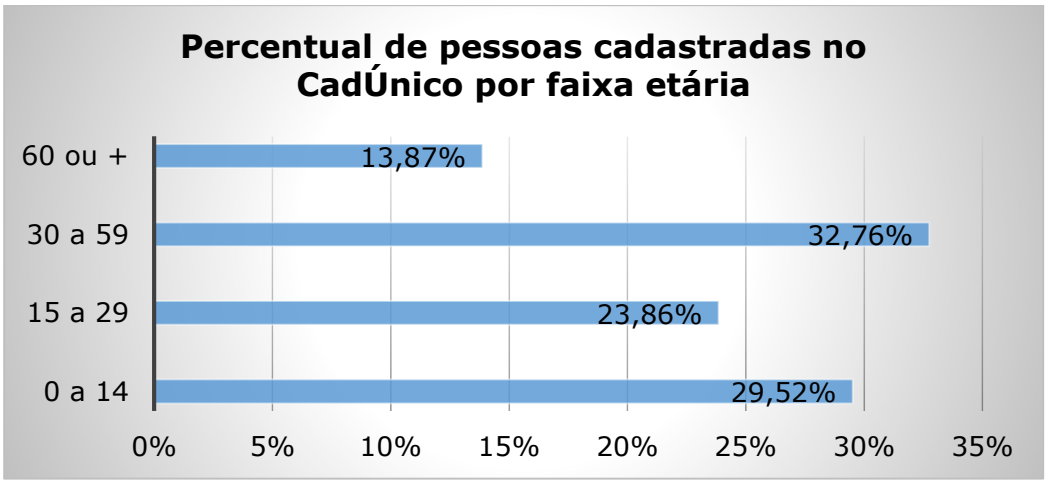
Fonte: Cadastro Único/ Ministério da Cidadania. Captação e tratamento dos dados: convênio Seds, SPL, F. Seade (2019). Data de referência dos dados: agosto/2018.

Distribuição das pessoas no CadÚnico por faixa etária

Na composição por faixas etárias, conforme o gráfico 3, tem-se a seguinte distribuição de pessoas cadastradas no CadÚnico:

GRÁFICO 2 – Número de pessoas cadastradas no CadÚnico por faixa etária

[15] São consideradas famílias em situação de extrema pobreza, aquelas com renda até ¼ do salário mínimo familiar per capita e são consideradas famílias em situação de pobreza, aquelas com renda até ½ do salário mínimo familiar per capita.



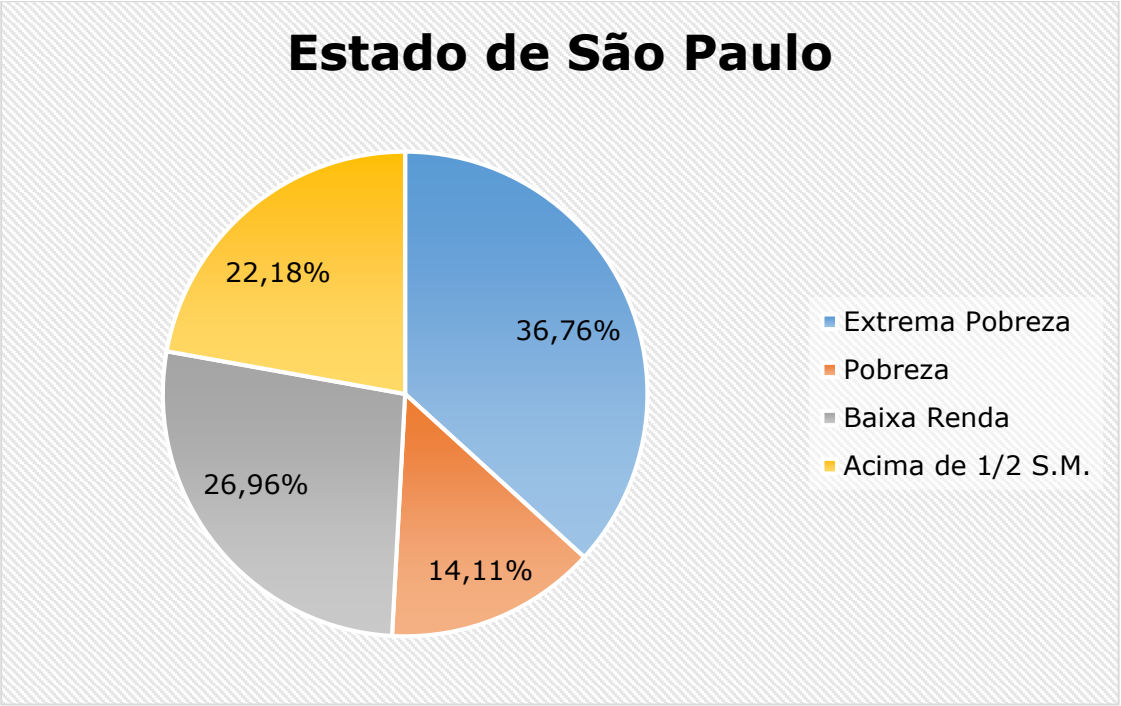
Fonte*: Cadastro Único/ Ministério da Cidadania. Novembro de 2019 – Atualização cadastral de até 48 meses*

O gráfico ilustra a quantidade de pessoas dentro da faixa etária, possibilitando identificar o montante populacional para ações voltadas para os públicos específicos.

Rendimento familiar

Utilizando a referência de pessoas cadastradas em novembro de 2019, e conforme o gráfico a seguir, o CadÚnico está composto por 36,76% de pessoas cuja renda familiar per capita é de até R$ 89,00 (extrema pobreza), 14,11% de pessoas cuja renda per capita familiar está entre R$ 89,01 e R$ R$ 178,00 (pobreza), 26,96% de pessoas cuja renda per capita familiar está entre R$ 178,01 e ½ salário mínimo) e 22,18% de pessoas cuja renda familiar per capita está acima de meio salário mínimo[16]. Isto é, 77,83% do total de pessoas cadastradas no CadÚnico do Estado possui renda per capita familiar de até meio salário mínimo.

[16] - Salário Mínimo em novembro de 2019: R$ 954,00.



Fonte*: Cadastro Único/ Ministério da Cidadania. Novembro de 2019 – atualização cadastral de até 24 meses*

Por região de DRADS, a tabela a seguir informa o número de pessoas cadastradas:

DRADS	Pessoas cadastradas
Alta Paulista	75.004
Botucatu	78.047
Barretos	111.346
Fernandópolis	137.465
Vale do Ribeira	141.142
Avaré	153.960
Itapeva	160.849
Franca	161.036
Mogiana	161.144

Alta Sorocabana	176.852
Alta Noroeste	198.927
Araraquara	206.437
Marília	212.352
São José do Rio Preto	223.772
Ribeirão Preto	238.358
Bauru	267.591
Piracicaba	336.247
Baixada Santista	373.591
Sorocaba	458.172
GD São Paulo Norte	472.309
GD São Paulo ABC	493.180
GD São Paulo Leste	498.166
Vale do Paraíba	606.252
GD São Paulo Oeste	791.813
Campinas	792.712
Capital	2.960.594

Fonte: Cadastro Único/Ministério da Cidadania. Novembro de 2019 – atualização cadastral de até 24 meses.

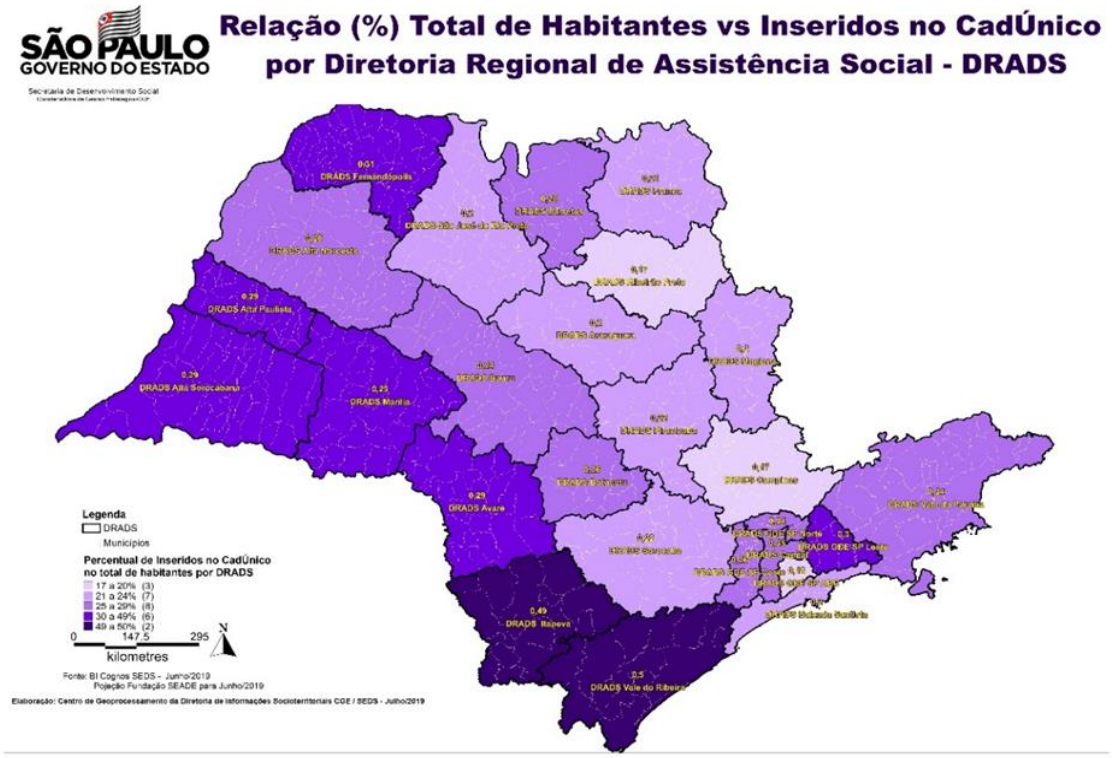
A distribuição da população cadastrada no Estado apresenta diferenças significativas entre as regiões, conforme apresentado no mapa 5, e deve ser analisada tanto do ponto de vista da quantidade total de cadastros quanto da proporção da população cadastrada em relação à população total. Utilizando os dados do CadÚnico, com data de referência de 2019 é possível observar a

diferença na distribuição de cadastrados pelo Estado em relação ao total de habitantes de cada região de DRADS.

As duas referências para observar o CadÚnico são importantes e devem ser utilizadas de acordo com a necessidade da política pública e em associação a outros critérios.

O gestor estadual deve tanto considerar as referências quantitativas como proporcionais do CadÚnico: a região da Capital possui o maior número (absoluto) de pessoas cadastradas (mais de 2 milhões ou 26% da população), porém a região de Itapeva tem cerca de 44% dos seus habitantes cadastrados.

MAPA 5 – Relação (%) total de habitantes versus inseridos no CadÚnico por Diretoria Regional de Assistência Social – DRADS



Fonte: Cadastro Único/Ministério Cidadania. Junho de 2019 e Fundação Seade, projeção para junho 2019 Elaboração: Centro de Geoprocessamento da Coordenadoria de Gestão Estratégica da Seds

As áreas mais escuras indicam regiões onde existe uma alta proporção de pessoas cadastradas no CadÚnico em relação à população total da região.

As regiões metropolitanas ou territórios mais densamente habitados, como as regiões das DRADS Capital, Campinas, Grande São Paulo Oeste e Vale do Paraíba, possuem maior quantidade de pessoas inseridas no CadÚnico. Entretanto, regiões menos populosas como Vale do Ribeira (50%), Itapeva (49%), Fernandópolis (31%), Alta Sorocabana (29%) e Alta Paulista (29%), possuem maior proporção de pessoas cadastradas em relação ao total das suas populações.

8. DIAGNÓSTICO DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES E DE RISCO SOCIAL

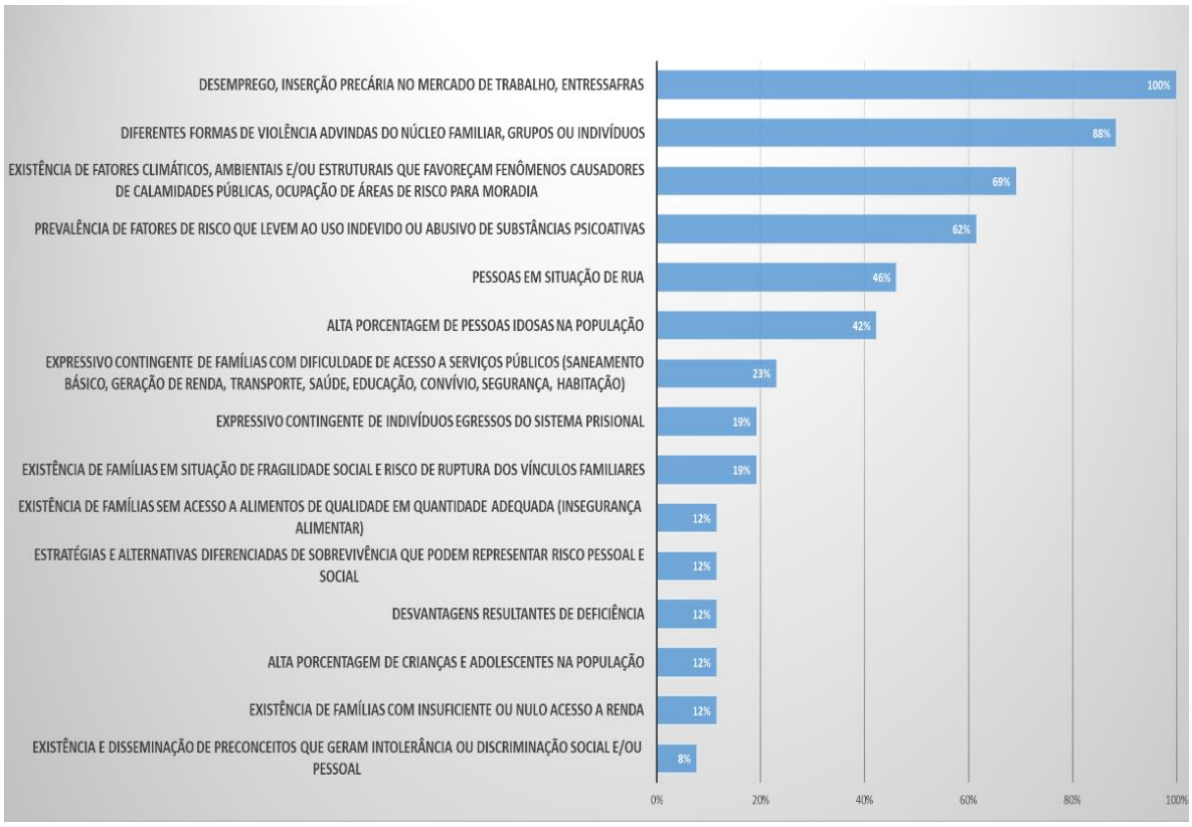
A identificação das situações de vulnerabilidades socioassistenciais é essencial para o planejamento estratégico das ações da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) define algumas das situações de vulnerabilidade e risco social da população e que constituem o público da Assistência Social:

"Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social." (PNAS, 2004).

As seguir serão apresentadas as principais vulnerabilidades socioassistenciais, obtidas na pesquisa qualitativa do diagnóstico socioterritorial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social[17]. A pesquisa aconteceu entre março e junho de 2019 e investigou a incidência destas vulnerabilidades junto aos técnicos de Drads e municipais das regiões. O gráfico 10 aponta as vulnerabilidades socioassistenciais mais citadas pelos participantes.

GRÁFICO 10 – INCIDÊNCIA DE VULNERABILIDADES SOCIOTERRITORIAIS, SEGUNDO PESQUISA QUALITATIVA.

[17] A pesquisa qualitativa elaborada para este diagnóstico socioterritorial está disponível na publicação: *Pesquisando o Território Paulista: metodologia de elaboração do diagnóstico socioterritorial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.* http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial/ SEDS. Fonte: Pesquisa qualitativa _ Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

As quatro vulnerabilidades mais mencionadas pela pesquisa, foram: desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, de grupos ou indivíduos; prevalência de fatores de risco que levem as pessoas ao uso abusivo de substâncias psicoativas; expressivo contingente de famílias em situação sem acesso a alimentos ou em insegurança alimentar. A frequência destas respostas está relacionada a percepção e análise dos tecnicos e gestores, municipais e estaduais, quanto as situações com maior demanda de ação das políticas públicas.

As principais situações de vulnerabilidades socioassistenciais identificadas para o estado de São Paulo estão relacionadas a serviços de proteção básica, assim como de média e alta complexidade, além de benefícios socioassistenciais. No entanto, estas situações extrapolam o papel da política de assistência social. A superação de situações como vulnerabilidades no trabalho, riscos de violência ou uso abusivo de substâncias psicoativas, assim como as demais situações avaliadas, necessitam de um trabalho bem articulado da política de Assistência Social com diferentes frentes governamentais e não-governamentais.

A seguir serão comentadas cada uma das vulnerabilidades indicadas pelas regiões:

8.1 Desemprego, empregos precários, sazonais ou entressafras.

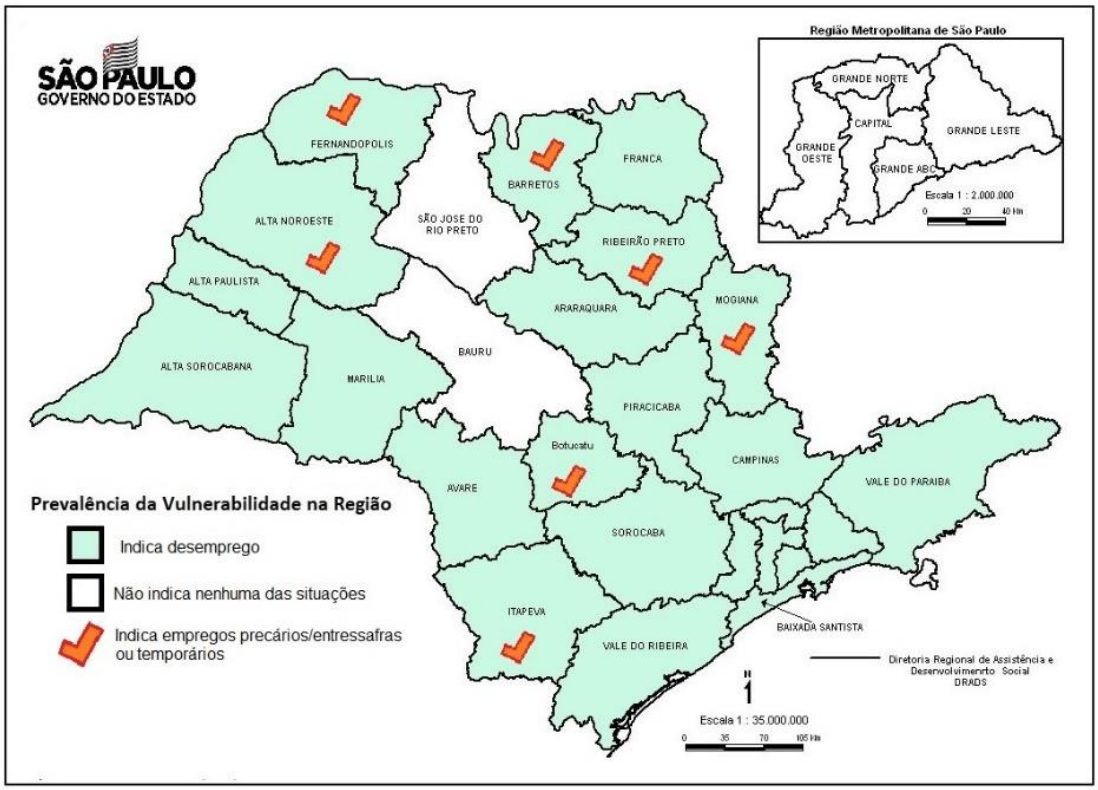
O desemprego e as formas precárias ou temporárias de emprego são fonte de grande insegurança para famílias e indivíduos, incidindo na causa de muitas situações de desproteção e de pobreza de famílias e regiões inteiras. Este tipo de vulnerabilidade pode acontecer de diferentes maneiras, seja na ausência, intermitência, ou em trabalhos com condições insalubres, com cargas horárias desajustadas, etc.

Sendo um fenômeno macroeconômico, o desemprego acarreta, entre outros efeitos, a pobreza e a insegurança de renda e tem consequências diretas para a política de assistência social, que passa perceber o aumento da demanda por programas e atendimentos. A política de assistência social possui serviços de proteção social básica e programas de transferência de renda voltados a proteção de famílias e indivíduos nesta situação, porém, a atuação do SUAS neste tipo de vulnerabilidade demanda articulações e parcerias com outras políticas públicas, instituições e atores sociais.

O desemprego ou empregos precários foram apontado por quase todas as Drads, sendo a situação de vulnerabilidade mais citada na pesquisa, como

pode ser observado no mapa 8. Os empregos entressafras são típicos de regiões de produção agrícola e os sazonais correspondem àquelas vagas de empregos em épocas como festas típicas ou estações como o verão. As regiões de Itapeva, Botucatu, Mogiana, Ribeirão Preto, Barretos, Fernandópolis e Alta Noroeste apontaram para a característica do desemprego entressafras ou sazonal.

MAPA 8 - REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "DESEMPREGO, EMPREGOS PRECÁRIOS, SAZONAIS OU ENTRESSAFRAS".



Elaboração dos mapas: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

8.2 Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda/sem acesso a alimentos de qualidade ou quantidade adequada (insegurança alimentar).

A existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda e/ou insegurança alimentar está, em grande medida, relacionada às condições de acesso ao mercado de trabalho. Desde 2014 o Brasil havia saído do mapa da

fome, mas conforme informou a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com o aumento da pobreza no país e o enfraquecimento sistemático de medidas contra a insegurança alimentar, o país voltou ao mapa da fome[18].

Destaca-se o papel estratégico da vigilância socioassistencial municipal e estadual, dos CRAS para identificar as famílias e inseri-las na rede de serviços e nos benefícios socioassistenciais, além de ser um público prioritário da política de segurança alimentar do Estado. O mapa 9 mostra a percepção destas situações em regiões urbanas e densamente ocupadas, como a região metropolitana de São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, mas também em regiões onde predominam municípios pequenos e rurais, como Alta Paulista, Alta Noroeste e Fernandópolis.

MAPA 9 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "FAMÍLIAS COM INSUFICIENTE OU NULO ACESSO A RENDA, SEM ACESSO A ALIMENTOS DE QUALIDADE OU EM QUANTIDADE ADEQUADA".

[18] "(...) De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) o Brasil está voltando ao Mapa da Fome. Um caminho contrário ao anterior. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%. Já os extremamente pobres, que vivem com menos de R$ 140 mensais, pela definição do Banco Mundial, saltaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017". Disponível em https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/o-curto-caminho-de-volta-ao-mapa-da-fome

Elaboração dos mapas: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

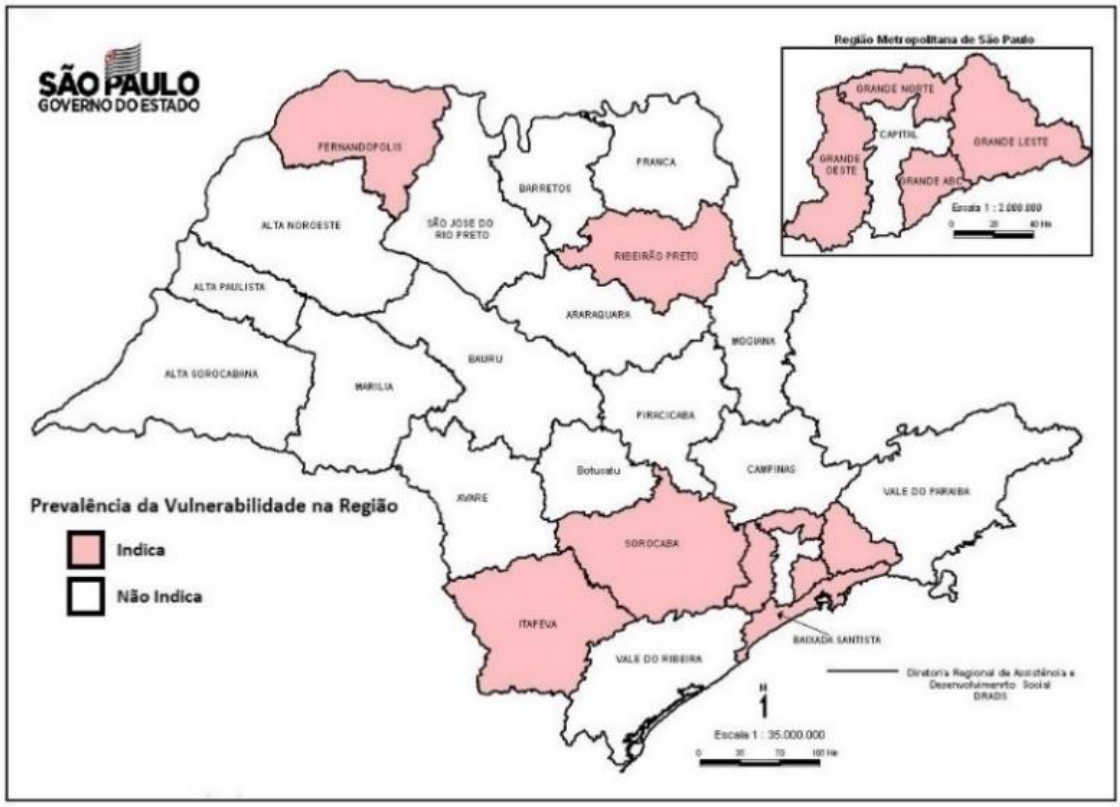
8.3 Ocupação de áreas de risco para moradia ou existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favorecem fenômenos causadores de calamidades públicas.

Áreas de risco são áreas passíveis de serem atingidas por processos naturais e/ou induzidos que causem efeito adverso (Ministério das Cidades). Muito embora populações inteiras possam ser vítimas de desastres por fatores climáticos/ambientais, estes problemas afetam gravemente as famílias mais pobres, que sem ter condições de acessar moradias em regiões seguras, fixam moradia em terrenos inadequados, ocupações desordenadas em áreas públicas, em terrenos ou edifícios inativos, e sofrem com desabamentos, inundações, terrenos tóxicos e outras condições que necessitam de prevenção e estratégias de ação em caso de perigo ou emergência.

A política de assistência social possui um papel importante de identificação da população em área de risco, articulação com outras áreas envolvidas, com

destaque para Defesa Civil, Meio Ambiente e Habitação. A prevenção a este tipo de situações envolve trabalho intersetorial e a criação de protocolos de ação para ocasiões de emergências.

MAPA 10 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO PARA MORADIA".



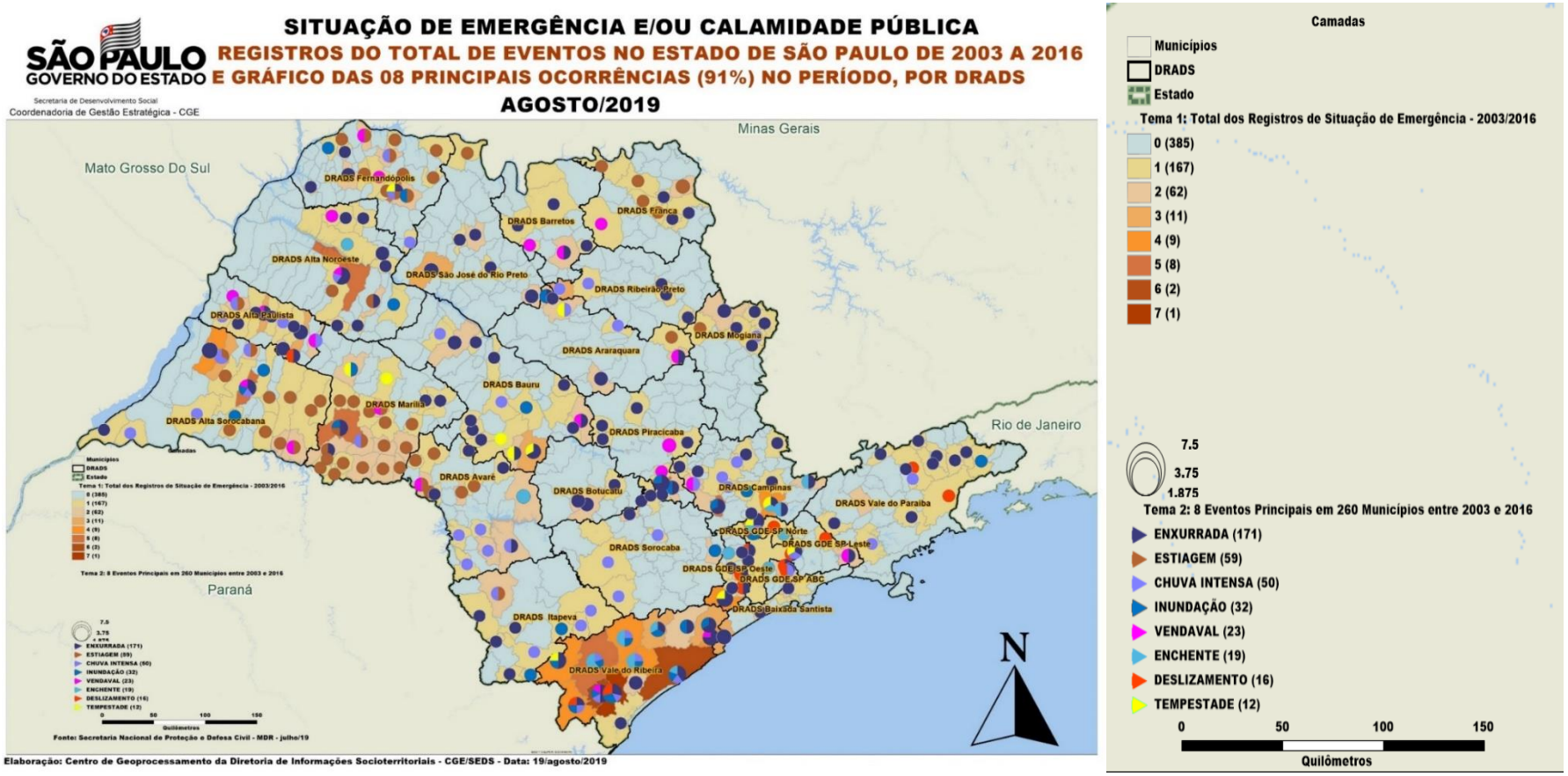
Elaboração dos mapas: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

O mapa 11 mostra o registro de 382 ocorrências de calamidade pública ocorridas no período transcorrido entre 2003 e 2016, majoritariamente motivadas por intempéries climáticas, atingindo 260 municípios do Estado de São Paulo no período[19]. As categorias do mapa são compostas por dois temas, representando o quantitativo de eventos gerais que atingiram o município e a distribuição das ocorrências por tipo de evento. Os eventos hidrológicos

[19] As ocorrências foram objeto da expedição de decretos e portarias de reconhecimento da situação de emergência e/ou calamidade pública, conforme dados disponibilizados à consulta pública em http://www.mdr.gov.br/protecao-e-defesa-civil/situacao-de-emergencia-ou-estado-de-calamidade-publica/reconhecimentos-realizados.

representados são definidos pelo Serviço Geológico do Brasil com: Enchente, o aumento temporário do nível d`água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão; Inundação, quando o volume não se limita à calha principal do rio e extravasa para áreas marginais; e Enxurrada, escoamento superficial com alta energia de transporte.

MAPA 11 – REGISTRO DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E/OU CALAMIDADE PÚBLICA. ESTADO DE SÃO PAULO 2003 A 2016.



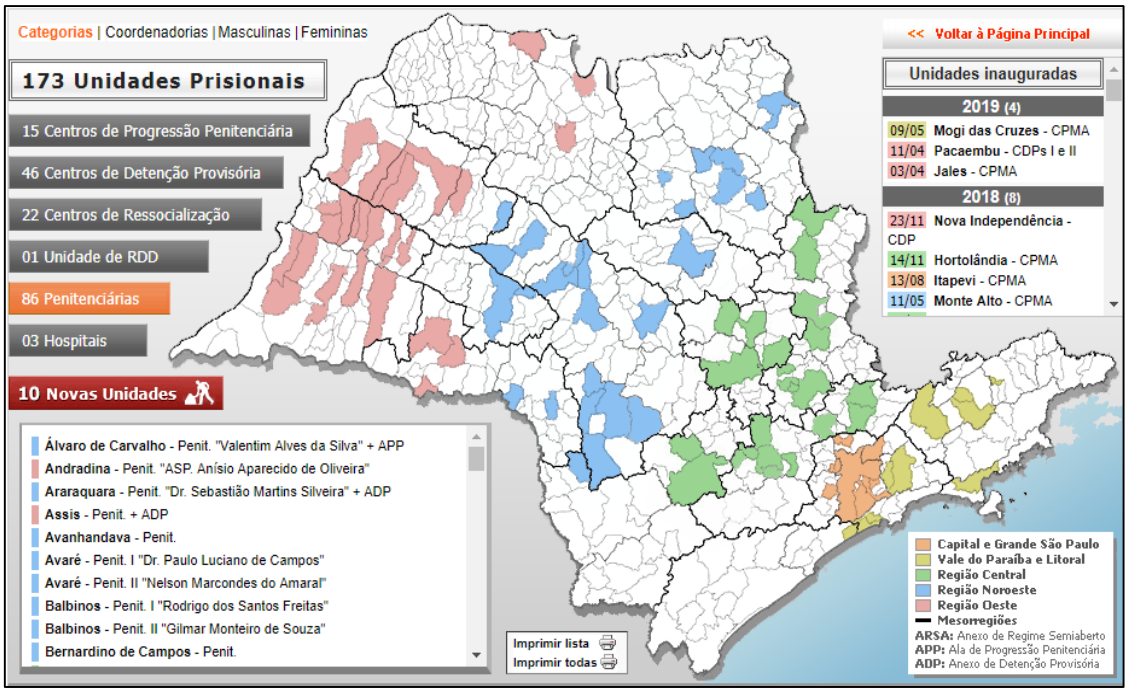
8.4. Expressivo número de presídios na região, ocasionando a vinda de familiares que ficam dependentes de habitação, renda e subsistência.

Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, o estado de São Paulo possui 86 penitenciárias (75 masculinas e 11 femininas) e um total de 173 unidades prisionais[20], cuja responsabilidade é do governo estadual. A presença de presídios nos territórios municipais ocasiona demandas para a política de assistência social, em grande medida devido à presença dos familiares de presos que se instalam de forma precária nestas cidades, com agravante para cidades pequenas, que contam com menor estrutura pública de serviços e programas socioassistenciais.

Conforme podemos observar no mapa 12, unidade prisionais estão distribuídas pelo território, e nos censos populacionais municipais, os presídios são contabilizados como domicílios coletivos, agregando a população presidiária ao total da população habitual. A cidade de Pracinha (DRADS Alta Paulista), que no Censo populacional do ano 2000 apresentava 1.431 habitantes e no Censo de 2010, a população salta para 2.863 moradores, um aumento de praticamente 100%, explicável pela presença do presídio, que apresentava uma população de 1.166 homens (40% da população total e 50% da população masculina do município). Ou seja, há municípios em que a população presidiária quase se equipara à população residente, pressionando a rede de proteção social local e regional.

MAPA 12 – UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019.

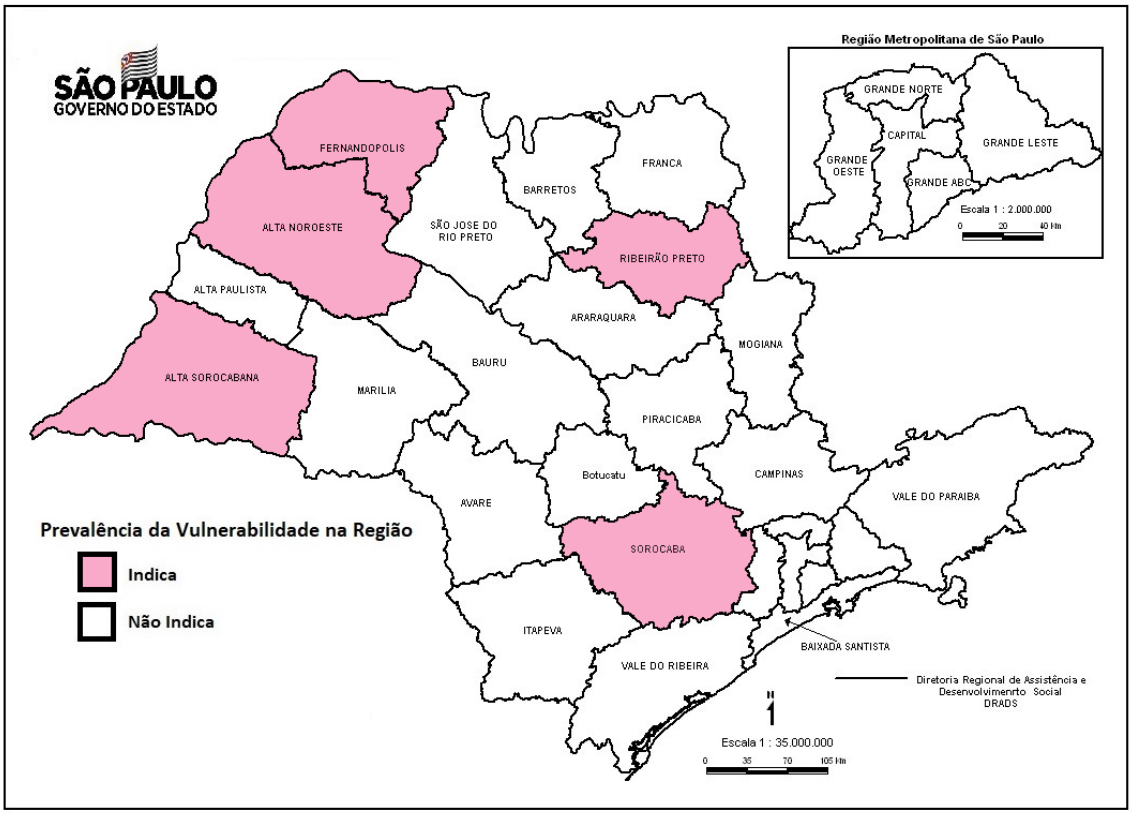
[20] SAP, Secretaria de Administrações Penitenciárias. Disponível em http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html. Acessado em 07/08/2019.



Fonte: SAP, 2019.

Este fator de vulnerabilidade foi apontado por cinco regiões (Mapa 13), localizadas no interior do estado, principalmente em regiões marcadas pela produção de tipo agrícola e pela presença maciça de municípios de menor porte e, possivelmente, menor estrutura de gestão pública. Nestes casos, é fundamental a gestão articulada entre as Secretarias de Desenvolvimento e de Administração Penitenciária do Estado, com apoio técnico e financeiro aos municípios mais afetados, e orientação técnica do Estado para o acolhimento e respeito às famílias de pessoas em reclusão ou detenção.

MAPA 13 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "EXPRESSIVO NÚMERO DE PRESÍDIOS NA REGIÃO".



Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019. Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial

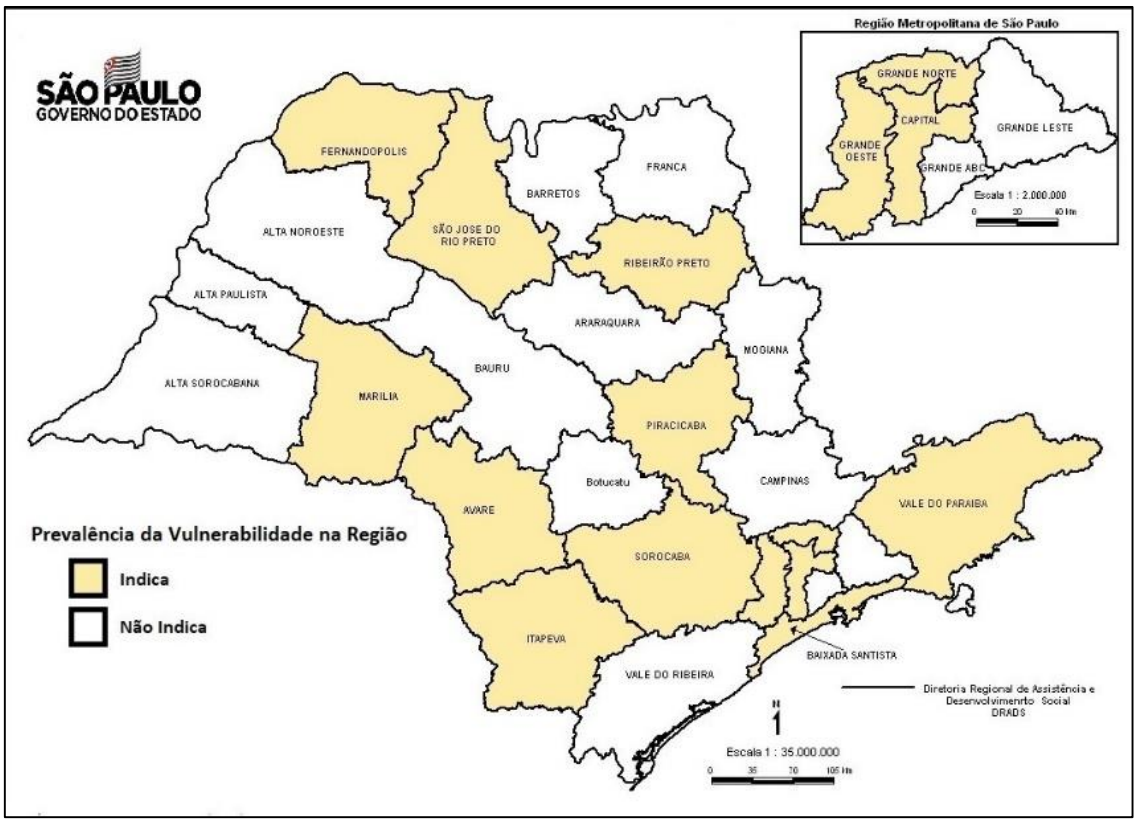
8.5. Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos.

Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos, considerado entre as 5 principais vulnerabilidades em 13 das 26 Drads (Mapa 14). Esta situação de risco/ vulnerabilidade socioassistencial se refere à impossibilidade de pessoas ou indivíduos fazerem uso de serviços essenciais como saneamento básico, assistência social, transporte, saúde, educação, lazer, segurança, habitação, políticas para geração de renda e outras. Esta demanda por políticas públicas pode acontecer por ausência ou escassez dos serviços no território ou pela falta de conhecimento das ofertas e direitos por parte da população. Esta condição possui relação com os indicadores

de pobreza multidimensional, conforme comentado anteriormente no item sobre IPRS e IPVS.

A política de assistência social possui um papel importante na identificação das demandas e articulação com outras políticas, servindo de ponte para acesso aos direitos sociais e individuais da população, podendo unir esforços na mobilização pública pois o difícil ou nulo acesso a serviços públicos produz territórios de risco, violência, a degradação social e a pauperização da população, entre outros.

MAPA 14 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "EXPRESSIVO CONTINGENTE DE FAMÍLIAS COM DIFICULDADES DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS".



Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019. Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial.

8.6 Pessoas em situação de rua e/ ou imigrantes[21].

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) as pessoas em situação de rua (jovens, adultos, idosos e famílias) são aquelas que vivenciam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. As características desta população são bastante diversas, assim como as causas que as levaram para as ruas. Segundo levantamento do MDS, (Brasil, 2009b), as causas que levavam à rua eram situações de violência doméstica, preconceitos, estigmas sociais, uso abusivo de substâncias psicoativas, desemprego, problemas de saúde (mental, deficiências físicas), egressos do sistema penitenciário e uma variedade de situações que levem ao rompimento dos vínculos sociais e familiares, além da ausência de boas condições de moradia e sobrevivência.

A presença de pessoas em situação de rua existe em boa parte das cidades paulistas e em maiores proporções nas grandes cidades - a cidade de São Paulo, por exemplo, possui a maior população em situação de rua do país. Conforme a mapa 15, onze (11) regiões apontaram esta vulnerabilidade dentre as de maior importância, chamando atenção as regiões do interior do Estado. Além desta, algumas Drads apontaram para o tema da migração nas suas localidades, fenômeno que tem se intensificado em algumas partes do país.

Podem ser várias as hipóteses que expliquem o maior ou menor destaque dado a esta vulnerabilidade: cidades com maior número de população em situação de rua podem estar melhor preparadas em termos de ofertas socioassistenciais, enquanto que em cidades com

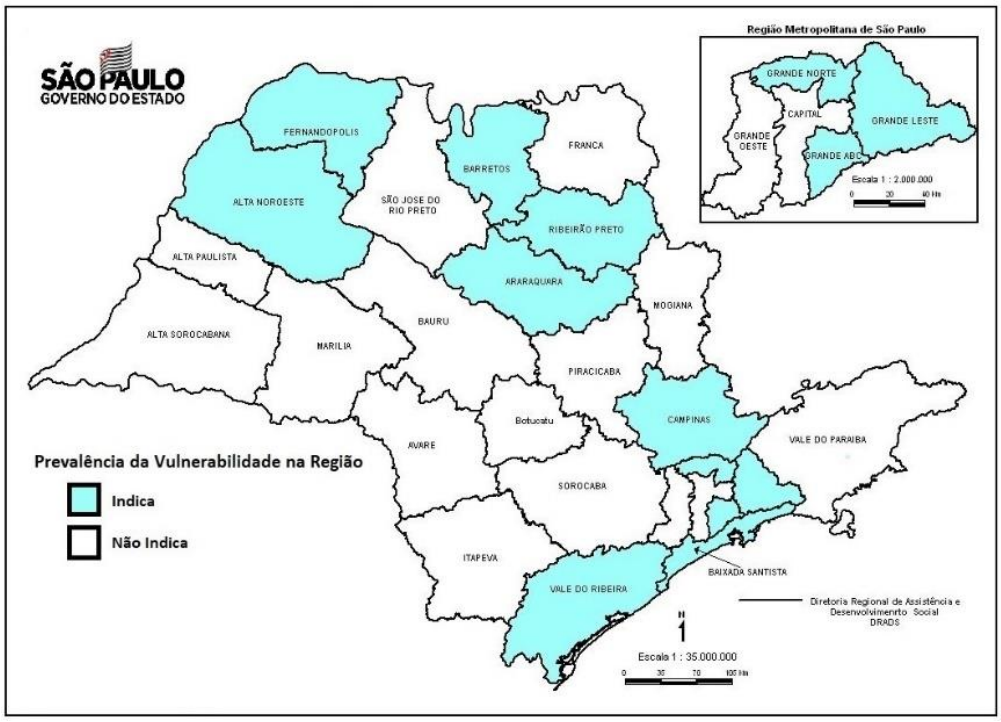
[21] As informações obtidas sobre pessoas que vivem em situação de rua foram identificadas, em alguns casos, junto as demandas relacionadas a presença significativa de imigrantes, no entanto, devemos deixar claro que se trata daqueles imigrantes que se encontram em uma situação específica que necessita de proteção social semelhante as pessoas que se encontram em situação de rua.

menor número ocorre o inverso; o fenômeno pode ser recente ou existir há mais tempo, gerando maiores dificuldades de enfrentamento ou a naturalização do mesmo; o fenômeno persiste apesar das alternativas de políticas colocadas em prática; o "peso político" do fenômeno impacta no problema; etc.

Um estudo do IPEA de NATALINO (2016) apontou que, em 2015 o país tinha 101.854 pessoas em situação de rua. Com o aumento do desemprego nos últimos anos este número possivelmente é maior[22]. Assim, o Estado deve levar em consideração que este é um fenômeno complexo (envolve diversos atores e políticas); pode ser de larga duração; a situação socioeconômica do país impacta diretamente sobre o mesmo; e que para enfrentá-lo requer conhecimentos das características territoriais, das dinâmicas sociais dos territórios e buscar a não fragilização e discriminação desta população.

MAPA 15 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E/OU IMIGRANTES".

[22] Estudos apontam para o aumento de pessoas pobres no país, o que afeta diretamente o quadro de pessoas em situação de rua. http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/banco-mundial-alerta-para-aumento-da-pobreza-no-brasil



Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019. Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial.

8.7 Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas.

A dependência de substâncias psicoativas é um problema biopsicossocial que deve ser trabalhado intersetorialmente, envolvendo todas as políticas públicas do território: segurança pública, saúde, assistência social[23], esporte, lazer, cultura, trabalho e justiça.

O mapa 16 destaca as regiões que apontaram para esta vulnerabilidade em seus territórios, trazendo atenção para a disseminação desta vulnerabilidade nos territórios, além da presença acentuada em regiões com municípios de pequeno porte, uma vez que já se faz notória a presença destas situações nas regiões metropolitanas. Este dado requer do Estado um conhecimento mais detalhado no âmbito dos

[23] A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social possui uma área específica para colaborar neste assunto, a Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas (COED).

serviços socioassistenciais, especialmente nos serviços dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que estão presentes nos territórios mais fragilizados e marcados pela falta de equipamentos públicos de lazer, cultura, serviços básicos e de oportunidades de convívio social.

Esta temática está vinculada às políticas de saúde mental, cuja oferta está em geral muito aquém da demanda dos territórios. Numa sociedade marcada por diversos fatores causadores de desproteção sociais (como desemprego, violência, desigualdades), a política de saúde mental é fundamental.

MAPA 16 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "PREVALÊNCIA DE FATORES DE RISCO QUE LEVEM AO USO INDEVIDO OU ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS/INSUFICIÊNCIA DE POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL".

Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019. Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial.

8.8. Alta porcentagem de pessoas idosas/crianças/adolescentes em relação ao total da população.

Para a Organização Mundial de Saúde e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2013) é considerado pessoa idosa o adulto maior de 60 anos de idade e o Estatuto da Criança e do Adolescente[24] adota o estabelecido pela Convenção sobre os Direitos da Criança, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 1989, que considera criança a pessoa com até 12 anos incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos. Ambos os ciclos de vida são considerados públicos prioritários da política de assistência social dado que são grupos mais vulneráveis a situações de risco social, desproteção, violência e violação de direitos.

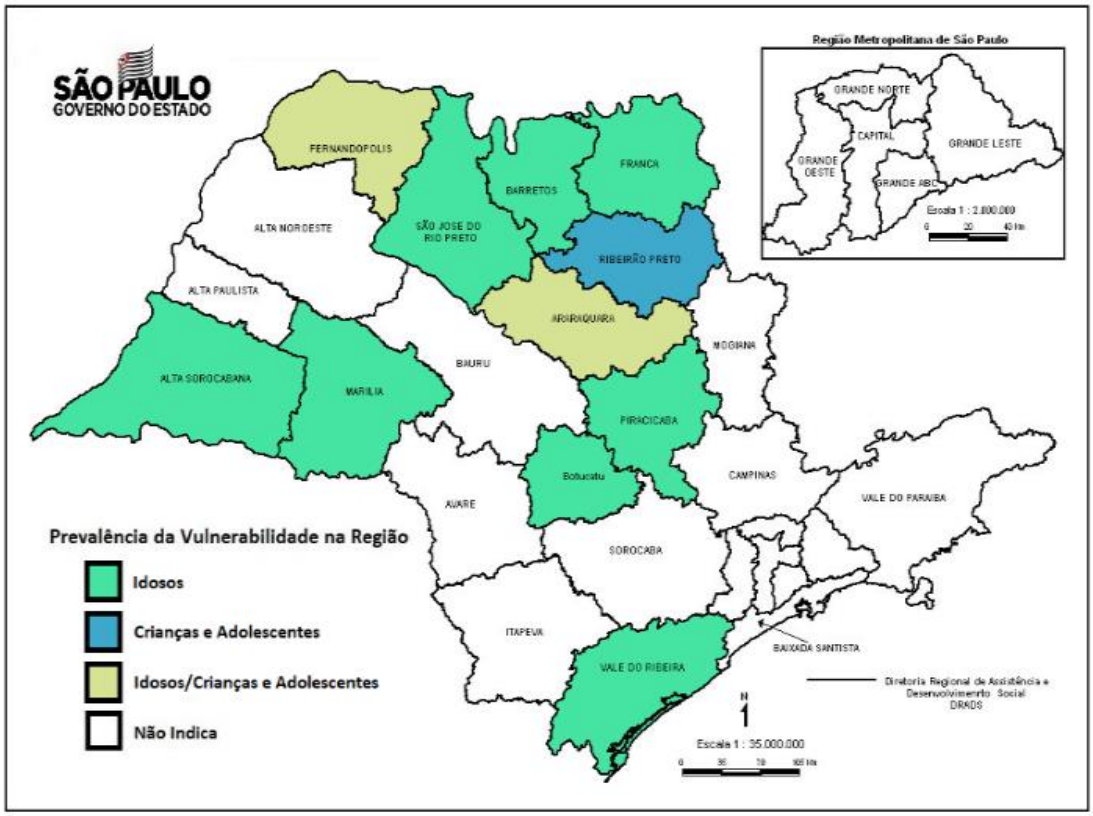
O fenômeno do acelerado envelhecimento populacional passou a compor a agenda pública no Brasil há cerca de 40 anos, com maior visibilidade nos últimos anos, a partir de marcos jurídicos e políticas públicas direcionadas a pessoas idosas. O mapa 17 reflete este fenômeno apontando a alta presença da população idosa como um fator de vulnerabilidade na maioria das regiões indicativas do mapa. Também reflete a informação dos Mapas 4 e 5 (pág. 28), que mostra as altas incidências destas populações no estado, principalmente ao norte/noroeste do estado. Este tema está colocado para toda a sociedade e demanda ações inteligentes e inovadoras do poder público – diversas experiências relativamente simples têm se mostrado efetivas mundo afora. Destaque também para três regiões que apontaram para o grupo populacional de crianças e adolescentes: Araraquara, Ribeirão Preto e Fernandópolis.

O papel da vigilância socioassistencial, junto às proteções sociais básica e especial, dos âmbitos municipais e estadual, são centrais para

[24] Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

levantamento das possíveis situações de desproteção, negligência, abandono, violência, trabalho infantil, entre outras.

MAPA 17 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "ALTA PORCENTAGEM DE IDOSOS E/OU CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL EM SITUAÇÃO DE RISCO OU DEMANDA DE POLÍTICA PÚBLICA



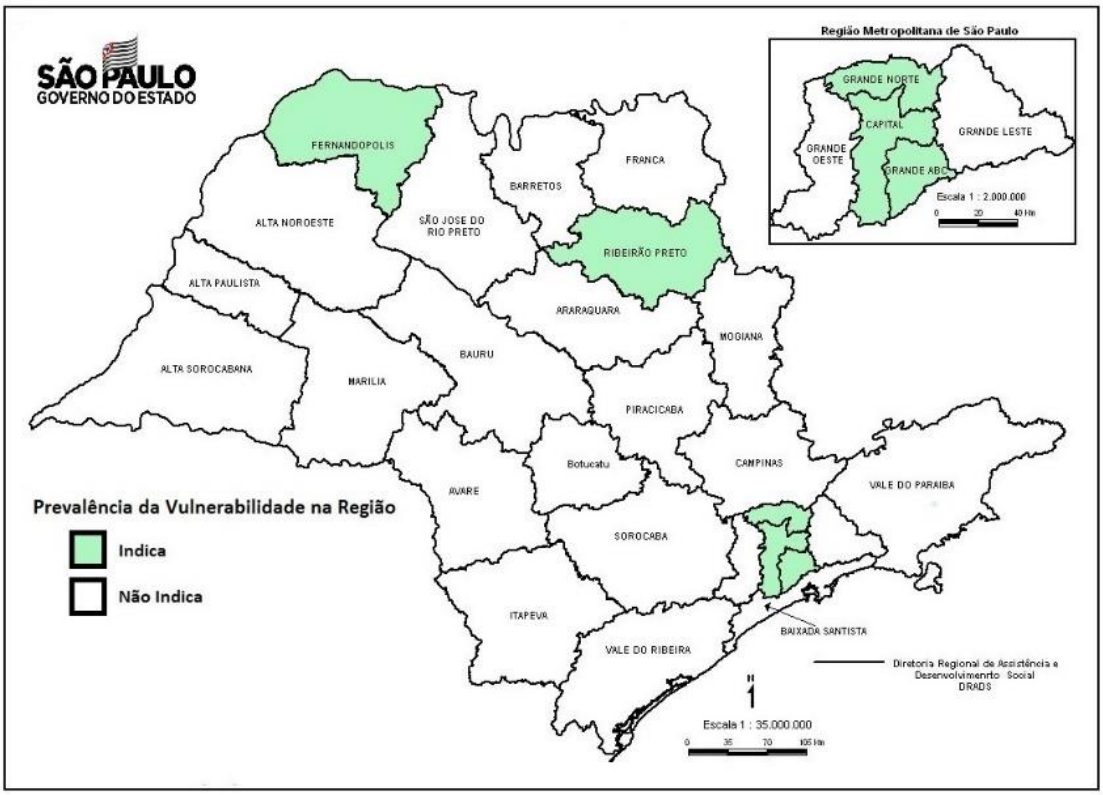
Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019. Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial.

8.9 Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

São exemplos mais conhecidos de estratégias/alternativas diferenciadas de sobrevivência, o trabalho infantil, atividades do tráfico de drogas, a prostituição. Estas atividades podem representar um alto grau de risco pessoal e social, pois impedem o desenvolvimento pleno pessoal e colocam em risco a vida e a integridade das comunidades.

Foram identificadas cinco regiões (mapa 18) com alta demanda territoriais desta vulnerabilidade, sendo a maioria regiões de grande densidade demográfica e fortes características urbanas. Estas vulnerabilidades podem estar relacionadas a situações de risco e vulnerabilidade, como precariedade do mercado de trabalho, uso abusivo de substancias psicoativas, população em situação de rua, violência, etc. Logo, envolvem características territoriais e trajetórias individuais e o tratamento a elas exige uma estratégia bem articulada da rede de atendimento socioassistencial (PSB e PSE), com atuação com escuta qualificada, não discriminatória, acolhida, convívio e alternativas de renda, além de articular outras políticas públicas como a educação, saúde, habitação, trabalho, segurança pública.

MAPA 18 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "ESTRATÉGIAS E ALTERNATIVAS DIFERENCIADAS DE SOBREVIVÊNCIA QUE PODEM APRESENTAR RISCO PESSOAL OU SOCIAL".



Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019. Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial.

8.10. Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos.

A violência faz parte da constituição da sociedade brasileira, ela é histórica, social, política e econômica; se expressa sob diversas formas e em diversos espaços: nas ruas e, principalmente, no âmbito doméstico, nas áreas rural e urbana; é vivenciada nas classes sociais pobres e ricas; é praticada por indivíduos e instituições. Alguns especialistas consideram a violência urbana no Brasil um caso de epidemia. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tem o sétimo maior índice de homicídios da região das Américas (o continente mais afetado pela violência) e o nono maior do mundo[25], o que o coloca entre os países mais violentos do mundo.

[25] Segundo o relatório *World Health Statistics* (ONU, 2018), a taxa média de homicídios do mundo é 6,4 para cada 100 mil habitantes, enquanto que no Brasil

De acordo com o Atlas da Violência publicado (IPEA, 2019), dentre os 20 municípios menos violentos, 14 são paulistas. No entanto, se observados os números de homicídio no interior do estado, existem cidades com taxa de homicídio tão altas quanto à média nacional. O Instituto Sou da Paz (2017) publicou um estudo com ranking das cidades mais violentas do estado de São Paulo, com base em dados de homicídio, estupro e crimes patrimoniais de 138 municípios. O estudo indica, por exemplo, que a cidade de Lorena, no Vale do Paraíba, é a mais violenta do estado, com a alarmante taxa de 31,8 mortes por 100 mil habitantes (equivalente à média nacional) [26].

A violência também tem variáveis por grupos específicos da população, como os negros/negras, jovens, mulheres e pessoas do grupo LGBTI+[27]. Apenas para citar como exemplo, de acordo com o SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – do Ministério da Saúde), o número de estupros no ano de 2017 equivaleu a 73 estupros por dia, sendo 89% das vítimas as mulheres; e as mulheres negras foram a maioria das mulheres assassinadas em 2016 (64%)[28]. Além disso, 30% das mulheres assassinadas foram mortas em casa e a notificação de violência física contra mulheres causadas por seus cônjuges ou namorados quadruplicou de 2009 a 2016 em todo o país, segundo o Ministério da Saúde (2017).

---

essa taxa é de 31,1 homicídios para cada 100 mil. Disponível em https://nacoesunidas.org/brasil-sobe-duas-posicoes-e-passa-a-ter-7a-maior-taxa-de-homicidios-das-americas-diz-oms/ e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5676:organizacao-mundial-da-saude-divulga-novas-estatisticas-mundiais-de-saude&Itemid=843.

[26] Para comparação: a capital São Paulo registrou 5,9. Ver https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/estudo-inedito-de-ong-revela-ranking-com-as-10-cidades-mais-violentas-de-sp.ghtml e https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/estudo-inedito-de-ong-revela-ranking-com-as-10-cidades-mais-violentas-de-sp.ghtml.

[27] LGBTI+ é a sigla para identificar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais. (REIS, 2018)

[28] Gênero e Número (2017): Mapa da Violência de Gênero. Disponível em https://mapadaviolenciadegenero.com.br/.

A violência contra crianças e adolescentes também é alarmante: entre 2011 e 2017 foram notificados 184.524 casos de violência sexual (assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual), sendo 45% contra adolescentes e 31,5% contra crianças, praticadas na maioria das vezes dentro de casa, por pessoas do seu convívio e mais de uma vez – o estupro foi o tipo mais notificado[29].

MAPA 19 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA PODEM SER REPRODUZIDAS NO NÚCLEO FAMILIAR, GRUPOS OU INDIVÍDUOS".

Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial, 2019. Elaboração dos mapas: GT Vigilância Socioassistencial.

Conforme o mapa 19, 16 regiões destacaram a violência dentre as situações de risco e vulnerabilidade socioassistenciais mais relevantes. No âmbito dos serviços socioassistenciais, mulheres, crianças,

[29] Ministério da Saúde, 2018: Boletim Epidemiológico. Disponível em http://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos.

adolescentes e jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência vítimas de violência (material, psicológica ou física) devem ser atendidas e acompanhadas pelos Cras, Creas, Centro Pop, Acolhimentos institucionais e demais serviço.

A atuação preponderante do Creas (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) no atendimento e acompanhamento das vítimas de violência - ou pelos Cras em casos de municípios que não possuam aquela unidade – deve estar acompanhada da atuação de prevenção na proteção social básica, da articulação intersetorial (com a saúde, educação, segurança pública, pelo menos) e da vigilância socioassistencial. Todas elas são partes fundamentais no combate ampliado à violência, além da articulação com instâncias dos poderes executivos municipais e estadual, e o poder legislativo.

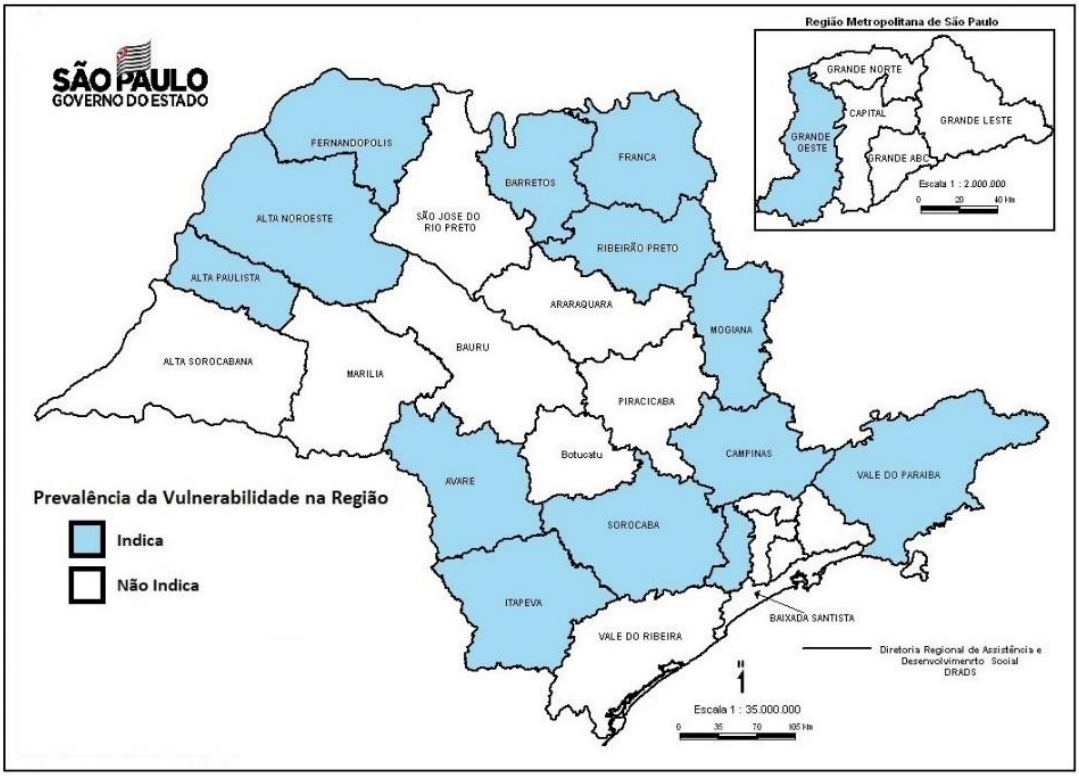
8.11. Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares.

O direito à convivência familiar e comunitária é uma conquista no âmbito das políticas públicas e fundamenta a compreensão de que os vínculos familiares e/ou comunitários e a não institucionalização dos indivíduos têm maior chance de produzir proteção e desenvolvimento para indivíduos e famílias. Portanto, evitar a ruptura dos vínculos e buscar a sua reconstrução são objetivos fundamentais (centrais) da política de assistência social.

O Mapa 21 mostra as regiões que destacaram a existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares, que aparece destacada por grande parte das regiões, indicando a grande incidência de famílias cujas dinâmicas podem estar afetadas por contextos particulares e sociais que fragilizam os vínculos existentes. Dado que se trata de um termo amplo e abrangente, é necessário o conhecimento aprofundado destas situações de

fragilidades e riscos, que podem ser variadas e distintas entre os territórios. Contudo, sabe-se que algumas condições individuais e/ou familiares podem agravar situações de desproteção social, como por exemplo: pessoas que estão em situação de rua, crianças e adolescentes afastados do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; adolescentes em conflito com a lei, vivência de processos de institucionalização e internação ou qualquer outra forma de privação do convívio familiar e/ou comunitário especialmente quando se trata de crianças, idosos, pessoas com deficiência.

MAPA 20 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE "EXISTÊNCIA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIAL E RISCO DE RUPTURA DOS VÍNCULOS FAMILIARES".



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

8.12. Desvantagens resultantes de deficiência/Existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal.

Segundo a OMS, com dados de 2011, 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, isto é, uma em cada sete pessoas no mundo. A falta de estatísticas precisas sobre pessoas com deficiência contribui para a invisibilidade dessas pessoas e representa um obstáculo para planejar e implementar políticas de desenvolvimento que melhoram as vidas das pessoas com deficiência. Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. Mulheres e meninas com deficiência são particularmente vulneráveis a abusos. Pessoas com deficiência são mais propensas a serem vítimas de violência ou estupro, e têm menor probabilidade de obter ajuda da polícia, a proteção jurídica ou cuidados preventivos. Cerca de 30% dos meninos ou meninas de rua têm algum tipo de deficiência, e nos países em desenvolvimento 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola. Ter alguma deficiência aumenta o custo de vida em cerca de um terço da renda, em média. Completar a escola primária também é um desafio maior para as crianças com deficiência: enquanto 60% dessas crianças completam essa etapa dos estudos nos países desenvolvidos, apenas 45% (meninos) e 32% (meninas) completam o ensino primário nos países em desenvolvimento. Além disso, mais de 50% das pessoas com deficiência não conseguem pagar por serviços de saúde[30].

Em 2006, as Nações Unidas adotaram a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Adicional. Os documentos exigem que os países signatários promovam e protejam os direitos humanos e a dignidade das pessoas com deficiências.

[30] Todos os dados deste trecho foram retirados de https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/. Acessado em 19/09/2019.

No estado de São Paulo são 456.297 pessoas com deficiência cadastradas[31] no CadÚnico, sendo a maior parte presente em áreas urbanas, e a maioria com deficiência de tipo física (44%), 26% deficiência mental ou intelectual, 13% transtorno ou doença mental, 14% baixa visão, 11% surdez e 5% cegueira.

Estas pessoas cadastradas são 55,63% de cor branca, 7,08% preta, 35,58% parda, 0,5% amarela e 0,07% indígena. Quanto à faixa etária, 13% têm entre 0 e 14 anos de idade, 15% entre 15 e 29 anos, 40% entre 30 e 59 anos (grande maioria) e 31% com 60 anos ou mais. No que se refere à composição familiar, a maioria encontra-se em famílias com uma ou duas pessoas (53%), 22% em famílias com 3 pessoas, 14% em famílias com 4 pessoas e 10% em famílias com 5 pessoas ou mais.

A condição de renda demonstra que 23% está em extrema pobreza e 14% em pobreza. E 50% está acima da linha de pobreza. Além disso, 58% recebe algum tipo de cuidado, mas alarmantes 70% não recebe benefício socioassistencial nem é atendido por programas (70% dos municípios não tem registro de serviços especializados para pessoas com deficiência.

Neste diagnóstico, as regiões de Ribeirão Preto, Barretos e Fernandópolis foram as que destacaram esta vulnerabilidade. Também foi destacado por Fernandópolis e Ribeirão Preto a existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal deste público.

[31] Dados do convênio SEDS-SEADE-SFP 2018, em apresentação do Perfil de Grupos Alvos de Políticas Específicas no Cadastro Único: Programa Bolsa Família, NOB/SUAS, Pessoas com Deficiência (2º relatório do convênio). Julho de 2019.

9. DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DAS PROTEÇÕES SOCIAIS

As análises com base em indicadores sociais e pesquisas qualitativas auxiliam a estimativa das demandas socioassistenciais no Estado, além da compreensão das complexidades das situações de risco e vulnerabilidade e suas especificidades regionais. Nesta sessão o diagnóstico abordará a oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais no Estado e nas regiões de Drads. Esta seção faz uso de dados da pesquisa qualitativa[32], além de indicadores de gestão obtidos no PMASWeb. O diagnóstico das proteções sociais, dos programas e benefícios socioassistenciais destacam tanto as dificuldades, os gargalos, as insuficiências e inadequações da rede de atendimento socioassistencial regional, como apontam estratégias de ação, para auxiliar o planejamento quadrienal das equipes.

9.1 Proteções Social Básica

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas

[32] A pesquisa qualitativa elaborada para este diagnóstico socioterritorial está disponível na publicação: *Pesquisando o Território Paulista: metodologia de elaboração do diagnóstico socioterritorial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.* http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/

com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto os de prestação continuada - que tem natureza substitutiva- quanto os programas de transferências de renda – de natureza complementar, compõem as ofertas de proteção social básica.

9.1.2. Programas de Transferência de Renda e Benefícios Socioassistenciais

A segurança de renda é uma das seguranças previstas na política de assistência social e que deve ser afiançada à população pelo Estado. Os programas de transferência de renda (PTR) e os benefícios socioassistenciais são duas estratégias do estado brasileiro, para cumprir com esta previsão e garantir mínimo acesso à renda a uma parcela da população.

Os PTR e os benefícios socioassistenciais têm por foco o combate à pobreza e à extrema pobreza, sendo o público alvo as famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza, considerada para estes casos aquelas que tem renda diária inferior a U$1,90. Atualmente são disponibilizados os seguintes programas (estaduais e federais) no estado de São Paulo:

- Renda Cidadã: programa estadual de transferência de Renda para famílias;
- Ação Jovem: programa estadual de transferência de renda para manutenção dos jovens na escola.
- Bolsa Família: programa federal destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza associado a ações de saúde e educação.
- BPC: Benefício de Prestação Continuada, destinado a idosos e pessoas com deficiência, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, viabilizado por recursos da União.

Em setembro de 2019 (Painel Social 25ª edição/2019), os programas estaduais contemplaram 77.516 famílias no programa Renda Cidadã e 32.804 pessoas no Ação Jovem. No mês de agosto deste ano, o programa federal Bolsa Família contemplou 1.506.667 famílias (Sagi, MDS, agosto de 2019).

9.1.3. Dificuldades/gargalos na área dos programas e benefícios socioassistenciais

Conforme a tabela 6, as 2 principais dificuldades (ou gargalos), identificadas no âmbito dos programas e benefícios socioassistenciais do estado de São Paulo pelos representantes regionais, foram relacionadas ao acompanhamento ou atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais, assim como à articulação intersetorial. Pela grande incidência destas dificuldades, considera-se necessária uma ação prioritária, com abrangência estadual.

As demais dificuldades também obtiveram grande incidência, com destaque para: a necessidade de "ampliação da cobertura", isto é, do número de vagas ofertadas frente a demanda: e melhoria da "gestão dos programas e benefícios socioassistenciais", buscando interlocução interna com o prefeito (a) e outros atores intramunicipais.

Por volta de metade das Drads apontaram; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de execução dos recursos portados nos programas). Por volta da metade dos representantes de Drads apontaram a necessidade de desenvolver "programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos" (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.); além de melhorar o "acesso a canais de pagamento", que dificultam a captação do benefício para alguns usuários. Estas ações são importantes, mas sua abrangência pode obedecer a demanda regionalizada, ou segundo perfis específicos de municípios.

TABELA 4 - NÚMERO DE REGIÕES QUE APONTARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES NOS PROGRAMAS E BENEFÍCIOS.

Acompanhamento/Atendimento pelos serviços socioassistenciais (articulação com os serviços de proteção).	24
Articulação intersetorial (capacidade de interlocução e desenvolvimento de ações com outras pastas)	23
Ampliação da Cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais;	17
Gestão dos Programas e Benefícios Socioassistenciais (interlocução interna com o prefeito (a) e outras pastas; alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas; e capacidade de execução dos recursos portados nos programas)	16
Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos (ex: mulheres, crianças, jovens, idosos, refugiados, etc.)	14
Acesso a canais de pagamento	13

Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

A maior parte dos territórios regionais apontaram que possuem dificuldades no âmbito da gestão, relacionada ao acompanhamento dos programas, e a articulação entre os beneficiários e os serviços de proteção social. Outra dificuldade de gestão difundida pelas regiões é a articulação e interlocução dos serviços socioassistenciais junto a outras políticas públicas ou órgãos e instituições que podem ampliar o poder de atuação da assistência social.

Outras demandas importantes são auxílios e mediações do Estado junto às gestões municipais e federal, buscando ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais, assim como a melhoria da gestão destes programas, que impactam diretamente na capacidade de execução.

Por outro lado, deve-se identificar os territórios que possuem necessidades específicas, como a necessidade de programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos, ou melhoria dos acessos aos canais de pagamento.

Na sequência deste documento, serão identificadas em mapas as regiões que apontaram dificuldades e gargalos na área dos programas

de transferência de renda e benefícios socioassistenciais da sua região[33].

O mapa 22 demonstra que 24 Drads (92,31% das regiões do Estado) que apontaram o acompanhamento ou atendimento das famílias como um fator de dificuldades na gestão ou execução dos PTR e benefícios socioassistenciais. Por sua ampla abrangência, deve-se considerar uma estratégia de ação que alcance todo estado.

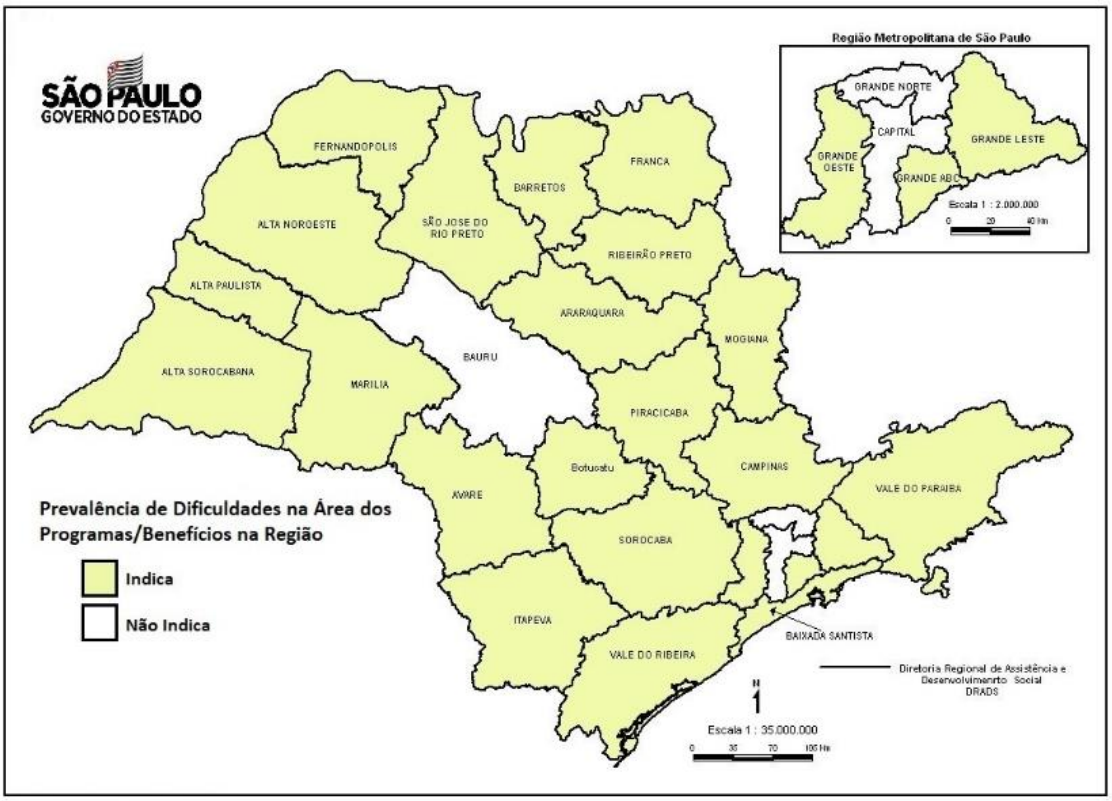
MAPA 21 – REGIÕES QUE INDICARAM PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES NO ACOMPANHAMENTO/ATENDIMENTO FAMILIAR PELOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

[33] Nas oficinas foram colocados como opção 6 tipos de "gargalos" ou "dificuldades" na gestão dos programas de transferência de renda (estaduais e federais) e dos benefícios socioassistenciais. Opções: Acompanhamento atendimento familiar pelos serviços socioassistenciais; Articulação intersetorial; Ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais; Gestão dos programas e benefícios socioassistenciais; Programas e benefícios socioassistenciais para públicos específicos e Acesso/relacionamento com os canais de pagamentos.

O mapa 23, aponta que 23 Drads (84,62% das regiões) consideram a necessidade de desenvolver a articulação de maneira ampliada envolvendo municípios, regiões e estado, envolvendo maior integração entre os sistemas (Cadastro Único, Renda Cidadã, Ação Jovem, Viva Leite). A estrutura restrita e a escassez de profissionais nas Drads, compromete a articulação regional intersetorial. Por sua ampla abrangência, deve-se considerar uma estratégia de ação que alcance todo estado.

MAPA 22 – REGIÕES QUE INDICARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL (INTERLOCUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES COM OUTRAS PASTAS)

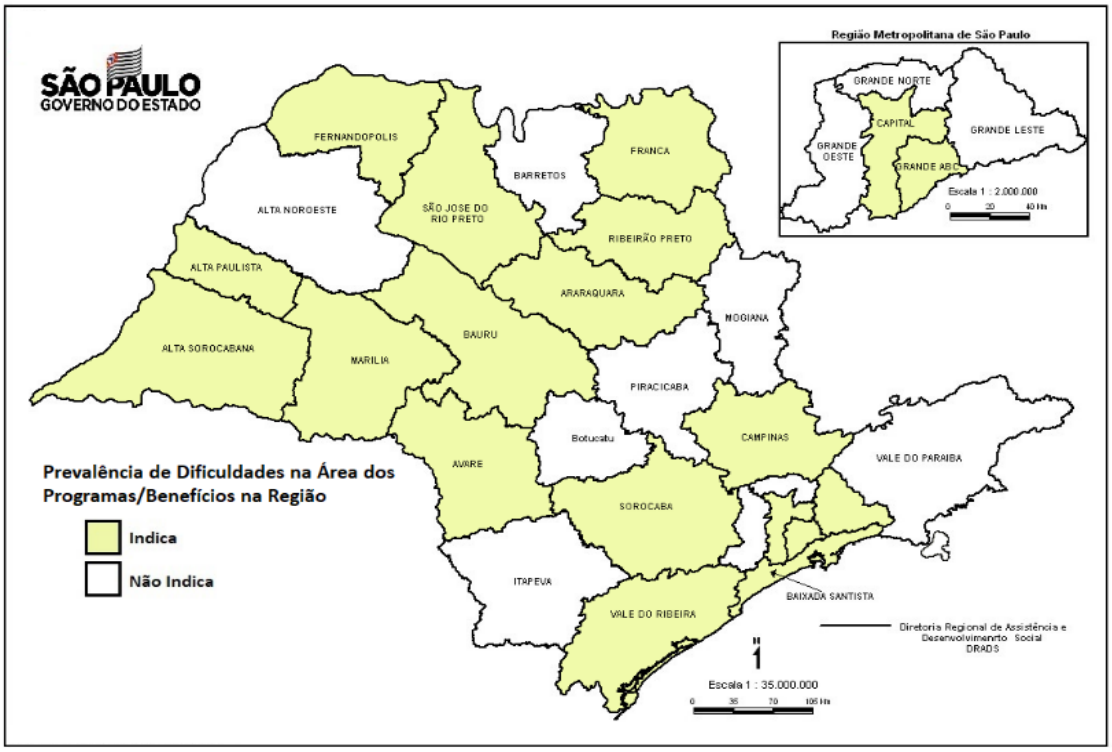


Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Com base no mapa 23, observamos que 17 Drads (65,38% das regiões) apontaram para a necessidade de ampliação da cobertura dos programas e benefícios socioassistenciais e de alterações para os

critérios de seleção e de valores relativos aos programas estaduais de transferência de renda. De acordo com dados do Ministério da Cidadania (agosto de 2019), no estado existem 739.471 beneficiários do BPC no estado de São Paulo, sendo 345.850 pessoas com deficiência e 393.621 idosos. No CadÚnico, em agosto de 2018 estavam inscritas 456.297 pessoas com deficiência (cerca de 110 mil a mais do que os atuais beneficiários) e 1.128.805 de pessoas idosas[34].

MAPA 23 - REGIÕES QUE INDICARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES DE AMPLIAÇÃO DA COBERTURA (Nº DE VAGAS OFERTADAS FRENTE A DEMANDA) DOS PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

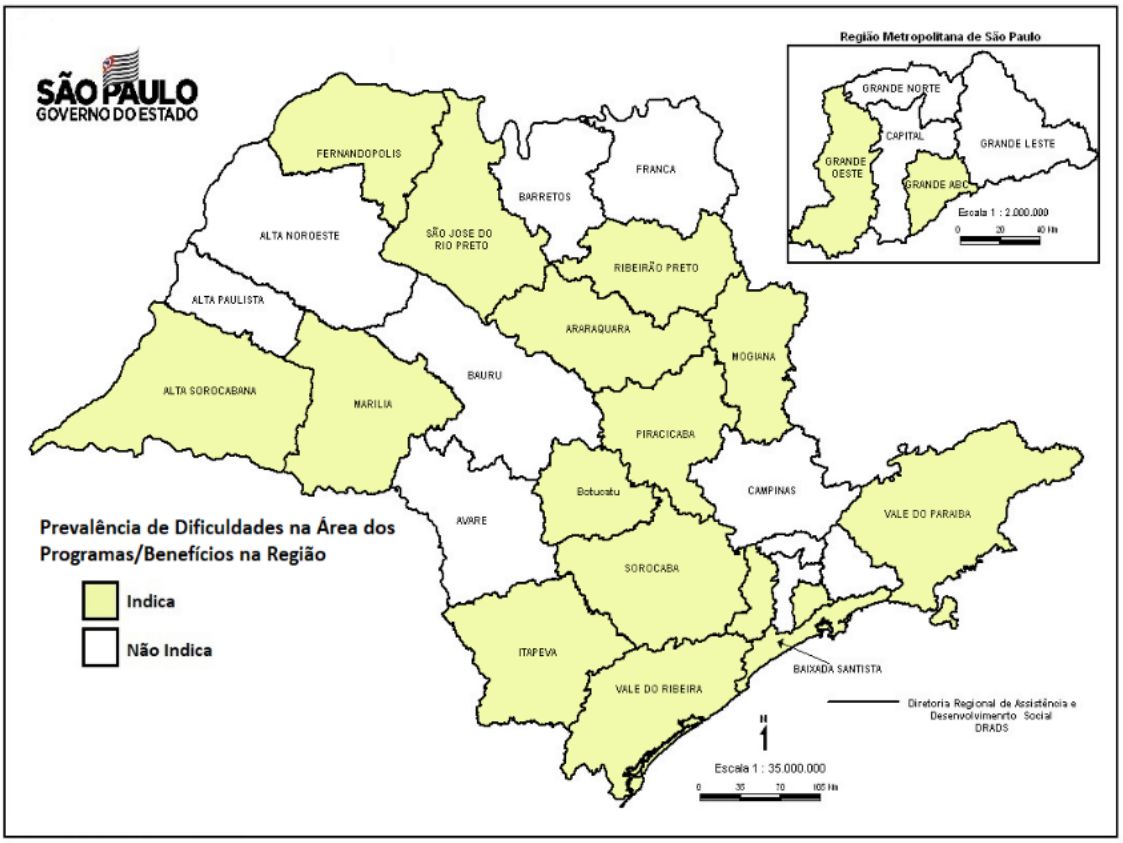
[34] Dados obtidos no Ministério da Cidadania, na área referente a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), na ferramenta RI Social, disponível em: http://mds.gov.br/sistemas/sistemas-1

O mapa 24 representa as 16 Drads (61,54% das regiões) que deram destaque para os aspectos de gestão dos programas e benefícios socioassistenciais. No âmbito da gestão dos programas e benefícios socioassistenciais podem estar incluídas a necessidade de maior interlocução interna com prefeito (a) e outras pastas; o alcance das metas e objetivos dos benefícios e programas. Estas dificuldades dizem respeito ao conhecimento da Política de Assistência Social no contexto da gestão municipal, para que as áreas técnicas desempenhem seus papeis com apoio necessário. Também deixa evidente a necessidade de um fluxo organizado de planejamento e execução, que impactam diretamente a capacidade de utilização de recursos aportados

Estas regiões apontaram para os seguintes problemas:

- Benefícios Eventuais: ausência de regulamentação; recursos financeiros e humanos insuficientes para a demanda; destaque para o papel do estado na organização e apoio financeiro.
- Programas de Transferência de Renda (PTR): ausência de recursos financeiros para realizar a gestão dos programas de transferência de renda; dificuldade da gestão dos PTR "Ação Jovem", "Renda Cidadã" e "Viva Leite", devido a limitações da base do Cadastro Único do Portal Social, incompatíveis com o público demandante;
- Dificuldades na utilização dos recursos: falta de fluxo, coesão, alinhamento entre gestão socioassistencial e os setores de tesourarias e/ou departamentos jurídicos municipais.

MAPA 24 - GESTÃO DOS PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.



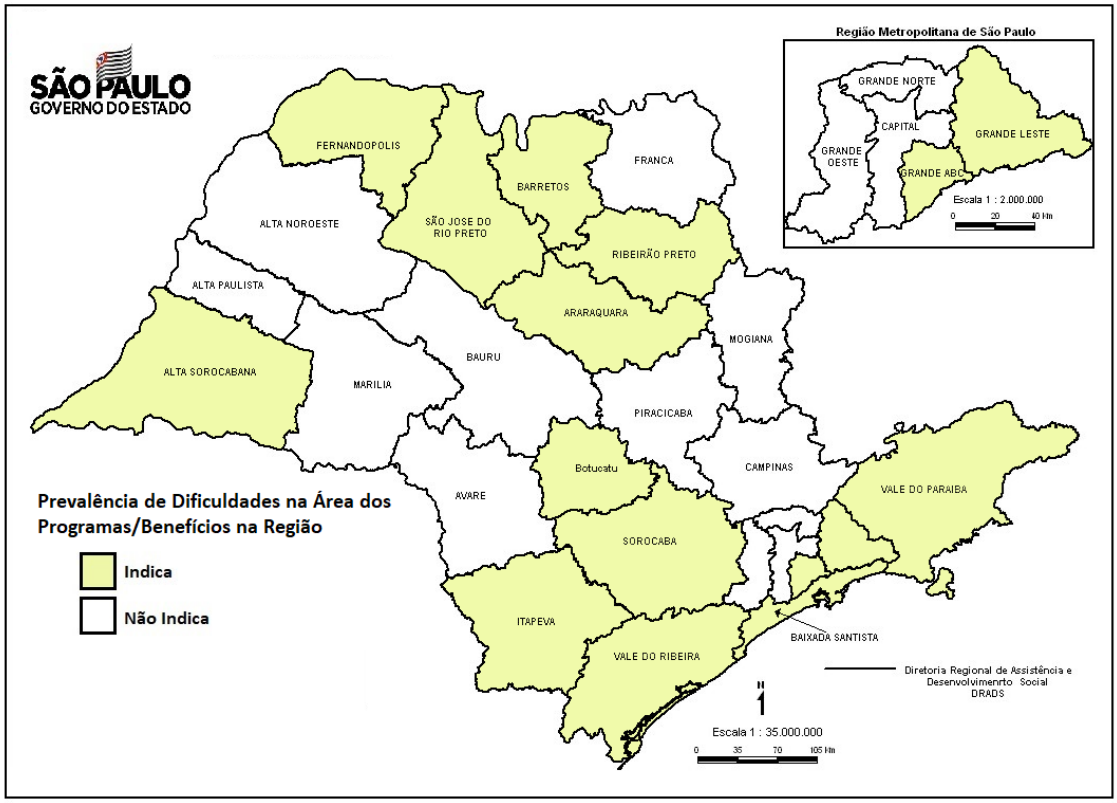
Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

O mapa 25, mostra que 14 Drads (53,85% das regiões) apontaram para necessidade de programas voltados para públicos específicos. Os 17 grupos identificados no CadÚnico são: indígena, quilombola, população em situação de rua, ciganos, família pertencente a comunidade de terreiro, extrativistas, pescadores artesanais, agricultores familiares, ribeirinhos, acampados, família assentada da reforma agrária, família de preso do sistema carcerário, catadores de materiais recicláveis, família atingida por empreendimento de infraestrutura e pessoas resgatadas do trabalho análogo ao escravo, família com marcação de trabalho infantil e família beneficiária do programa nacional de crédito fundiário.

Tais grupos sofrem dupla invisibilidade, uma gerada pela pobreza e outra relacionada ao preconceito que sofrem pela sua cultura, sua

tradição ou seu modo de vida. Ficam às margens das políticas sociais e, por isso, são públicos prioritários no desenvolvimento de políticas públicas específicas que valorizem e atuem de forma a melhorar a condição de vulnerabilidade em que se encontram. No Estado de São Paulo, dentre esses 17 grupos, identificamos um número maior nas famílias em situação de rua (57.569 famílias), seguido das famílias de catadores de materiais recicláveis (32.141 famílias) de acordo com os dados do mês de agosto de 2019 publicados na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério da Cidadania.

MAPA 25 - REGIÕES QUE INDICARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES DEVIDO À DEMANDA POR PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS.

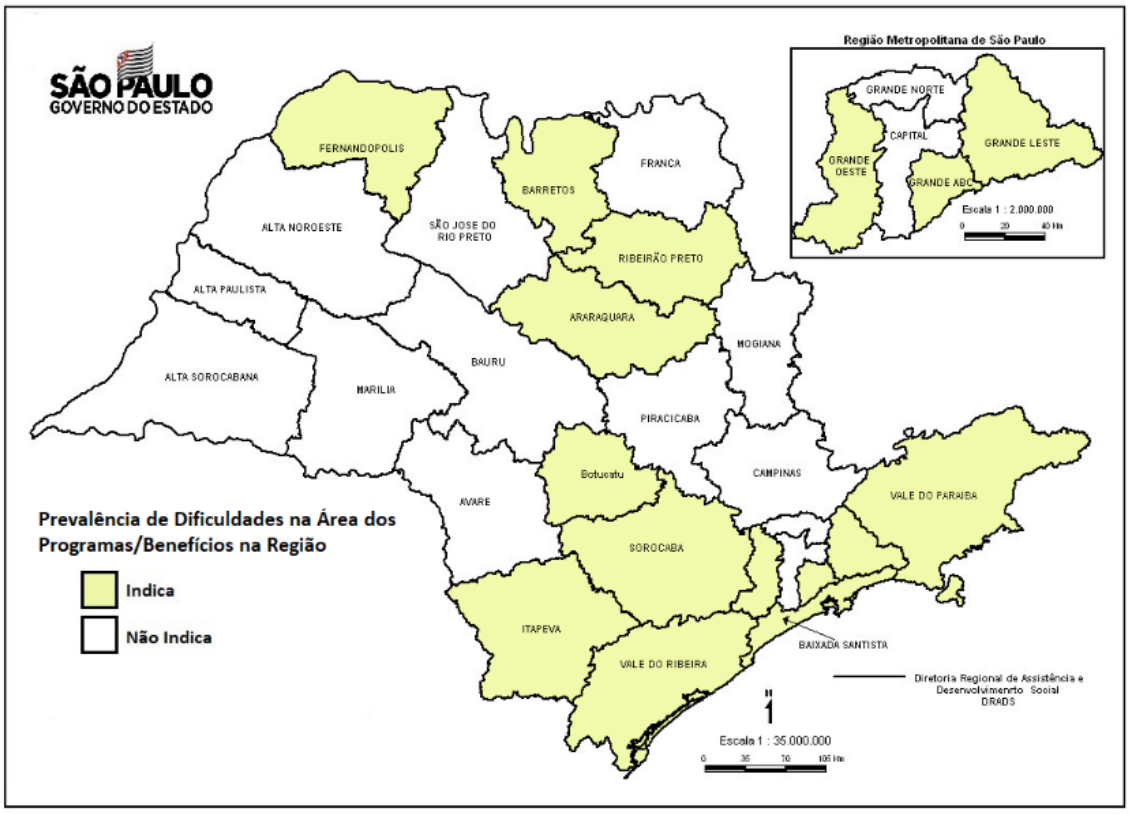


Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019

O mapa 26 indica que 13 Drads (50% das regiões do Estado representadas na pesquisa) apresentaram dificuldades relacionadas

aos canais de pagamento dos programas sociais, tais como, a defasagem de dados no Portal Social, o que dificulta a localização das famílias elegíveis ao programa renda cidadã, e outras dificuldades processuais que dificultam a relação entre os canais de pagamento e a população. Mostra-se necessário fazer um levantamento mais detalhados destas dificuldades para que se possa definir as ações necessárias.

MAPA 26 - REGIÕES QUE INDICARAM A PREVALÊNCIA DE DIFICULDADES DE ACESSO/RELACIONAMENTO COM OS CANAIS DE PAGAMENTOS DOS PROGRAMAS.



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Diante destes desafios, a pesquisa elaborada junto aos representantes regionais, buscou identificar estratégias para superar estas dificuldades encontradas:

9.1.4. Estratégias para os PTR e benefícios socioassistenciais

A metodologia da pesquisa realizada, solicitou que os representantes elencassem 5 estratégias para qualificar os programas e benefícios socioassistenciais, entre 10 opções disponíveis. O gráfico 11 aponta o ranking as estratégias mais citadas:

GRÁFICO 11 - ESTRATÉGIAS INDICADAS PARA QUALIFICAR PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019

A pesquisa deixa evidente a necessidade de ações relacionadas a educação permanente, atividades de vigilância socioassistencial, monitoramento e avaliação (estudos, pesquisas, análise e indicadores),

além das atividades de apoio e supervisão técnica presencial, com destaque para o papel das Drads. Para programas e benéficos socioassistenciais foram identificadas apenas seis (6) regiões com demanda de novos programas ou consórcios municipais, devendo ser identificado como uma estratégia específica.

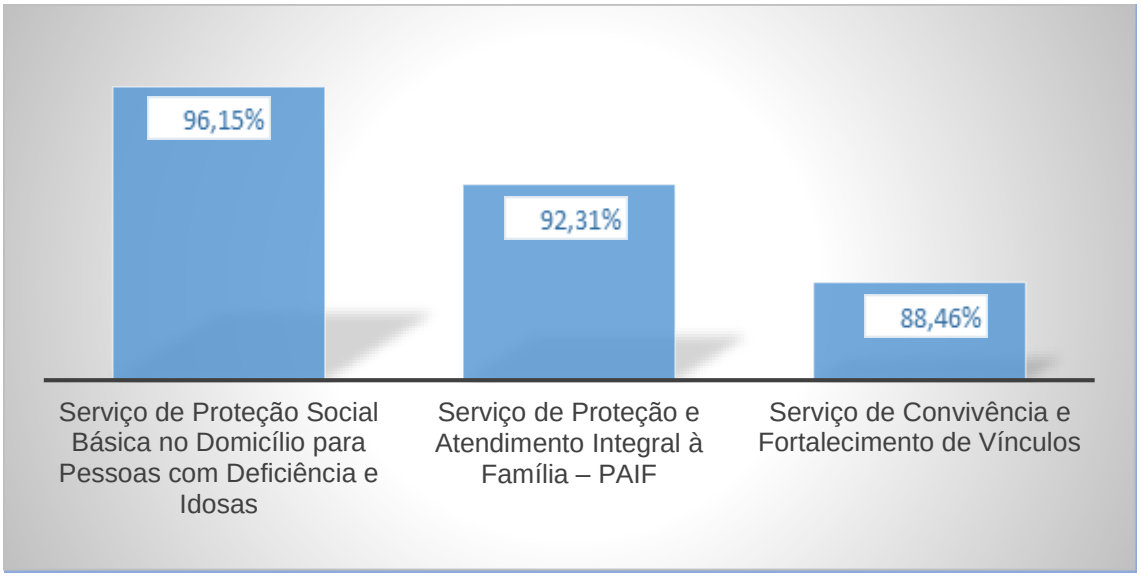
9.1.5. Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica inadequados ou insuficientes.

Segundo dados do sistema de planos municipais de assistência social, o PMASweb de 2019, o estado de São Paulo conta com 1.140 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e uma rede de proteção social básica com 6.681 serviços tipificados e 409 serviços não tipificados na proteção social básica[35].

A partir das da pesquisa elaborada para este diagnóstico socioassistencial, identificou-se que a maioria das regiões do Estado consideraram os serviços da Proteção Social Básica como insuficientes ou inadequados, conforme o gráfico 12:

GRÁFICO 12 - NÚMERO DE REGIÕES QUE AVALIAM OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA INSUFICIENTE OU INADEQUADO.

[35] Para mais informações acesse o *Painel Social 25ª edição/2019*. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/2506.pdf.



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica demonstraram problemas no levantamento feito pela pesquisa; em relação a insuficiência, ou seja, necessidade de ampliação da oferta; ou inadequação da prestação do serviço, necessitando qualificação ou reordenamento. As necessidades apontadas envolvem: o reordenamento dos serviços não tipificados; a contratação/reposição de recursos humanos, a ampliação de unidades e da capacidade dos serviços; a qualificação técnica; orientações sobre os processos de planejamento e de trabalho; apoio técnico e capacitações sobre política de assistência social.

O serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas foi mais apontado por 96,15% das regiões (25 Drads), seguido do serviço PAIF, com 92,31% (24 Drads) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com 88,46% (23 Drads).

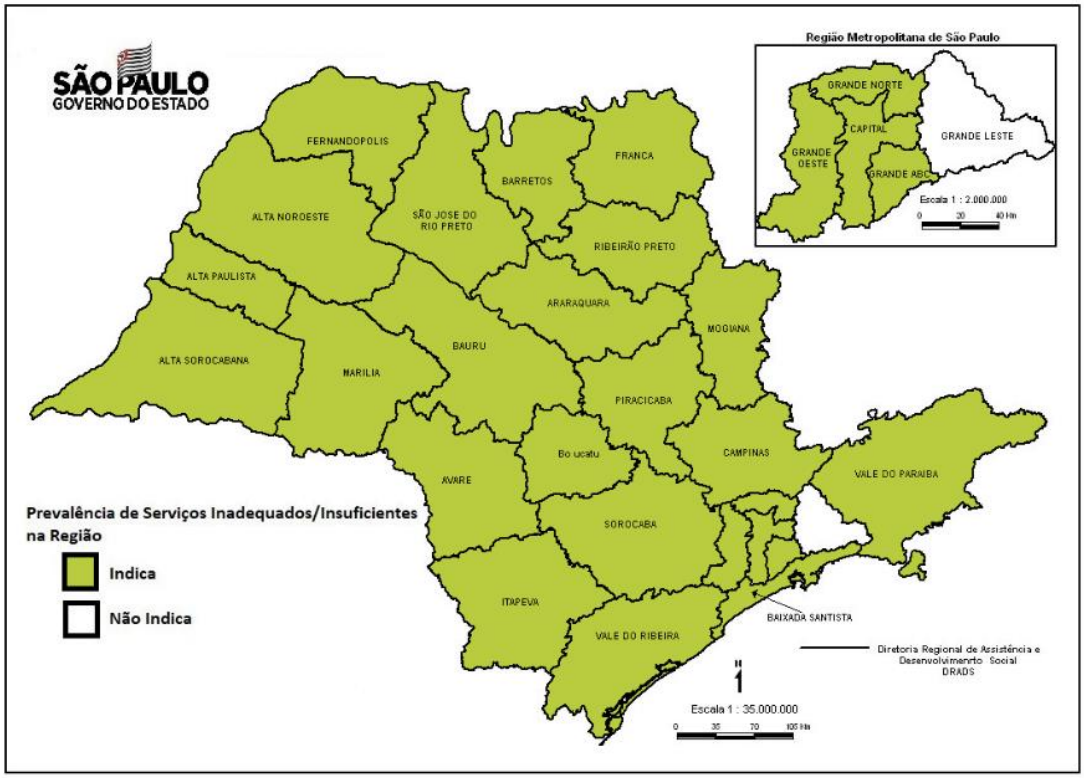
As regiões que indicaram possuir serviços da Proteção Social Básica em situação de inadequação ou com insuficiente capacidade de atendimento à demanda são:

O serviço a domicílio para pessoas com deficiência e idosas tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. Deve contribuir com a promoção do acesso dos seus usuários aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação (Resolução CNAS nº 109/2009) [36].

O mapa 28 aponta as 25 regiões que indicaram possuir serviços de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência ou idosas em condição de inadequação ou insuficientes. Em alguns casos o problema está na inexistência mesmo deste serviço. De modo geral, as regiões apontaram para os seguintes problemas: falta de adequação do serviço para pessoas com deficiência ou o serviço é inexistente; este serviço possui demanda, porém é inexistente na maioria dos municípios por falta de equipe exclusiva para executá-lo; este serviço, tanto para pessoas com deficiência ou idosas, é insuficiente e ainda está em processo de construção em alguns municípios que o implantaram.

[36] Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

MAPA 27 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS CONSIDERADOS INSUFICIENTES OU INADEQUADOS



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Em alguns casos foi apontada a necessidade de ampliar a cobertura deste serviço, em outros, a insuficiência de recursos humanos ou equipes especializadas nos serviços existentes.

Conforme os dados do *PMASweb* 2019, existem 187 serviços de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas no estado, que atendem mensalmente cerca de 256 pessoas em média. Eles estão distribuídos em apenas 77 municípios distribuídos em 23 regiões de Drads. Algumas regiões inteiras não registraram este serviço de proteção social básica: Alta Sorocabana, Baixada Santista e Grande São Paulo ABC.

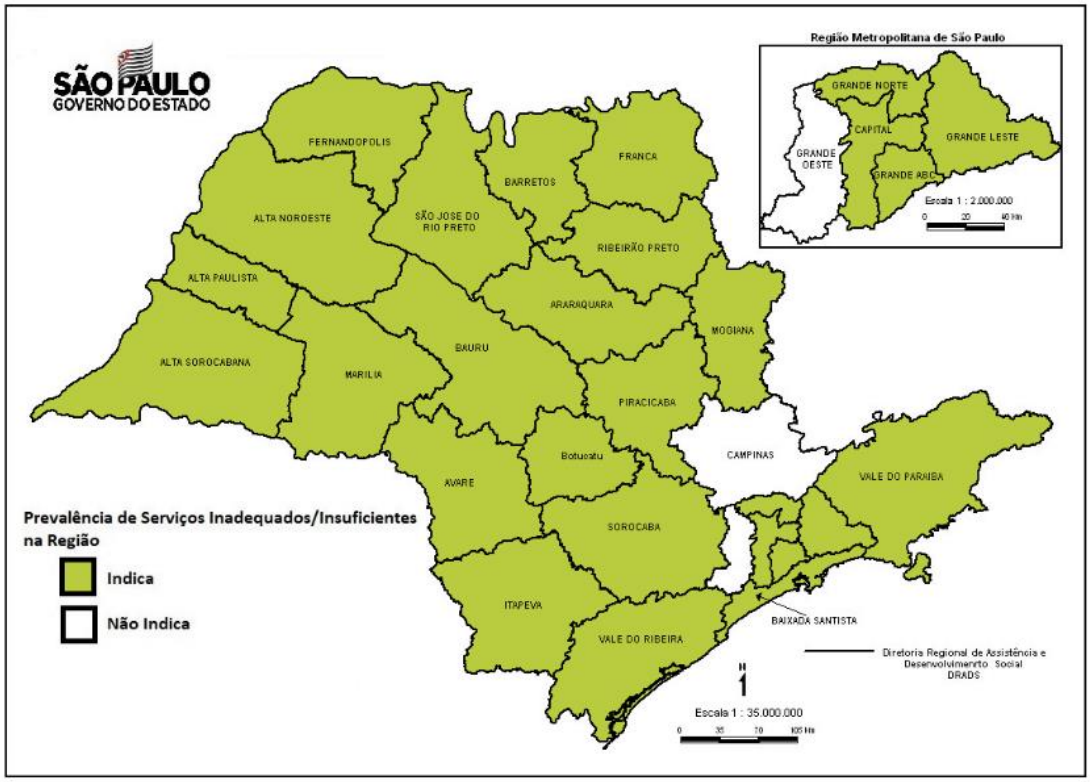
O serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias e comunidade, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (Resolução CNAS nº 109/2009).

O mapa 29 indica que o PAIF aparece como um serviço inadequado ou insuficiente em 24 regiões. Foram apontados, principalmente, o problema da falta de qualificação na execução do serviço, pois, embora esteja presente em todas as regiões e na grande maioria dos municípios[37], destacou-se que: as equipes são insuficientes, existem dificuldades relativas à metodologia do trabalho social realizado junto às famílias, compreensão técnica das equipes e operacionalização do serviço. Algumas regiões apontaram também para a necessidade de qualificar a articulação socioassistencial, a relação intersetorial e a gestão do território, como por exemplo, a busca ativa[38].

MAPA 28 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) CONSIDERADOS INSUFICIENTES OU INADEQUADOS.

[37] Existem 14 municípios no estado que não contam com este serviço.

[38] Busca ativa: estratégia que significa levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. Um dos grandes desafios é alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social. Os motivos dessa invisibilidade podem ser vários: ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios conflagrados, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos e desconhecimento de seus direitos, entre outros. Referência disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa, acesso em 26/08/2019.



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Segundo os dados do PMASWeb, no estado de São Paulo estão registrados 1.115 serviços PAIF, presentes em 631 municípios e nas 26 regiões de Drads. Em média, cada serviço atende mensalmente cerca de 470 pessoas.

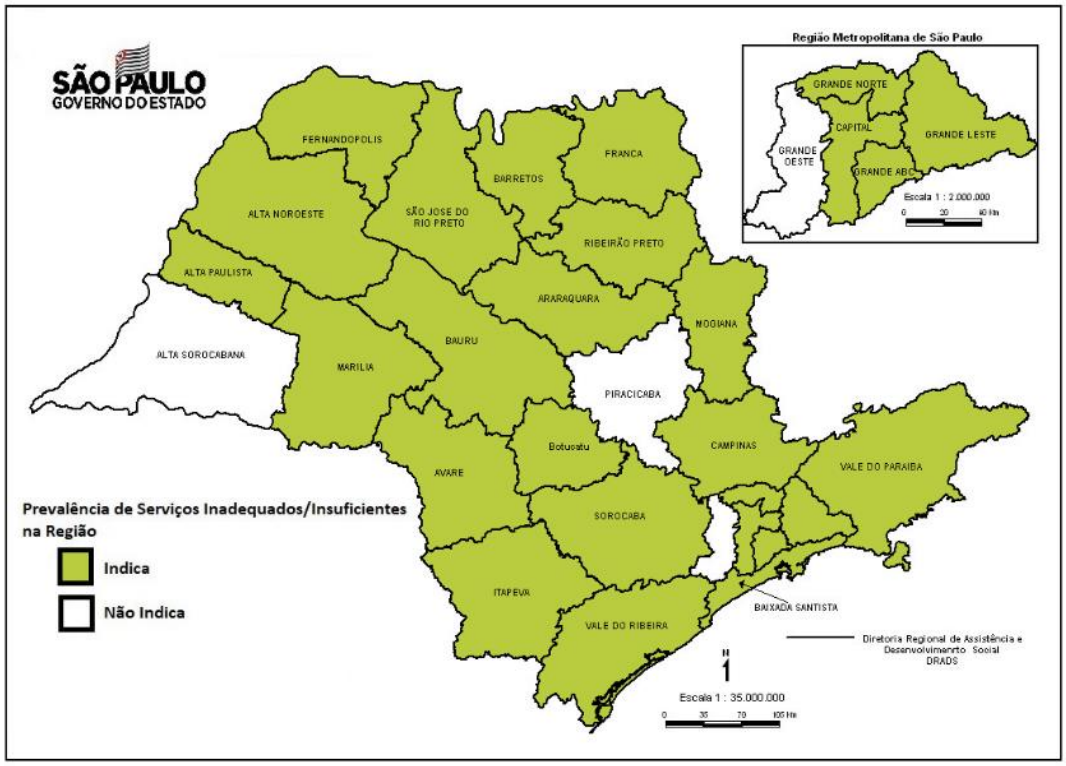
O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) é o serviço complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo serviço de PAIF, que busca prevenir a ocorrência de situações de risco social, sendo realizado em grupos e organizado a partir de percursos, de eixos norteadores, estimulando e orientando os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Tem por objetivos garantir as seguranças de "acolhida", "convívio familiar e comunitário" e de "autonomia" dos usuários de acordo com o seu ciclo de vida, por um

período de tempo É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras (Resolução CNAS nº 109/2009).

O mapa 30 indica as 23 regiões do estado cujos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos estão em situação de inadequação ou em número insuficiente. Dentre os problemas indicados pelas regiões encontram-se: SCFV para idosos, muitos serviços apresentam inadequação na execução; falta de qualificação e insuficiência nos SCFV para adolescentes e para crianças; baixa qualidade na oferta do serviço de forma geral; serviços não referenciados aos CRAS.

De acordo com o *PMASWeb*, existem 5.363 serviços de convivência e fortalecimento de vínculos no estado de São Paulo, distribuídos em 635 municípios e pelas 26 regiões, onde, em média, cada serviço atende por mês a 100 pessoas. Este é um serviço de grande relevância para a Política de Assistência Social, que apesar de bastante difundido, necessita ser bastante aprimorado em sua capacidade de atendimento e na qualificação dos serviços.

MAPA 29 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) CONSIDERADOS INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

9.1.6. Estratégias para Proteção Social Básica

A fim de contribuir para o planejamento da gestão estadual, a metodologia da pesquisa realizada para este diagnóstico, solicitou que os representantes elencassem 5 estratégias para qualificar os programas e benefícios socioassistenciais, entre 11 opções disponíveis. O Gráfico 13 aponta o ranking as estratégias mais citadas:

GRÁFICO 13 – ESTRATÉGIAS PARA QUALIFICAR OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Elaboração: GT Vigilância socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Destaca-se no gráfico (número xxxx) que, dentre as estratégias para qualificação dos serviços da Proteção Social Básica, a "Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas, etc)" aparece como a estratégia mais apontada (demandada) pelas regiões (26 regiões), seguida de "Repasse de recursos financeiros" (22 regiões) e "Apoio/supervisão técnica presencial" (19 regiões). Além dessas estratégias, chamam a atenção as ações relativas a vigilância socioassistencial (estudos, pesquisas análise de dados); articulação regional, intersecreatarial, inetersetorial; e orientação técnica.

9.2. Proteção Social Especial

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos

e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo (Resolução CNAS nº 109/2009).

9.2.1. Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE/MC)

No âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE/MC), encontram-se aqueles serviços que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, que requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado, tais como orientação e apoio sociofamiliar, abordagem de rua, cuidados no domicílio, serviços de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA). São serviços deste âmbito: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Resolução CNAS nº 109/2009).

Atualmente, a rede estadual de proteção social de média complexidade está composta por 296 centros de referência especializados de

assistência social (CREAS), 57 centros de referência especializados para população em situação de rua. Além de, 2.014 serviços tipificados e 233 não tipificados na média complexidade (Painel Social, 25ª edição/2019).

A partir dos dados retirados da pesquisa qualitativa elaborada para este diagnóstico, observa-se que todos os serviços foram considerados inadequados ou insuficientes:

FIGURA 3 – QUANTIDADE DE REGIÕES DAS DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS) QUE CONSIDERAM OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE MÉDIA COMPLEXIDADE INSUFICIENTES OU INADEQUADOS, ESTADO DE SÃO PAULO.

Serviços Socioassistenciais de Média Complexidade insuficientes ou inadequados	**Nº Drads**	
Serviço Especializado em Abordagem Social	24	92,31%
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	22	84,62%
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo	21	80,77%
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas famílias	21	80,77%
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC	16	61,54%

Elaboração: GT Vigilância socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Segundo os representantes regionais, os problemas encontrados nos serviços de Proteção Social Especial referem-se principalmente à inexistência de unidades públicas CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) em muitos municípios do Estado, à insuficiência de recursos humanos e financeiros, e à falta ou inadequação de planejamento técnico para o trabalho social (qualificação técnica). O serviço especializado para pessoas em situação de rua e o serviço especializado em abordagem social foram

apontados por quase a totalidade de Drads como sendo insuficientes ou inadequados.

Na região de Fernandópolis apontou-se que dos 45 municípios somente quatro (4) contam unidades de CREAS, o que inviabiliza o atendimento das demandas locais. Problema semelhante também foi apontado pelas regiões do Vale do Ribeira e de Barretos.

Apontou-se ainda a necessidade de constituição de CREAS regionalizados e o problema da baixa qualidade na oferta dos serviços de proteção social especial. Em alguns casos, apesar dos serviços qualificados, são insuficientes para a demanda apresentada.

Também foram apontados problemas como a falta de reconhecimento da Política de Assistência Social e do funcionamento da política pública, falta de foco [priorização das demandas], definição de público prioritário da assistência social e a falta de entendimento ou separação entre as atribuições da Assistência social e outras áreas, como o Poder Judiciário, Saúde mental, Conselho Tutelar, entre outras. Estes problemas implicam na fragilidade do sistema de serviços em todo o Estado, segundo apontado.

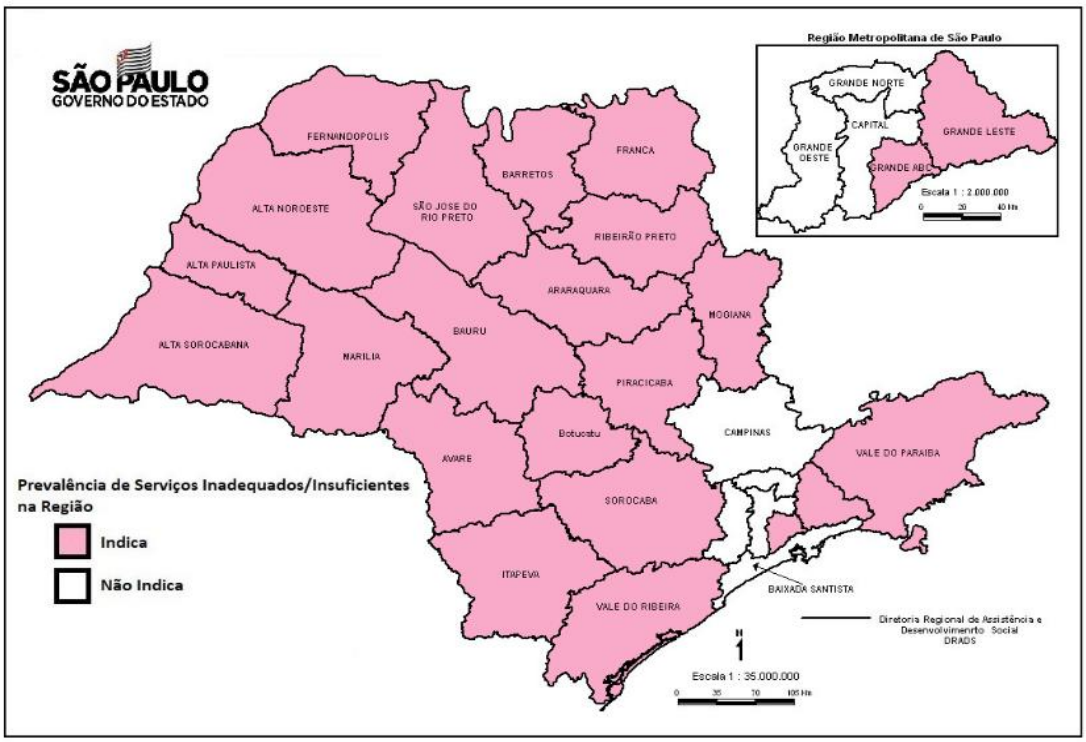
A seguir apresentamos em mapa as regiões que indicaram possuir serviços de proteção social especial de média complexidade considerados em situação de inadequação ou em capacidade insuficiente.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo (PAEFI) oferece apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. São usuários deste serviço famílias e indivíduos que

vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência, violência sexual (abuso e/ou exploração sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua e mendicância, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos (Resolução CNAS nº 109/2009).

O mapa 31 indica as regiões do Estado com serviços de PAEFI em situações inadequadas ou em número insuficiente: com exceção das regiões de Campinas, Grande São Paulo Oeste, Grande São Paulo Norte, Capital e da Baixada Santista, todas as demais regiões indicaram possuir serviços nesta condição.

MAPA 30 - REGIÕES COM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUO (PAEFI) INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.



Elaboração: GT Vigilância socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Dentre os problemas apontados pelas regiões estão a insuficiente capacidade dos serviços para atender a demanda, a ausência destes serviços em alguns municípios, a falta de recursos humanos ou em descumprimento com a NOB-RH[39] do SUAS, qualificação das equipes técnicas.

No estado de São Paulo são 292 serviços PAEFI, distribuídos pelas 26 regiões, em 236 municípios, e atendem, em média, mensalmente, a cerca de 197 pessoas.

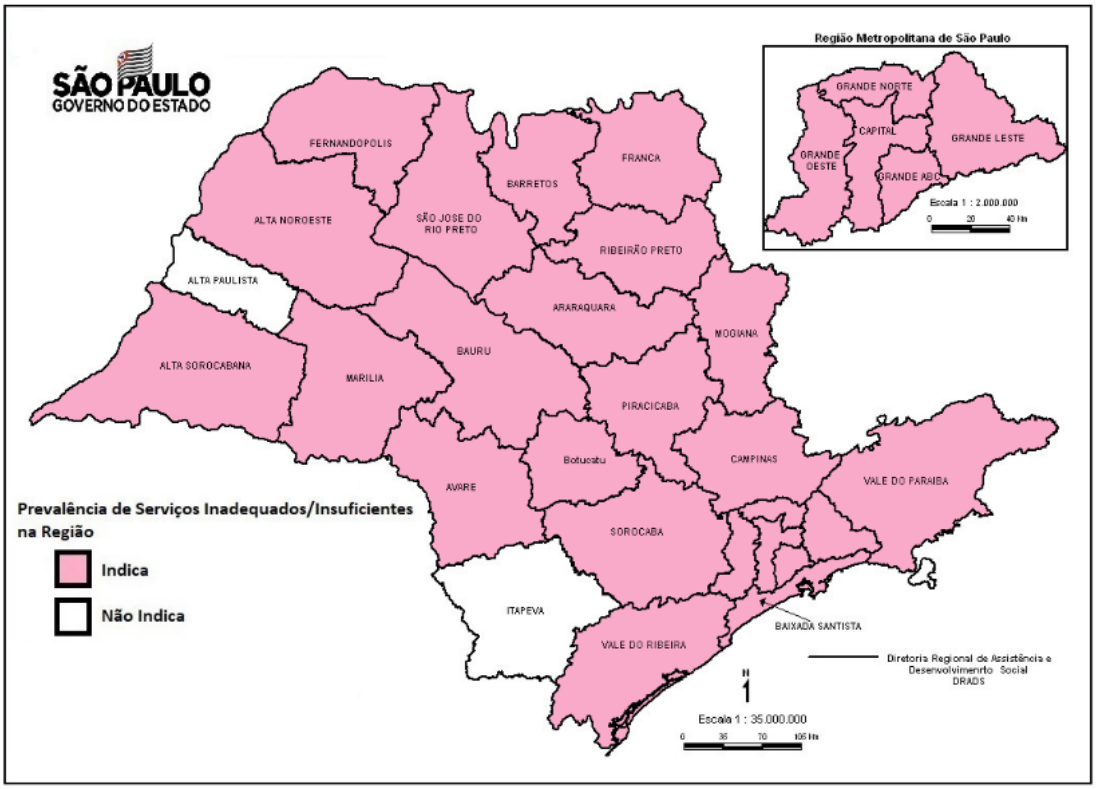
O serviço especializado em abordagem social deve ser ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de

[39] Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.

crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (Resolução CNAS nº 109/2009).

As regiões indicadas no mapa 32 apontaram a inadequação ou insuficiência do serviço especializado em abordagem social no estado: correspondem a 92% das regiões do estado (24). Alguns dos problemas identificados nos Serviços Especializados de Abordagem Social foram a falta destes serviços para a demanda existente (região de Sorocaba), a insuficiência de recursos humanos (região de Barretos), a necessidade de qualificação metodológica do trabalho técnico e a baixa cobertura do cofinanciamento do serviço. O Serviço Especializado em Abordagem Social é ofertado em conjunto com o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o que, por si só, indica a necessidade de identificação dos problemas em ambos serviços.

MAPA 31 – REGIÕES COM SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.



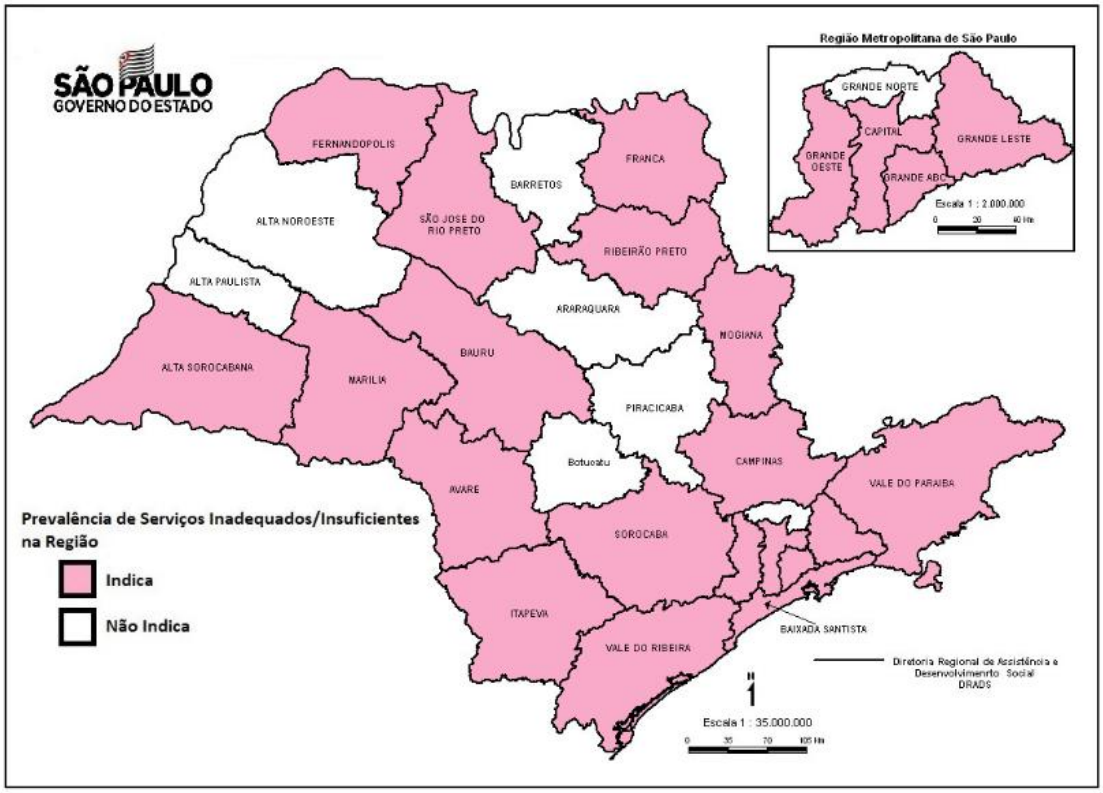
Elaboração: GT Vigilância socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

São 200 serviços especializados em abordagem social, em 135 municípios e todas as regiões do estado. O atendimento mensal médio é de 156 pessoas por serviço.

O serviço especializado para pessoas em situação de rua é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Deve oferecer trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência

As 19 regiões indicadas no mapa 33 afirma haver inadequação ou insuficiência no serviço especializado para pessoas em situação de rua. Dentre os problemas apontados no âmbito deste serviço estão a insuficiência de atender à demanda, com ausência do serviço em alguns municípios, inadequação por falta de recursos humanos e de recursos financeiros. Também o fato de que este serviço possui grande vínculo com serviços da área da Saúde e outras áreas (trabalho e emprego, educação), tornando-o mais complexo e dificultando o desempenho da área da assistência social. Ainda, foi apontado a necessidade de prestação deste serviço de forma regionalizada.

MAPA 32 - SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.



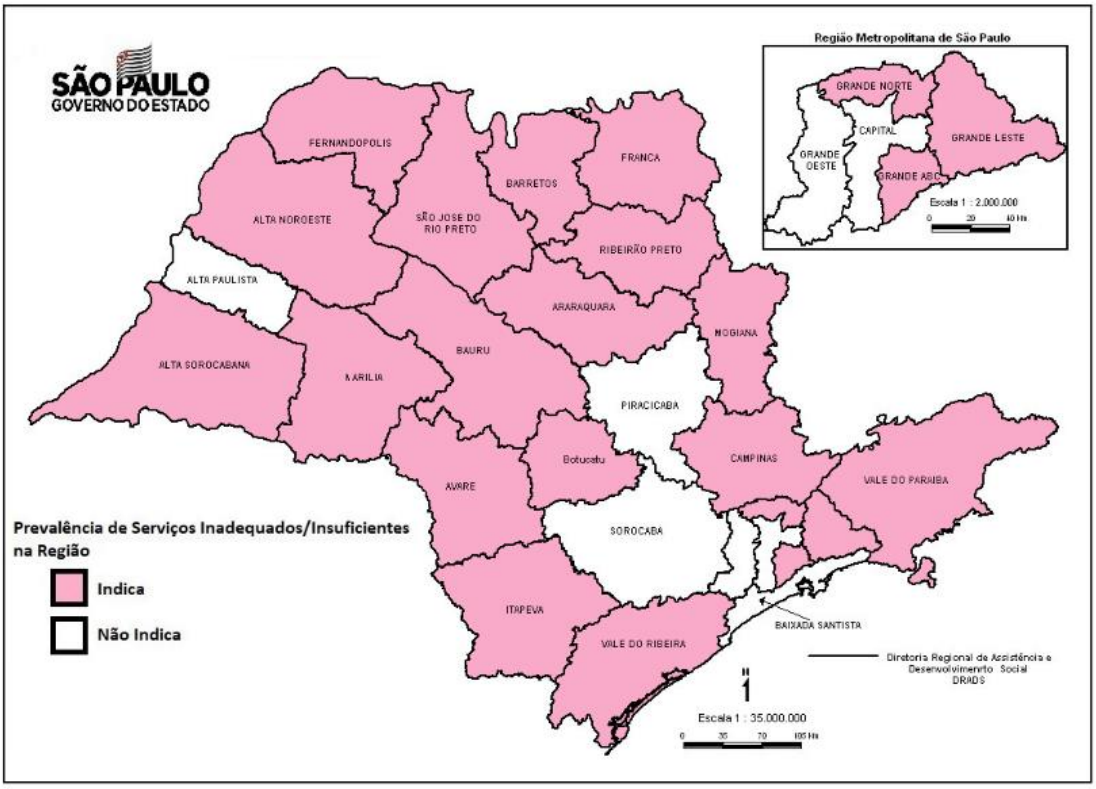
Elaboração: GT Vigilância socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Pelo estado de São Paulo são 66 unidades de serviços especializados para pessoas em situação de rua, em 46 municípios e 19 regiões, que atendem em média por mês cerca de 252 pessoas por serviço, de acordo com o PMASWeb (2019).

O serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias disponibiliza atendimento especializado às famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes.

As 20 regiões representadas no mapa 34 afirmam haver a inadequação ou insuficiência do de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos (as) e suas famílias no estado. Dentre os problemas apontados no âmbito deste serviço estão o atendimento à grande demanda, a qualificação e orientações técnicas, ampliação dos recursos humanos qualificados. De acordo com o *PMASweb* (2019), estão distribuídos, por todas as regiões do estado, 771 serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos (as) e suas famílias, em 398 municípios. Cada serviço atende, em média 80 pessoas ao mês.

MAPA 33 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS (AS) E SUAS FAMÍLIAS

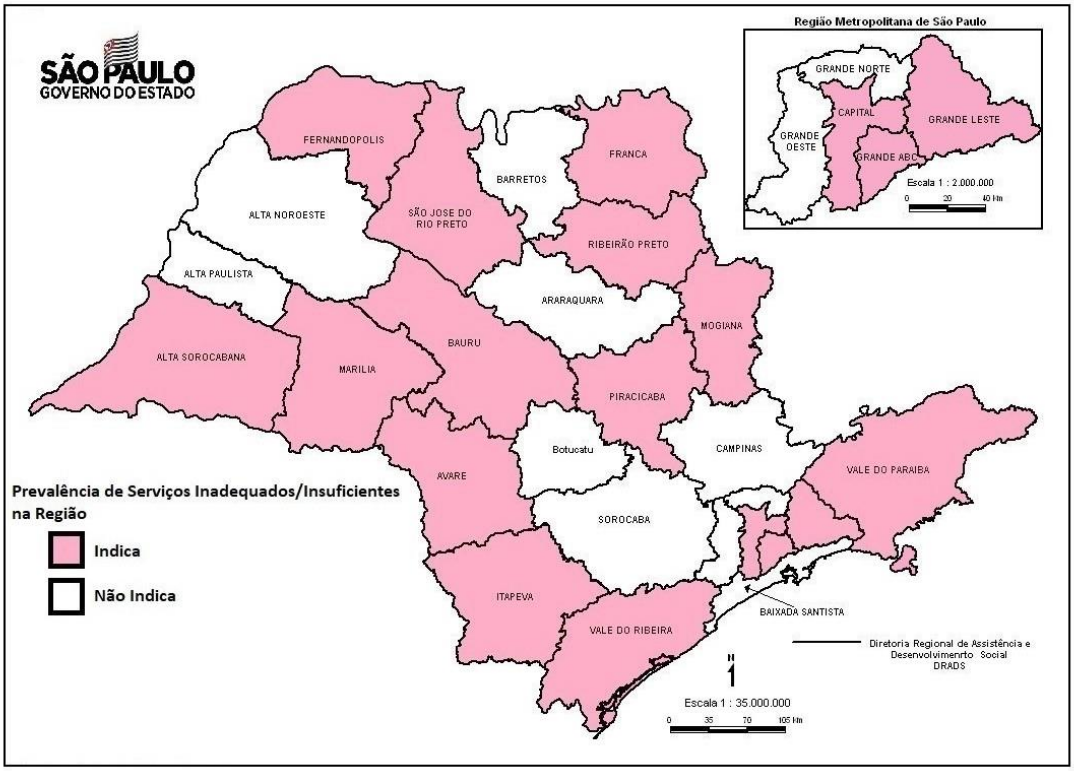


Elaboração: GT Vigilância socioassistencial. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial.

Já o serviço de proteção social para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento das determinações judiciais. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens, considerando a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

As 16 regiões destacadas no mapa 35 apontaram a inadequação ou insuficiência deste serviço no estado:

MAPA 34 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

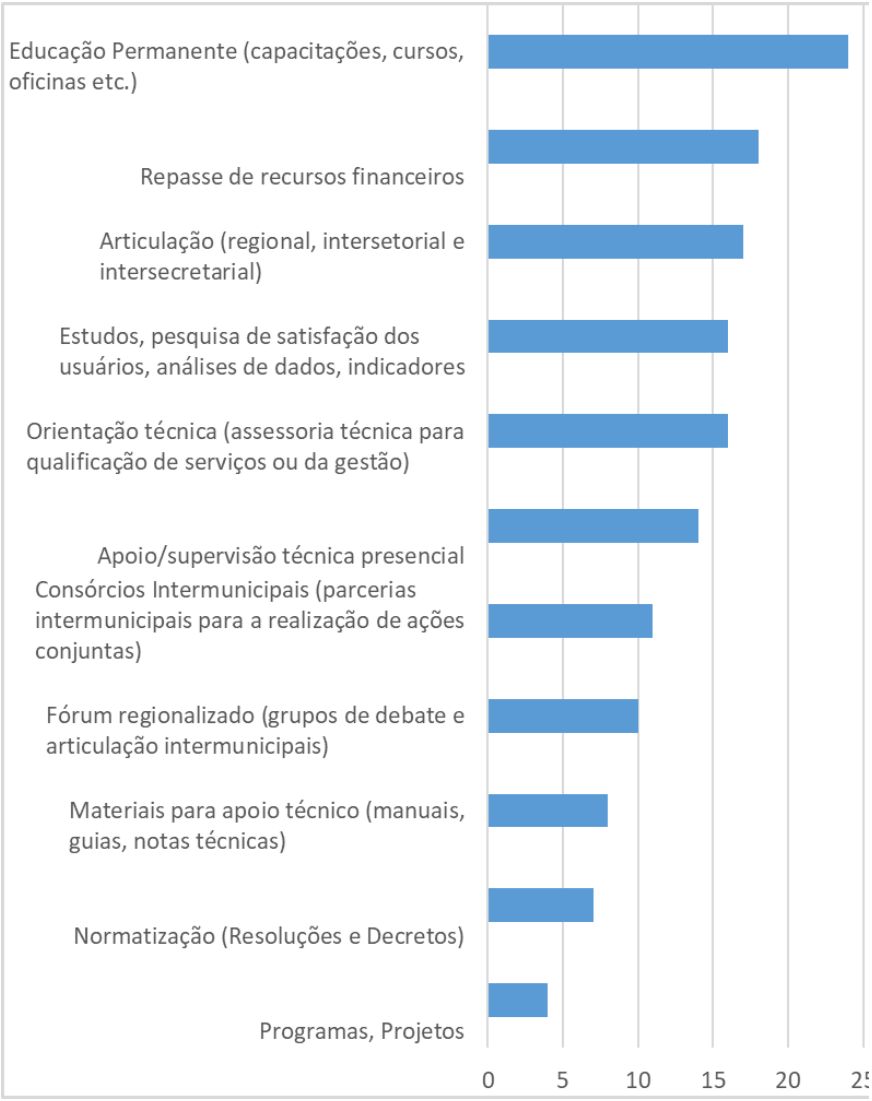
Os principais problemas apontados estão relacionados à necessidade de qualificação do trabalho técnico e metodológico neste serviço, como a necessidade de qualificar a construção dos planos individuais de atendimento (PIA), trabalhar conceitos técnicos com as equipes sobre o público atendido, especialmente para evitar a discriminação. Além da insuficiência do serviço para atender a demanda. De acordo com o *PMASweb* (2019), existem 695 serviços de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), em 612

municípios, em todo o Estado. Cada serviço atende em média 40 adolescentes por mês.

9.2.2. Estratégias para PSE de Média Complexidade

A fim de contribuir para o planejamento da gestão estadual, a metodologia da pesquisa realizada para este diagnóstico, solicitou que os representantes elencassem 5 estratégias para qualificar os programas e benefícios socioassistenciais, entre 11 opções disponíveis, conforme o gráfico 17:

GRÁFICO 14 - ESTRATÉGIAS MAIS INDICADAS PELAS REGIÕES PARA PSE DE MÉDIA COMPLEXIDADE



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

Conforme indicado acima, a "educação permanente" aparece como a estratégia mais apontada pelas regiões, demonstrando a grande demanda de municípios e Drads por ações de qualificação técnica e formação, sendo seguida de: repasse de recursos financeiros e articulação intersetorial e intersecretarial no âmbito das regiões. Além dessas estratégias, destacam-se ações relativas a vigilância socioassistencial (estudos, pesquisas análise de dados) e acompanhamento técnico.

Os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade apresentam insuficiência em muitos municípios de todas as regiões pesquisadas, com necessidade de expansão dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Também foi identificado que muitos dos serviços já instalados nos territórios, precisam de reordenamento para qualificação do atendimento ou ampliação da oferta de vagas.

As estratégias para superar estas situações apontadas estão relacionadas a educação permanente, repasse de recursos, articulações regionais e intersetoriais, além do trabalho de vigilância socioassistencial e acompanhamento técnico.

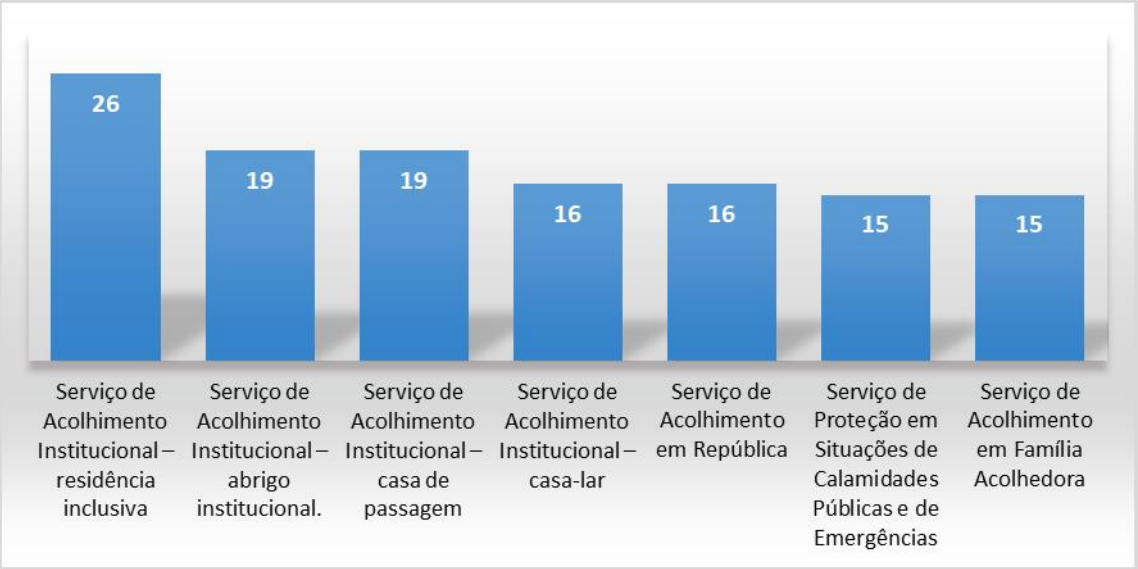
9.3. Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE/AC)

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. São serviços deste

âmbito o Serviço de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva; o Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Segundo dados do *PMASWeb*, o estado de São Paulo conta com 1.817 serviços tipificados e apenas 28 serviços não tipificados na proteção social especial de alta complexidade. O gráfico 18 mostra a incidência de serviços de PSE/ AC insuficientes ou inadequados:

GRÁFICO 15 - NÚMERO DE REGIÕES QUE AVALIAM OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE COMO INSUFICIENTES OU INADEQUADOS.



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

De acordo com o gráfico todos os serviços da PSE de Alta Complexidade foram considerados inadequados ou insuficientes em alguma medida pelas regiões do estado, com destaque para o serviço de Residência Inclusiva (serviço de acolhimento), que foi o único mencionado por todas (26) as regiões.

Segundo as regiões, os principais problemas existentes no âmbito da PSE de Alta Complexidade estão relacionados, entre outros, à ausência de unidades prestadoras de serviços em algumas regiões, à insuficiente capacidade de atendimento pelos serviços já existentes, ao reduzido número de profissionais nas equipes técnicas (recursos humanos), à qualificação técnica e à gestão (cofinanciamento, articulação) destes serviços.

Assim como apontado no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, também na esfera da PSE de alta complexidade existe o problema da falta de reconhecimento do público prioritário ou alvo da política de assistência social, bem como o desvio de atuação dos profissionais da área por sobreposição ou deficiência de outros setores, tal como o poder Judiciário[40]. Finalmente, foi apontada a importância de investimentos na área da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade como forma de reduzir a necessidade de serviços de alta complexidade, especialmente nos casos de municípios e regiões que já não contam com rede de serviços desta área.

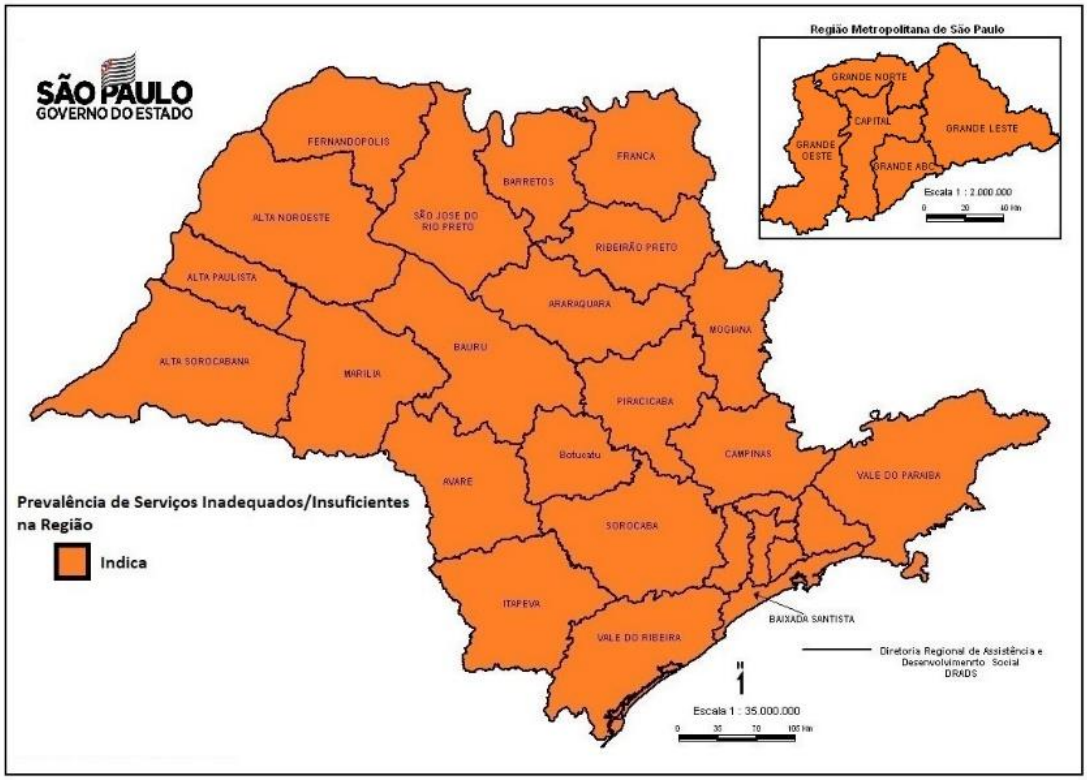
A seguir apresentamos em mapa as regiões que indicaram possuir serviços da Proteção Social Especial de Alta complexidade em situação de inadequação ou em capacidade insuficiente:

O serviço de acolhimento institucional, modalidade residência inclusiva, são unidades que ofertam acolhimento para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autos-sustentabilidade ou de retaguarda familiar, em sintonia com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

[40] Foi utilizado o termo "judicialização" nos comentários das Oficinas, porém não houve a devida definição do que se entende pelo termo e por este motivo não o incluímos no texto. Faz-se necessário, porém, compreender os fenômenos que vêm ocorrendo na relação entre Assistência Social e o poder Judiciário, que têm ocasionado, desde longa data, problemas institucionais graves e prejuízos para o trabalho das equipes de proteção social.

No mapa 36 vemos que todas as 26 regiões do Estado indicaram possuir serviços inadequados ou em número insuficiente de acolhimento institucional na modalidade residência inclusiva. De acordo com o PMASweb, existem 74 unidades de residência inclusiva no estado, distribuídas em 45 municípios. Destas, 7 unidades de residência inclusiva são de responsabilidade do Estado. Este serviço socioassistencial foi o mais difundido pelo estado de São Paulo, segundo a pesquisa qualitativa realizada para este diagnóstico.

MAPA 35 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – RESIDÊNCIA INCLUSIVA INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

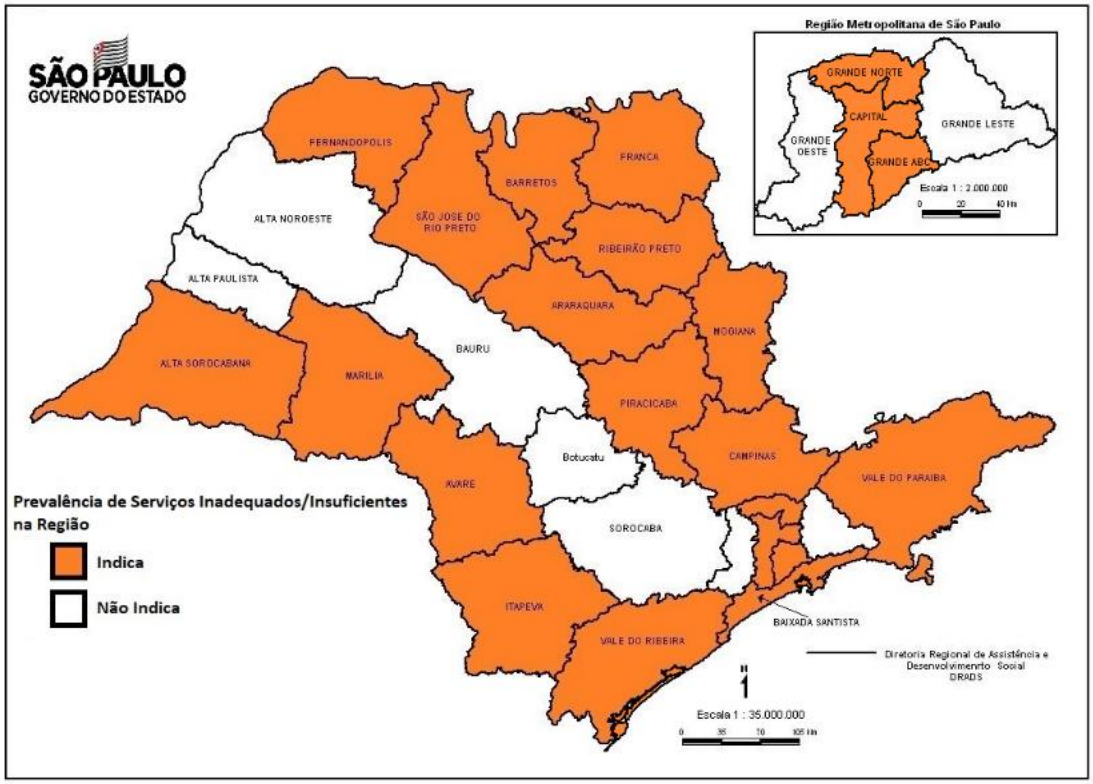
Além da possível insuficiência dos serviços já instalado, existem 4 regiões que permanecem sem nenhuma unidade deste serviço: Alta Paulista, Barretos, Sorocaba e Mogiana. As residências inclusivas são

uma demanda importante entre os serviços de proteção social especial de alta complexidade, devendo ser melhor investigado a demanda social dos territórios municipais, a distribuição dos serviços e diretrizes para ampliação.

O serviço de acolhimento institucional, modalidade abrigo é realizado em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, devendo garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. Está organizado para atender em unidades exclusivas os seguintes públicos: crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência, e pessoas idosas.

O mapa 37 indica a existência de serviços de acolhimento institucional em abrigo inadequados ou insuficientes em 19 regiões do estado. De acordo com o PMASweb (2019), existem no estado de São Paulo, 1.367 abrigos institucionais distribuídos em 490 municípios, nas 26 regiões, sendo 174 unidades para atender a adultos e famílias, 637 para crianças e adolescentes, 533 para idosos e 23 para mulheres vítimas de violência. Deve-se observar estes serviços em territórios que possuem e necessitam de melhorias ou reestruturação, e os territórios que possuem demandas e ausência do serviço regionalmente.

MAPA 36 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – ABRIGO INSTITUCIONAL INADEQUADOS OU INSUFICIENTES.



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

A pesquisa qualitativa possibilitou uma análise amostral dos tipos de usuários dos serviços de acolhimento institucional, modalidade abrigo. Os serviços de abrigo institucional para idosos e mulheres vítimas de violência foram identificados como insuficiente ou inadequado em todas as regiões, seguido dos serviços para crianças e adolescentes (92% das regiões) e para adultos e famílias (69% das regiões).

As regiões afirmaram a necessidade de dar continuidade ao reordenamento dos serviços para crianças e adolescentes, além da ampliação deste atendimento por meio de equipamentos regionalizados para municípios de pequeno porte ou por consórcios intermunicipais. Também foi apontada a necessidade de implantação de serviços de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência, devido à sua insuficiência; de reordenamento e ampliação dos serviços de acolhimento para idosos, inclusive de modo

regionalizado. Foi sugerido a constituição de serviços regionalizados para crianças e adolescentes de forma regionalizada nos municípios que não contam com consórcio.

Devido aos altos custos dos serviços de PSE/AC, estes demandam um maior investimento em recursos financeiros e a qualificação permanente dos seus profissionais. Devido ao alto custo alguns serviços encontram-se com as equipes técnicas em desacordo com a NOB-RH do SUAS ou outras normativas legais. Também foi apontado que em alguns casos os serviços estão operando em espaços físicos inadequados, inclusive no que diz respeito à acessibilidade.

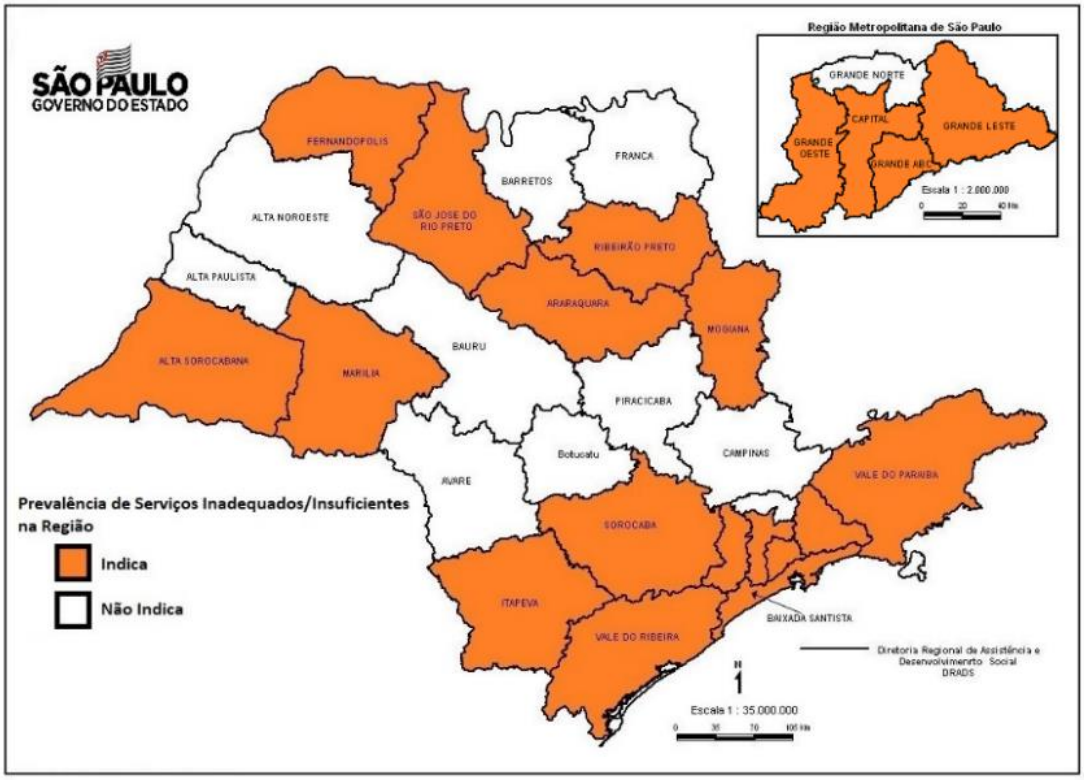
O serviço de acolhimento em república oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e auto sustentação. O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. Deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores.

O mapa 38 apresenta as 16 regiões que apontaram possuir serviço de acolhimento em república, inadequados ou em número/capacidade insuficiente. Durante a pesquisa qualitativa foi possível detalhar as demandas dos serviços de acolhimento em república segundo o público de atendimento, havendo sido o mais mencionado o serviço da modalidade para jovens, seguido do serviço para idosos. As regiões mencionaram, ainda, a necessidade de implantação deste serviço para jovens de 18 a 21 anos e de serviços regionalizados.

De acordo com o *PMASweb* 2019, existem 62 serviços de acolhimento em república no Estado, em 36 municípios, divididos por público alvo:

1 para adulto-feminino, 21 para adulto-masculino, 26 para idosos, 5 para jovens de 18 a 21 feminino e 6 para jovens de 18 a 21 masculino. Cada serviço atende em média 18 pessoas ao mês.

MAPA 37 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA INADEQUADOS OU INSUFICIENTES



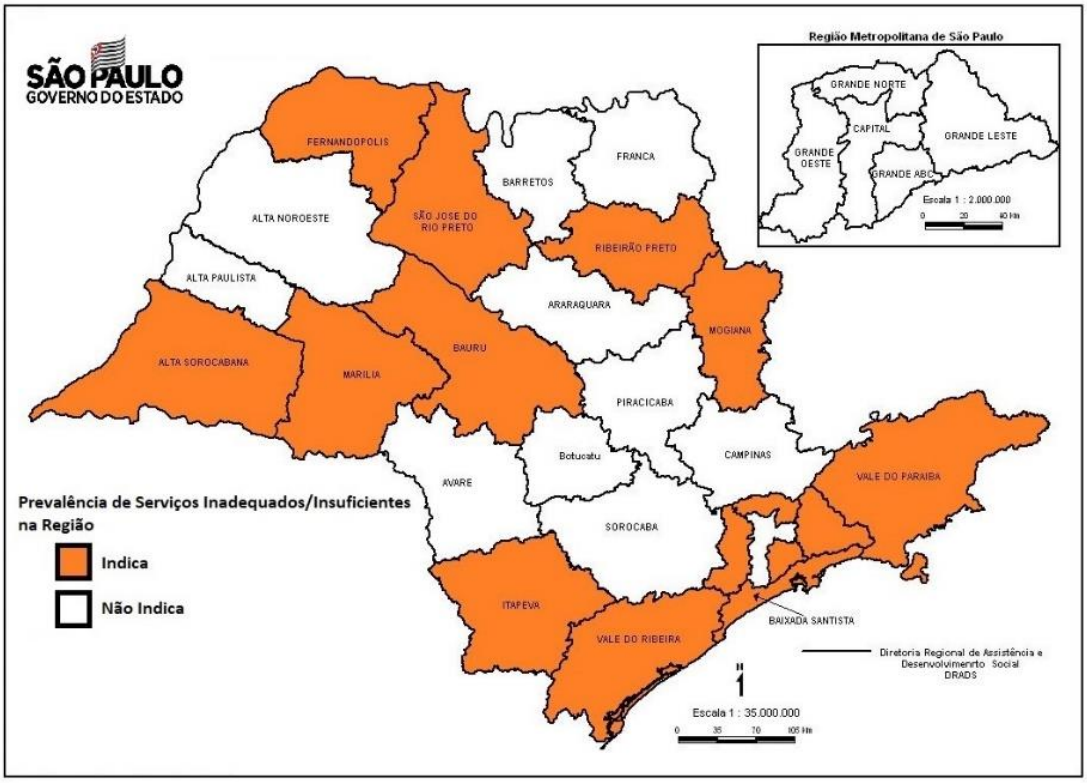
Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

O serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas. O mapa 39 indica que esta modalidade de serviço foi

considerada inadequada ou insuficientes em 15 regiões do Estado (57% das regiões).

Segundo dados do *PMASweb* 2019, existem no Estado 3 unidades deste serviço, nas regiões de: Araraquara, Grande São Paulo Norte, Baixada Santista. Sendo assim, 13 regiões na Figura 39, apontam para a inexistência da oferta deste serviço e indicam para a necessidade de se planejar a implantação desta modalidade nestas regiões.

MAPA 38 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS INADEQUADOS OU INSUFICIENTES



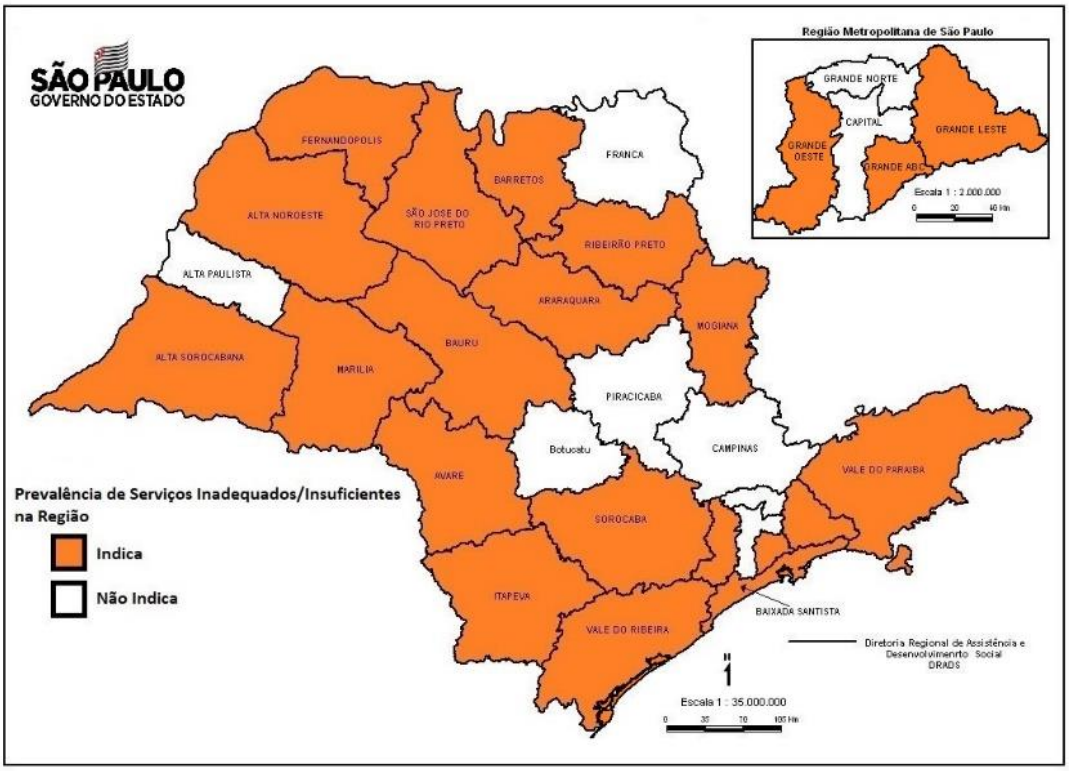
Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

O serviço de acolhimento institucional modalidade casa de passagem é provisório, com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de

rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autos sustento. Deve ofertar acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, devendo ser realizados os encaminhamentos necessários e contribuir para desenvolver condições para a independência, autocuidados e inclusão produtiva.

O serviço de casa de passagem, foi considerado inadequado ou insuficiente por 19 regiões do Estado (mapa 40). De acordo com o PMASweb 2019, o Estado conta com 103 unidades, em 88 municípios, 25 regiões. O mapa 40 aponta que maior parte das regiões sente necessidade de ampliar suas redes para serviços da modalidade casa de passagem, com exceção de algumas regiões que possuem o serviço, como as Drads Alta Paulista, Franca, Botucatu, ou mesmo regiões com maior demanda, como São Paulo, Grande São Paulo Norte, Campinas e Piracicaba. As regiões que não apontam insuficiência ou inadequação desta modalidade de serviço podem ter demandas importantes nos territórios, mas avaliaram não estar entre os principais problemas.

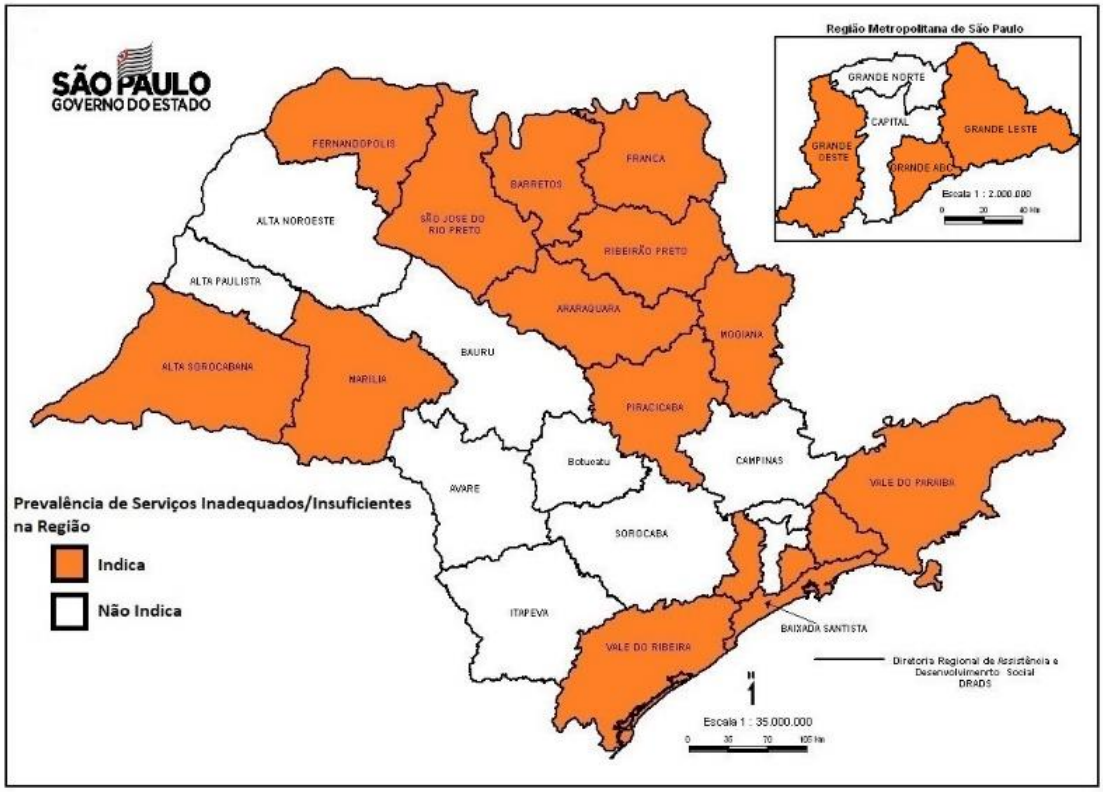
MAPA 39 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA DE PASSAGEM INADEQUADOS OU INSUFICIENTES



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

O acolhimento institucional, modalidade casa-lar, é um serviço de acolhimento provisório oferecido em unidades semelhantes a uma residência, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente prestando cuidados a um grupo de até 10 crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva. Conforme a Figura 40, 16 regiões apontaram possuir serviços de acolhimento institucional em casa-lar inadequados ou insuficientes. De acordo com o *PMASWeb* 2019, o Estado de São Paulo conta com 173 unidades deste serviço, em 103 municípios, de 20 regiões. Cada serviço atende mensalmente 13 pessoas, em média, aproximadamente. Este é um serviço que obedece certas demandas específicas, que devem ser levantadas territorialmente para atendimento adequado a estes usuários.

MAPA 40 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA-LAR INADEQUADOS OU INSUFICIENTE



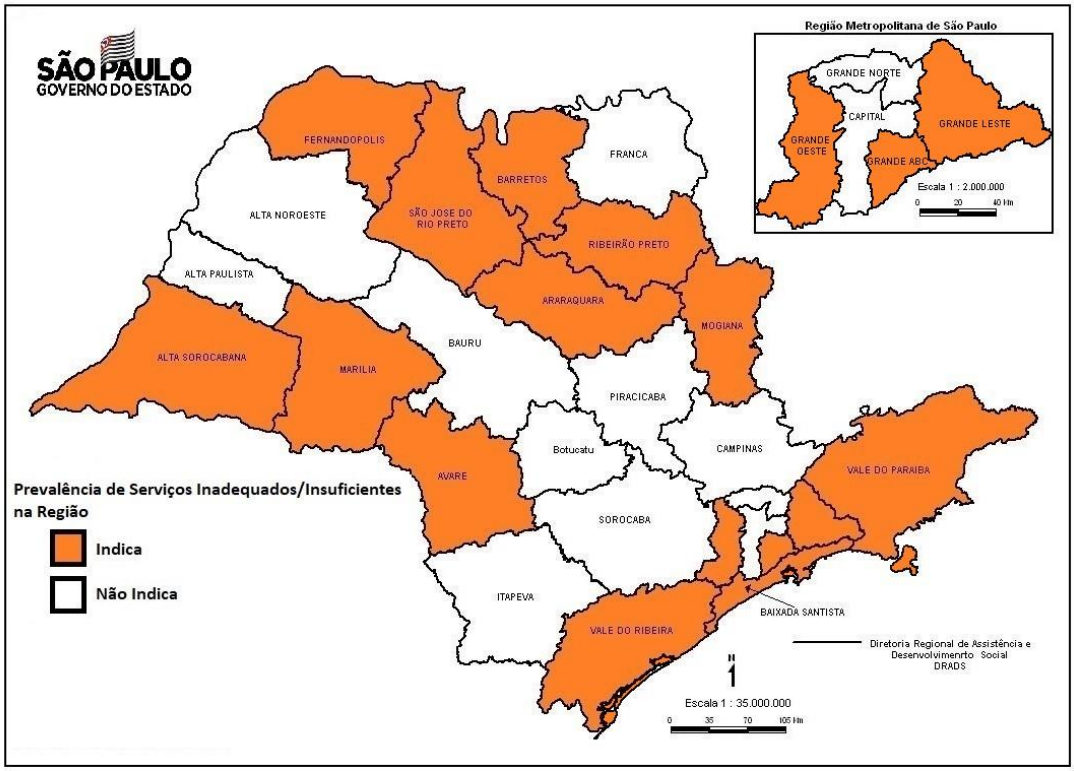
Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

O serviço de acolhimento em família acolhedora organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança /adolescente.

De acordo com o mapa 42, foram identificadas 15 regiões que possuem serviços de acolhimento em família acolhedora inadequados ou insuficientes. A pesquisa qualitativa identificou que este serviço apresenta maio demanda na modalidade para crianças e adolescentes do que o serviço na modalidade para adolescentes. As regiões que

estão apontadas no mapa acima, mas que não contam com este serviço (inexistentes) são: Araraquara, Avaré, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Oeste, Mogiana e Vale do Ribeira. As regiões apontaram para a necessidade de organizar de forma regional este serviço e investir na capacitação e qualificação dos serviços existentes.

MAPA 41 – REGIÕES COM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM FAMÍLIA ACOLHEDORA INADEQUADOS OU INSUFICIENTES



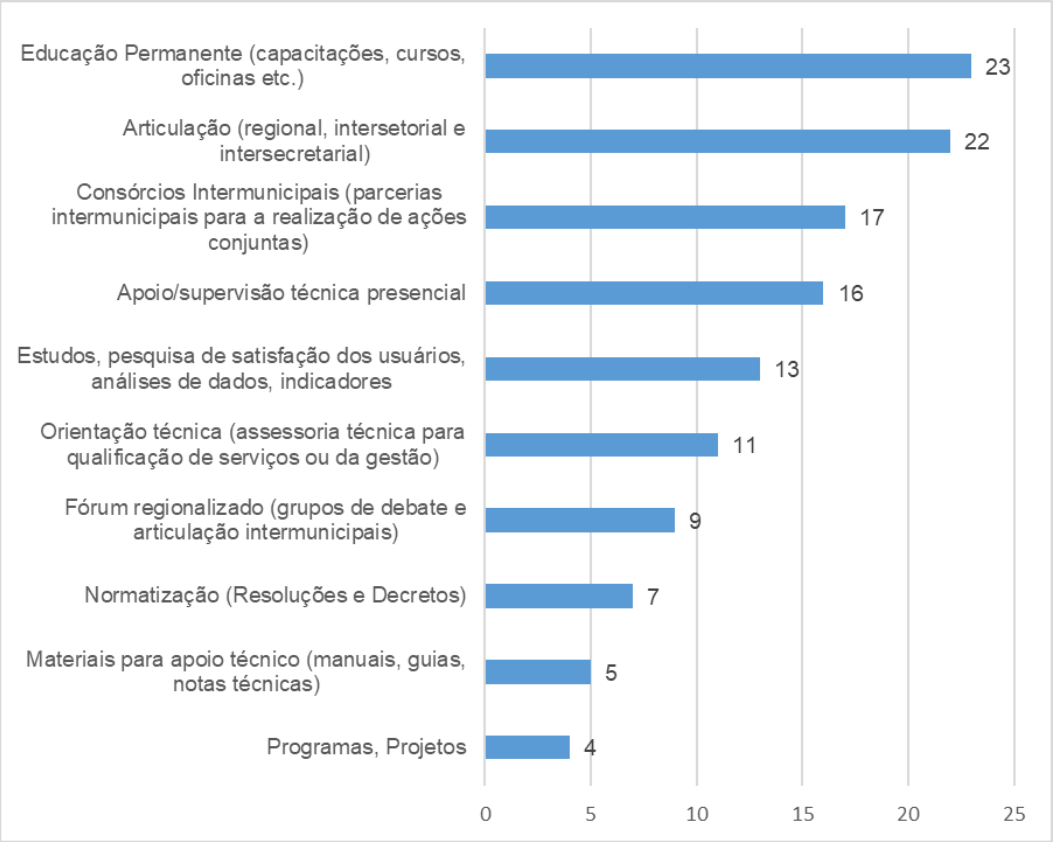
Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

O estado conta com 41 unidades deste serviço, em 38 municípios. Cada serviço atende em média, por mês, 12 pessoas.

9.3.1. Estratégias para a proteção social especial de alta complexidade

A fim de contribuir para o planejamento da gestão estadual, as Oficinas de Diagnóstico buscaram apontar para estratégias de qualificação dos serviços nas regiões. Assim, as regiões indicaram até cinco principais estratégias[41] de qualificação da oferta ou gestão dos serviços da Proteção Social Especial Básica, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 16 - ESTRATÉGIAS PARA A PSE ALTA COMPLEXIDADE



Elaboração: GT Vigilância Socioassistencial da SEDS. Fonte: Oficinas de diagnóstico socioterritorial 2019.

[41] Opções de estratégias colocadas: Programas, Projetos; Materiais para apoio técnico (manuais, guias, notas técnicas); Normatização (Resoluções e Decretos); Fórum regionalizado (grupos de debate e articulação intermunicipais); Orientação técnica (assessoria técnica para qualificação de serviços ou da gestão); Estudos, pesquisa de satisfação dos usuários, análises de dados, indicadores; Apoio/supervisão técnica presencial; Consórcios Intermunicipais (parcerias intermunicipais para a realização de ações conjuntas); Articulação (regional, intersetorial e intersecretarial); Educação Permanente (capacitações, cursos, oficinas etc.).

Assim como indicado também na PSE de Média Complexidade, a "Educação permanente" aparece como a estratégia mais apontada pelas regiões, seguida de articulação intersetorial e intersecretarial no âmbito das regiões e consórcios intermunicipais e apoio e supervisão técnica.

Todos os serviços de PSE de alta complexidade possuem diferentes demandas, ou pela implantação em regiões descobertas, ou pela ampliação em territórios com grande demanda ou pela qualificação do serviço prestado.

O serviço com maior demanda das diferentes regiões do estado é a modalidade de residência inclusiva, seguido de abrigo institucional e casa de passagem. Já os serviços: Casa-Lar, Acolhimento em República, Família Acolhedora, e Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, são demandas importantes territorialmente, mas possuem demandas específicas, devendo ser levantado as demandas territoriais.

Para lidar com esta melhoria e ampliação da rede de proteção especial de alta complexidade, destacam-se estratégias como educação permanente, articulação territorial e intersetorial, consórcios intermunicipais, apoio técnico das Drads.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos apontamentos feitos durante a pesquisa qualitativa e com base nas análises do Diagnóstico Socioterritorial, foram destacados os principais pontos positivos e críticos da atuação da SEDS junto aos municípios, trazendo grandes diretrizes que devem ser levadas em conta no planejamento da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo.

As diretrizes estão divididas em três eixos: Proteção social, Gestão do SUAS e Articulação intersetorial. Todos os eixos trazem destaque para as ações bem-sucedidas, que devem ser fomentadas e melhoraras, e os desafios estratégicos, que são ações e agendas que devem ser implantadas no estado.

EIXO 1 - Proteção social

Aspectos positivos da atuação do Estado junto as proteções sociais

Dentre os pontos positivos da atuação da SEDS, ganhou destaque o trabalho das Drads junto aos municípios de acompanhamento técnico (apoio, supervisão e orientação aos municípios), realizado por meio de ações como reuniões, encontros, capacitações, visitas técnicas aos municípios e à rede socioassistencial, orientações à distância, entre outros. A orientação dos técnicos estaduais quanto às normativas e a análise da execução dos serviços socioassistenciais foram destacados como ponto positivo, enfatizando a qualidade deste trabalho apesar da atual condição de estrutura e de pessoal reduzidos. É reconhecido o esforço dos técnicos das coordenadorias e das Drads no esforço de manter os padrões de qualidade, por vezes acumulando trabalhos e funções. Enfatizou-se grande conhecimento técnico dos funcionários da SEDS como um todo e a importância do relacionamento direto das equipes do estado com a gestão municipal.

O repasse de recursos financeiros via Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), feito para quase todos os fundos municipais de assistência social, foi apontado como um ponto positivo do estado de São Paulo. Vale informar que o cofinanciamento foi estabelecido pelo pacto federativo brasileiro na Constituição Federal de 1988 e esse repasse é parte da responsabilidade estatal, mas o estado de São Paulo é um dos poucos a realizá-lo.

Outro aspecto considerado positivo se refere às capacitações e atividades de formação promovidas pela SEDS. Os encontros técnicos, a troca de experiências (apresentação de experiências exitosas), oficinas e outros espaços de ação formativa, tanto presencial como à distância, são reconhecidos como positivos por algumas regiões. Uma boa iniciativa mencionada neste âmbito foi a experiência do Grupo de Estudo e Capacitação Continuada das/os Trabalhadoras/es do SUAS (GECCATS), da região de Franca, que funciona com uma estratégia de educação permanente para os municípios da região – e que pode servir de modelo para outras Drads.

Atividades de Vigilância Socioassistencial como a realização de encontros e oficinas e a própria realização do Diagnóstico Socioterritorial 2019, para o PEAS 2020/2023, são reconhecidas como importantes espaços de reflexão, diálogo e troca. Chegou a ser mencionado que uma vigilância socioassistencial regionalizada poderia melhorar o trabalho das proteções sociais dos municípios. Neste aspecto, foram lembradas iniciativas bem-sucedidas como das Drads Grande São Paulo Leste e Grande São Paulo ABC.

Por fim, foi destacada a importância da manutenção de alguns programas de transferência de renda, benefícios e serviços socioassistenciais. Os programas de renda estaduais se apresentam como uma ferramenta complementar aos programas federais e neste sentido os programas de transferência direta de renda como Renda Cidadã e Ação Jovem devem ser aprimorados para ampliar sua

efetividade. Outros temas apareceram como ponto positivo na atuação do estado nas proteções sociais, como a criação de grupo "Coletivo de Profissionais do SUAS" na região da Grande São Paulo Leste; e a construção e acompanhamento dos Planos Municipais de Assistência Social PMASweb.

Desafios para o Estado para melhorar a rede de proteção social

Orientação, supervisão, assessoria e apoio técnico. Existe uma grande demanda por orientação, apoio técnico e as demais ações que envolvem o acompanhamento técnico, por parte das gestões municipais e equipes técnicas dos serviços, sendo muito aguardadas as visitas técnicas in loco que permitem que os técnicos estaduais tenham uma melhor noção da situação dos serviços (estrutura física e material) e das ofertas técnicas (dúvidas, falhas, suspeitas de abusos, inadequações, boas experiências e soluções, entre outros). São considerados os "braços" do Estado dando apoio às regiões. Por isso, a falta de estrutura e de equipes técnicas nas Drads representam a ausência do Estado numa área com muitas vulnerabilidades sociais.

O fomento e participação em atividades tais como fóruns, grupos de trabalho, reuniões coletivas e outras formas de articulação regionais são soluções centrais para apoiar tecnicamente os municípios e otimizar o atual quadro de escassez dos recursos – além de beneficiar a construção de consensos coletivos e potencializar as gestões e serviços.

No âmbito dos serviços socioassistenciais um grande desafio colocado está na qualificação das metodologias de trabalho com as famílias e indivíduos e na construção de fluxos e protocolos de trabalho, entre serviços e entre municípios/regiões, com destaque para a relação entre os serviços da proteção social básica e da proteção social especial; entre os serviços de proteção social especial de média complexidade

com os de alta complexidade; e entre os serviços de proteção e atendimento a indivíduos e famílias e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Implantação de serviços regionalizados. Os serviços regionalizados são demandados no âmbito da proteção social especial de média e alta complexidade. Esta é uma demanda identificada principalmente nas regiões com municípios de pequeno porte devido ao alto custo destes serviços e a uma demanda relativamente menor. Algumas alternativas conhecidas são os consórcios entre municípios.

Educação permanente. Este item aparece como uma demanda dos municípios e da equipe técnica da SEDS. Faz-se necessário o aumento da oferta de ações formativas para os técnicos, capacitação continuada para serviços específicos (PAIF, PAEFI, SCFV, serviço de acolhimento institucional), capacitação para uso de sistemas do governo federal, para realização de diagnósticos, monitoramento, avaliação e em vigilância socioassistencial como um todo.

Recursos humanos. Este tem sido um problema que acompanha diversas gestões da SEDS: a redução das equipes e a ausência de políticas de valorização funcional. Dada a falta de concursos públicos os quadros técnicos estão reduzidos – alguns núcleos técnicos de Drads chegam a contar com apenas um servidor técnico. Frente a este quadro, são demandadas a realização de concursos públicos, a implantação de plano de cargos e carreira, da mesa de negociação estadual, e outras ações que busquem repor o quadro funcional permanente e evitar a perda de profissionais qualificados e experientes.

Programas de renda e benefícios socioassistenciais do Estado. Aparece como demanda a necessidade de que sejam revistos os critérios de inclusão de beneficiários nos programas de transferência de renda estaduais, de que seja melhorada a gestão dos programas Ação Jovem

e Renda Cidadã e o programa Viva Leite, para que os municípios tenham autonomia para inclusão e acompanhamento.

EIXO 2 - Gestão do SUAS

Aspectos positivos da atuação do Estado relativo a Gestão do SUAS

A descentralização da SEDS por meio das suas diretorias regionais foi apontada como um aspecto muito positivo da estrutura/gestão da SEDS, pois aproxima o Estado das gestões municipais. As ferramentas de gestão desenvolvidas pela SEDS (PMASweb, Portal Social e SigSUAS) foram outro ponto positivo, que receberam uma boa avaliação por sua funcionalidade.

O sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (*PMASweb*) é a principal ferramenta das Drads para o monitoramento da rede e um instrumento central para o planejamento estratégico de municípios e do Estado, pois contém dados de toda a rede socioassistencial, dados orçamentários e financeiros, da gestão, dos conselhos e outros – o que permite o recebimento de recursos financeiros, o planejamento, a prestação de contas e outros.

O SigSUAS é o sistema de gestão do SUAS que permite a reorganização dos serviços e da gestão socioassistencial dos municípios de forma menos burocrática e mais transparente. Já o Portal Social Paulista é um sistema gerenciador de banco de dados responsável pela gestão de vínculos automáticos das famílias/pessoas elegíveis aos programas estaduais (Renda Cidadã, Ação Jovem e Viva leite) utilizando a base de dados do Cadastro Único para seleção automática atendendo aos critérios de elegibilidade e priorização de cada programa.

A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp) também foi apontada como ponto positivo da gestão estadual. A Edesp possui um importante papel nos processos de Educação permanente na assistência social, para viabilizar a realização e apoio a oficinas,

cursos de capacitações, seminários, vídeo conferências, encontros e outras ações.

Desafios para o Estado para melhorar a gestão do SUAS

Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social. As Drads são o principal instrumento territorial da SEDS, são reconhecidas pelos municípios como ferramenta fundamental no acompanhamento e aprimoramento das gestões municipais. Além da sua manutenção é necessário o fortalecimento destes órgãos do governo, com instrumentais tecnológicos e a disponibilidade de pessoal técnico e administrativo. Também foi destacada a importância de haver direções técnicas experientes e atuantes na área de assistência social – foi mencionado já ser o caso de algumas Drads. O trabalho técnico, participativo e transparente das Drads junto aos municípios é essencial para o desempenho das gestões municipais e para a efetividade da política socioassistencial em âmbito regional.

Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) - Embora o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) abranja praticamente todos os municípios, existe a necessidade de ampliação do cofinanciamento, visando uma melhor cobertura de acompanhamento dos serviços; de revisão da distribuição dos recursos estaduais entre os municípios a partir de critérios técnicos de partilha (substituir a série histórica); desburocratização da reprogramação de recursos não utilizados no exercício a exemplo do modelo do Ministério da Cidadania, com adequação dos modelos de prestação de contas Fundo a Fundo; criação de pisos de proteção para serviços e benefícios socioassistenciais e flexibilização do uso, com possibilidade de aquisição de material permanente com recurso estadual modernizar o processo de prestação de contas, como faz com o Fundo Nacional de Assistência Social; dar ênfase aos recursos voltados para os serviços da média e alta complexidade. Também foi mencionada a possibilidade de se

estabelecer critérios técnicos para indicação de emendas parlamentares.

Vigilância Socioassistencial. Foi bastante citado a necessidade de se efetivar um sistema de vigilância socioassistencial nas Drads, com núcleos específicos, auxiliando a criação de mecanismos para o monitoramento de dados, diagnósticos socioterritoriais, buscando parâmetro para conhecer melhor a qualidade dos serviços socioassistenciais, estabelecendo critérios técnicos e transparentes para distribuição de recursos, assim como dos trabalhos técnicos. Também neste sentido, ampliar o apoio à implementação da vigilância nos municípios.

Educação Permanente. Para a educação permanente destacou-se a criação de núcleos de educação regionalizados, buscando atender demandas específicas dos municípios das diferentes regiões. Outra demanda foi a ampliação das publicações, a exemplo do Painel Social, a produção de materiais técnicos que auxiliem o apoio territorial e a qualificação de assuntos como serviços socioassistenciais, planejamento, avaliação de resultados, aplicação de recursos, vigilância socioassistencial, monitoramento e avaliação. Por fim, destacou-se a necessidade de retomar o Capacita SUAS.

Recursos Humanos. A ampliação do quadro de recursos humanos por concursos públicos foi citada diversas vezes como aspecto fundamental para melhoria da gestão estadual. A valorização do funcionalismo estadual através de plano de cargos e carreira e melhoria salarial, conforme previsto em legislação também é outro aspecto lembrado por vezes, assim como o investimento na formação e reciclagem dos conhecimentos. A melhoria da gestão também é reconhecida como uma forma de otimizar os trabalhos, evitando a sobrecarga.

Instancia de Controle Social. O incentivo e fortalecimento das instâncias de controle social em âmbito estadual e municipal

(conselhos de direito); os fóruns (de trabalhadores (as) do SUAS, dos Usuários do SUAS, etc.) e a presença de equipes técnicas preparadas para orientar os municípios e os colegiados para uma atuação mais propositiva diante das demandas locais e regionais. Também foi lembrado a adequação da metodologia para a realização das conferências estaduais, como forma de investimento no Controle e Participação Social.

Sistemas Web. Entre as ferramentas web de gestão foram citados a consolidação do sistema de Medidas Socioeducativas (MSE), assim como do Sistema de Informações de Gestão do SUAS (SigSUAS), que foram implantadas, mas ainda não funcionam em sua plena capacidade. Melhorar a qualidade do Portal Social para trazer mais informações, com dados mais atualizados e transparentes. Com relação aos Planos Municipais de Assistência Social (PMASweb) entendem que é preciso incentivar as mais amplas discussões sobre o processo de análise e construção dos planos; e sistematizar modelo de monitoramento dos dados.

Lei do SUAS e outras normatizações. A aprovação e regulamentação da Lei do SUAS do Estado foi um item muito citado nas oficinas e considerado de fundamental importância para a política de assistência social em todo o estado. A regulamentação da lei do SUAS, além de trazer consonância com a Política Nacional de Assistência Social, apresenta parâmetros e responsabilidades para a atuação da gestão estadual, além de incentivar e orientar os municípios do território do Estado a aprovarem suas próprias leis. Também foram citados, a definição de dotação orçamentária, a regulamentação dos benefícios eventuais, e a construção de protocolos de gestão de serviços.

EIXO 3 - Articulações intersetoriais

Aspectos positivos da atuação do Estado relativo a articulação intersetorial

Em grande parte, as ações de articulação bem-sucedidas envolvem a simples troca de conhecimentos entre programas e áreas da política de assistência social, fortalecendo o vínculo com outras áreas, como saúde e educação. Porém, em muitos casos foi indicado não haver ações de articulação relevantes, demonstrando que certas regiões possuem maior carência de iniciativas deste tipo do que outras. Ficou evidente a carência de ações consistentes e sistemáticas, colocadas como diretriz institucional, com planejamento e metas que orientem as ações, estando hoje mais no âmbito da iniciativa individual.

As ações de articulação intersetorial em âmbito estadual consideradas relevantes estão relacionadas a capacitações e encontros que envolvem outras áreas. Neste aspecto, algumas referências mencionadas como bem-sucedidas são aquelas em que o Estado possui papel de mobilização em programas, tais como, Programa Recomeço, Criança Feliz, nos encontros técnicos sobre Programa Bolsa Família e BPC. Também foram citadas as capacitações junto aos conselhos (Conseas, Condeca e CEI) e os encontros Regionais sobre Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Com relação a algumas Drads houve destaque para a aproximação com as áreas da saúde e educação, principalmente quando estabelecidas por meio de Decreto, essa ação fomenta um maior diálogo entre as políticas.

Desafios para o Estado para melhorar a articulação intersetorial do SUAS

Facilitar/ Fomentar. O Estado é apontado como um facilitador para a troca de experiências e informações regionais. O protagonismo

do Estado está em fomentar ações integradas, a padronização do registro de informações, capacitações, construção de protocolos regionais, além de assessorar e apoiar a implantação de fóruns, grupos de trabalho, estudos e consórcios intermunicipais.

Fortalecimento das Drads. A estrutura das Drads foi destacada como um instrumento para articulação regional, aproximando os municípios, promovendo reuniões, encontros e capacitações. A ampliação da política de assistência social envolve uma atuação em rede, com a necessidade de maior apoio institucional da SEDS, com diretrizes de ação e planejamento estratégico que envolva ampliação e fortalecimento da articulação regional, intersetorial, com outras políticas públicas e setores da sociedade.

Protocolos de trabalhos intersetoriais. Foram mencionadas como desafios que devem ter atuação preponderante do Estado a criação de protocolos de gestão com os setores do legislativo e judiciário, com outras políticas setoriais, com outras secretarias estaduais ou mesmo entre as áreas da própria secretaria (como proteção social e vigilância socioassistencial), estabelecendo competências e fluxos de trabalho. Desta forma, possibilita-se maior transparência das ações, assim como elaboração de planejamento estratégico, metas de ação, cronogramas e indicadores para monitorar o avanço dos trabalhos intersetoriais. Algumas áreas prioritárias para a articulação intersetorial destacadas foram: saúde, educação, planejamento, Renda e Trabalho, Pessoa com Deficiência, Habitação e a Segurança Pública.

Fóruns, grupos de trabalhos, consórcios. Com algumas experiências bem-sucedidas de grupos de debate, estudo ou trabalho, ou mesmo consórcios intermunicipais, o tema se tornou um destaque e uma importante ferramenta para ser fomentada pela iniciativa estadual. Os formatos sugeridos são variados, devendo ser analisado as demandas regionais, assim como estruturas já existentes de interesses técnicos e políticos.

Encontros, seminários, capacitações. Os encontros realizados junto a outras políticas setoriais foram identificados como uma das iniciativas de articulação mais bem-sucedidas. Estas ações promovem o diálogo, sensibilizam e abrem caminho para outras parcerias.

11. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. D. O Papel do Cadastro Único no Plano Brasil sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil Sem Miséria. CAMPELLO, Tereza, FALCÃO, Tiago, COSTA, Patrícia Vieira da Costa (orgs.). Brasília: 2014.

BANCO MUNDIAL. Relatório Pobreza e Prosperidade Compartilhada: montando o quebra-cabeça da pobreza. 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, Brasília, 2009b.

BRASIL, *Synopse* do recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Biblioteca IBGE - Ministério da Industria, Viação e Obras Públicas; Directoria Geral de Estatística - Rio de Janeiro, 31 dezembro de 1900.

BRASIL. SUAS +10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/148.pdf

BRASIL. Boletins Epidemiológicos. Ministério da Saúde, Brassília, 2017. Disponúvel em: http://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos.

CRESPO, A.P. & GUROVITZ, E. 2002. A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03

FUNDAÇÃO SEADE. Série SP Demográfico: Resenha de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo. A esperança de vida no Estado de São Paulo em 2018. Ano 19, n. º 1, abril 2019. Disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/sp-demografico/ acesso em 4/7/2019.

FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Disponível em: http://www.iprs.seade.gov.br/ipvs2010/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf Acesso em: 23/08/2019

IBGE, 2012. Censo Demográfico 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf

IBGE, 2018. Síntese de Indicadores Sociais. – Uma análise das condições de vida da população brasileira. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf

IBGE cidades. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama acesso em 18/01/19. 5Citado na nota de rodapé.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Ranking de Exposição a Crimes Violentos, São Paulo, 2017.

IPEA. Atlas da violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Texto para Discussão 1584, Brasília, 2011.

KOGA, D. Texto de análise do Diagnóstico Socioterritorial do Estado de São Paulo apresentado no II Encontro de Vigilância Socioassistencial. São Paulo, 2019. (Anexo)

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Capacitação em Mapeamento e Gerenciamento de Risco. Disponível em: http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/mapeamento/mapeamento-grafica.pdf

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. IPEA, TD 2246 - Brasília, outubro de 2016.

PAIVA, A; MESQUITA, A; JACCOUD, L; e PASSOS, L: "O Novo Regime Fiscal e suas Implicações para a Política de Assistência Social no Brasil". IPEA, Nota Técnica Nº27, Brasília, setembro de 2016.

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf

RIBAS, R.P. 2007. VULNERABILIDADE À POBREZA NO BRASIL: MEDINDO RISCO E CONDICIONALIDADE A PARTIR DA FUNÇÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS. Pesquisa e planejamento econômico | ppe | v.37 | n.2 | ago 2007. http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/109/1012

ROLNIK, R. Folha Explica: São Paulo. Publifolha, São Paulo, 2001.

SEADE, Qual trajetória a população paulista seguirá no futuro? SP Demográfico, São Paulo, Fundação Seade, ano 18, nº 4, novembro 2018.

SOUZA, P. Dissertação de Mestrado: Produção de Sentido para a Regionalização Intraestadual na Gestão do Sistema Único de Assistência Social: Análise da Experiência do Estado de São Paulo, 1970-2014. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). 2015. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=18833

LEGISLAÇÕES

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso. 3. ed., Brasília, 2013.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Resolução SEDS, nº 13 de 03 de agosto de 2015. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/912.pdf

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

SÃO PAULO. Resolução SEDS nº 13, de 03 de agosto de 2015.